

Mensagem da Administração:

Senhores Acionistas,

Em atendimento à legislação vigente e às disposições estatutárias, apresentamos o Relatório de Administração da CEB, acompanhadas das Demonstrações Financeiras, dos pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

O exercício de 2021 foi iniciado em um cenário de profundas incertezas, ante o prolongamento da pandemia de Covid-19 e o surgimento de novas cepas. Porém, o avanço da cobertura vacinal do decorrer dos meses, em especial no segundo semestre, permitiu que se vislumbrasse alguma estabilização dos mercados e movimentos indicativos de retomada da economia, ainda que sem recuperar as perdas impostas pelos dois anos de pandemia.

Em análise do segmento de atuação da CEB, em 2021 o setor elétrico enfrentou, além dos efeitos da pandemia do Covid-19 e suas sequelas iniciadas em 2020, uma das piores crises hídricas de sua história, que reacendeu o alerta sobre possíveis “apagões” e eventual necessidade de racionamento de energia e demandou medidas de urgência como o acionamento da totalidade das usinas termelétricas disponíveis, com custos elevados e o aumento da importação de energia.

Apesar do cenário desafiador do segmento de energia, a CEB consolidou avanços importantes no exercício de 2021, ao exemplo da transferência de controle da Distribuidora ao Grupo Neoenergia, em março de 2021, após um processo de venda que passou por minucioso escrutínio por parte do poder judiciário e TCDF, que atestaram a regularidade e correção em todas as suas etapas.

A venda da distribuidora, ainda, resultou em uma receita não operacional da ordem de R\$ 1.706.162 mil, o que permitiu à Companhia remunerar seus acionistas em um valor total de R\$ 869.219 mil, atendendo a deliberação da 106ª AGE que aprovou a antecipação de 75% do resultado por meio da distribuição de juros sobre o capital próprio e dividendos intercalares.

Se considerados os dividendos relativos a 2020, distribuídos no primeiro semestre (R\$ 553.839 mil), a Companhia destinou o montante total de R\$ 1.423.058 mil, dos quais o acionista controlador recebeu a quantia equivalente a R\$ 1.141.664 mil e os demais acionistas o valor de R\$ 281.394 mil

Com objetivo de dar mais liquidez às ações da CEB, em 14 de outubro de 2021, por meio da 106ª Assembleia Geral Extraordinária – AGE, as ações da Companhia foram desmembradas na proporção de 1:5.

Desta forma, o valor integralizado do capital social da CEB, no montante de R\$ 566.025.355,62 (quinhentos e sessenta e seis milhões, vinte e cinco mil, trezentos e cinquenta e cinco reais e sessenta e dois centavos), passou a apresentar a seguinte composição:

Composição Acionária (Controlador)

	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%
Governo do Distrito Federal	33.476.615	93,20	24.296.600	67,19	57.773.215	80,15
Outros Acionistas	2.444.275	6,80	11.864.425	32,81	14.308.700	19,85
Total	35.920.890	100,00	36.161.025	100,00	72.081.915	100,00

Em 2021, a Receita Operacional Líquida apresentou aumento de 34,45% em relação a 2020, justificada, dentre outros motivos, pelos aumentos da Receita de Suprimento de Energia, equivalente a 16,91% quando comparada ao ano anterior e da Receita de Prestação, que devido ao aumento de obras de expansão, modernização da rede de iluminação pública do DF, cresceu 21,70% no ano.

O Lucro Líquido atingiu R\$ 1.294.507 mil no exercício de 2021, representando um aumento de R\$ 861.888 mil, em relação àquele representado em 2020 (+199,23%), conforme dados econômico-financeiros consolidados:

(R\$ Mil)	2021	2020	Δ R\$	Δ (%)
Receita Operacional Bruta	389.307	290.612	98.695	33,96%
Receita Operacional Líquida	343.088	255.178	87.910	34,45%
Resultado Operacional Líquido Antes dos Tribut	1.932.208	131.829	1.800.379	1365,69%
EBITDA (LAJIDA)	1.883.534	139.658	1.743.876	1248,68%
Lucro Líquido	1.294.507	432.619	861.888	199,23%
Patrimônio Líquido Controladora	829.002	678.769	150.233	22,13%

Em relação aos demais negócios da Companhia, cabe destacar que, em 10 de dezembro de 2021, o Ministério de Minas e Energia deferiu o pedido de prorrogação da PCH Paranoá pelo prazo de 30 anos. Com a celebração do referido Termo Aditivo, o prazo de vigência da concessão findará em 29 de abril de 2050.

A Companhia Energética de Brasília trabalhou, em 2021, em ações estruturantes para viabilizar a atuação da CEB Iluminação Pública e Serviços como gestora operacional da manutenção e implantação do parque de iluminação pública do Distrito Federal. O parque de IP é composto atualmente por mais de 306 mil pontos. Na qualidade de concessionária de iluminação pública no Distrito Federal, a CEB deverá implementar ações de modernização e eficientização do sistema, trocando as lâmpadas de tecnologia mais antiga por lâmpadas LED, o que além de melhorar a qualidade do serviço prestado, possibilitará significativa redução do consumo de energia elétrica do parque de iluminação pública no Distrito Federal.

Finalmente, a CEB agradece aos seus consumidores, fornecedores, acionistas, colaboradores, entidades de classe e à população do Distrito Federal pela confiança depositada em sua gestão, e reafirma seu compromisso de continuar prestando serviços de energia elétrica com qualidade e confiabilidade.

EDISON ANTÔNIO COSTA BRITTO GARCIA

Diretor-Presidente

IVAN MARQUES DE TOLEDO CAMARGO

Presidente do Conselho de Administração

Cenário Macroeconômico:

O ano que se encerrou, que poderia ter sido marcado por vacina, retomada desenvolvimentista e reabertura econômica, foi recheado de gatilhos nocivos para o andamento esperado do mercado, das empresas e da renda do brasileiro.

O comportamento dos preços administrados no Brasil foi, sem dúvida, um dos mais visíveis na economia, contribuindo para o comportamento da inflação encerrar dezembro em 10,06% a.a., resultado de uma “tempestade perfeita”: combinação da alta do dólar, valorização global do petróleo e as condições climáticas adversas que ocasionou quebra de safras e aumento do preço de energia elétrica. Como forma de tentar conter esses desequilíbrios, o Banco Central, já com a autonomia definida em 2021,

subiu a taxa básica de juros em reuniões consecutivas, com o último aumento elevando a Selic para 9,25%a.a., ante os 2%a.a. do final de 2020.

Notícias ruins para 12,01 milhões de pessoas (taxa de desemprego de 11,1%, no último trimestre/21) que viraram o ano desempregados e com baixas perspectivas de melhora – dada a renda já reduzida e a inflação crescente corroendo o poder de compra. Entretanto, um pequeno alívio – o Auxílio Emergencial –, pelo menos para os mais pobres, veio, embora mais magro, de abril a novembro, implicando um pequeno desafogo.

O comércio apresentou vendas, ao final do período, com alta no quarto trimestre seguido de crescimento; sem, no entanto, recuperar as perdas de 2020. O comportamento foi bastante afetado não só pelos efeitos da pandemia (falta de insumos) como também pela falta de confiança na economia e pelo comportamento inflacionário que afetou o poder de compra e o resultado dos varejistas, mas que implicou um “empuxo” sobre a demanda da economia.

Nada obstante, o setor serviços (crescimento de 4,7%) e o setor da indústria (elevação de 4,5% no período) com recuperação das perdas do ano anterior, refletiram os efeitos do avanço da vacinação. No entanto, o reflexo dos problemas na cadeia de produção pecuária e da seca impactou o desempenho do setor agropecuário (retração de 0,2 %). O resultado final do Produto Interno Bruto (PIB) alcançou 4,6 %, o que deve ser olhado com cautela.

Primeiro, porque parte do crescimento é resultado da comparação com um ano fraco (2020); segundo, porque o país está abaixo da média de crescimento de 29 países (5,4%), de acordo com dados divulgados sobre o PIB (segundo dados disponibilizados pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE). Olhando os anos de 2020 e 2021 em conjunto, 23 de 33 economias com dados disponíveis no sistema da OCDE voltaram ao patamar anterior à pandemia. Na média, todos avançaram cerca de 2% nesses dois anos; ou seja, fizeram pouco mais do que zerar as perdas.

Destaca-se, na ponta da demanda, os investimentos (Formação Bruta de Capital fixo) cujo crescimento atingiu 17,2%, impactado pelo nível da taxa de juros, que durante boa parte do período foi muito atrativa (iniciou o ano em 2 % a.a.). Mesmo assim, vale lembrar os efeitos da inflação sobre o indicador, visto que seu cálculo se dá pelos valores nominais. No setor externo, as exportações de bens e serviços apresentaram resultado de 5,8%, enquanto as importações subiram 12,4%.

No tocante às contas públicas foi observado saldo positivo em 2021, segundo dados divulgados pelo Banco Central, na publicação Estatísticas Fiscais de 2021. No ano passado, o setor público consolidado, formado por União, estados e municípios, apresentou superávit primário de R\$ 64,7 bilhões, ante déficit de R\$ 703 bilhões em 2020. O resultado, o primeiro positivo das contas públicas desde 2013, representou 0,75% do PIB. Entretanto, tal desempenho destaca uma má notícia: a inflação está por trás de boa parte desses ganhos de arrecadação.

No tocante ao setor elétrico, o ano de 2021, explicitou um movimento, não só em razão dos efeitos da pandemia do Covid-19, e suas sequelas iniciadas em 2020, bem como o país se viu diante de uma das piores crises hídricas de sua história, que reacendeu o alerta sobre possíveis “apagões” e eventual necessidade de racionamento de energia e demandou medidas de urgência como o acionamento da totalidade das usinas termelétricas disponíveis, com custos elevados e o aumento da importação de energia.

De forma direta, afetou os agentes do setor, quer seja em questões como a redução de consumo de energia elétrica - retração da atividade econômica em decorrência da COVID-19 - quer seja no tocante aos obstáculos para o desenvolvimento das atividades de construção, operação e manutenção de instalações de energia e os aspectos relacionados à gestão das próprias empresas como o encarecimento da captação de recursos e aos cuidados relativos à saúde e segurança dos colaboradores e a consequente instituição do trabalho remoto.

Nesse contexto, o setor foi obrigado a adotar uma série de medidas, destacando-se: (i) a vedação à suspensão do fornecimento de energia em razão de inadimplência (Resolução ANEEL 928/2021); (ii) a operacionalização da chamada Conta-Covid (MP 950/2020); (iii) a criação da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética – CREG (MP 1.055/2021); (iv) a instituição de programas

voluntários de redução do consumo de energia elétrica (Portaria Normativa nº 22/GM/MME, Decreto nº 10.779/2021 e Resolução CREG nº 2/2021); e, ao final do ano, (v) a aprovação da captação de um novo empréstimo para a manutenção do equilíbrio do setor – MP 1.078/2021.

Não obstante, o setor elétrico se manteve extremamente aquecido, com um número significativo de operações de fusões e aquisições, incluindo processos de desestatização de empresas estatais atuantes nos segmentos de geração, distribuição e transmissão bem como com a realização de leilões de transmissão e de vendas de energia elétrica.

Perfil da Companhia:

A Companhia Energética de Brasília – CEB originou-se da Companhia de Eletricidade de Brasília, criada em 16 de dezembro de 1968, oriunda do Departamento de Força e Luz – DFL da Novacap.

No início da década de 1990 a CEB passou a investir em novos negócios, obtendo concessão de gás canalizado em 1993 bem como participação em consórcio de aproveitamento hidrelétrico, em 1994. No ano de 2006, atendendo ao disposto na Lei nº 10.848/2004 e na Resolução Autorizativa nº 318/2005 – ANEEL, a CEB foi submetida a uma reestruturação societária, passando, respectivamente, as concessões de distribuição de energia elétrica no Distrito Federal e de gerações das Usinas Hidrelétrica do Paranoá, Termelétrica de Brasília, e da Usina de Queimado (parte da CEB no Consórcio Cemig/CEB), para as empresas CEB Distribuição S.A., CEB Geração S.A. e CEB Participações S.A..

Dessa forma, a Companhia tornou-se controladora de empresas nos ramos de distribuição e de geração de energia elétrica, tendo também participações em empresas coligadas, controlada em conjunto e ligada.

Em 2020, por meio de cisão da CEB Distribuição S/A, a Companhia autorizou a criação da subsidiária integral CEB Iluminação Pública e Serviços S/A (“CEB IPES”), concebida com o objetivo de garantir o funcionamento das demais empresas do grupo sem que houvesse descontinuidades pela privatização da CEB DIS. Desta forma, a CEB IPES recebeu parte do pessoal e de patrimônio não vinculado à concessão da CEB DIS, e atuará primordialmente no setor de Iluminação Pública do Distrito Federal.

Assim, a Companhia passou a priorizar e focar suas atividades nos segmentos de geração de energia e na prestação de serviços de iluminação pública do Distrito Federal.

Estrutura Societária

A Companhia Energética de Brasília é uma sociedade de economia mista, de capital aberto, regida pela Lei das Sociedades Anônimas (Lei nº 6.404/1976), tendo por órgão fiscalizador de suas ações mercadológicas a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), desde seu registro na entidade, em 4 de julho de 1994.

Em atendimento à orientação da então Bolsa de Valores do Estado de São Paulo (BM&FBOVESPA), por intermédio do Ofício nº 041/2007 – SEO, de 15 de março de 2007, a CEB, após decisão tomada na 45ª Assembleia Geral Ordinária, agrupou suas ações, a partir de 18 de junho de 2007. Dessa forma, foi adotada a cotação unitária, passando o seu capital social a ser representado por 9.183.458 ações escriturais, sem valor nominal, sendo 4.576.432 ações ordinárias, 1.313.002 ações preferenciais classe A e 3.294.024 ações preferenciais classe B.

Em 23 setembro de 2015, a 89ª Assembleia Geral Extraordinária – AGE homologou o aumento de capital da CEB em R\$ 223.969.190,00, mediante as subscrições particulares de 2.607.746 ações ordinárias e de 2.625.179 ações preferenciais Classe B.

Em 14 de outubro de 2021, por meio da 106ª Assembleia Geral Extraordinária – AGE, as ações da Companhia foram desmembradas na proporção de 1:5. Desta forma, o valor integralizado do capital social da CEB, no montante de R\$ 566.025.355,62 (quinhentos e sessenta e seis milhões, vinte e cinco mil, trezentos e cinquenta e cinco reais e sessenta e dois centavos), apresenta a seguinte composição:

Composição Acionária (Controlador)

	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%
<i>Distrito Federal</i>	33.476.615	93,20	24.296.600	67,19	57.773.215	80,15
<i>Outros Acionistas</i>	2.444.275	6,80	11.864.425	32,81	14.308.700	19,85
Total	35.920.890	100,00	36.161.025	100,00	72.081.915	100,00

Evolução do preço das ações da CEB

CEBR3 (ON)



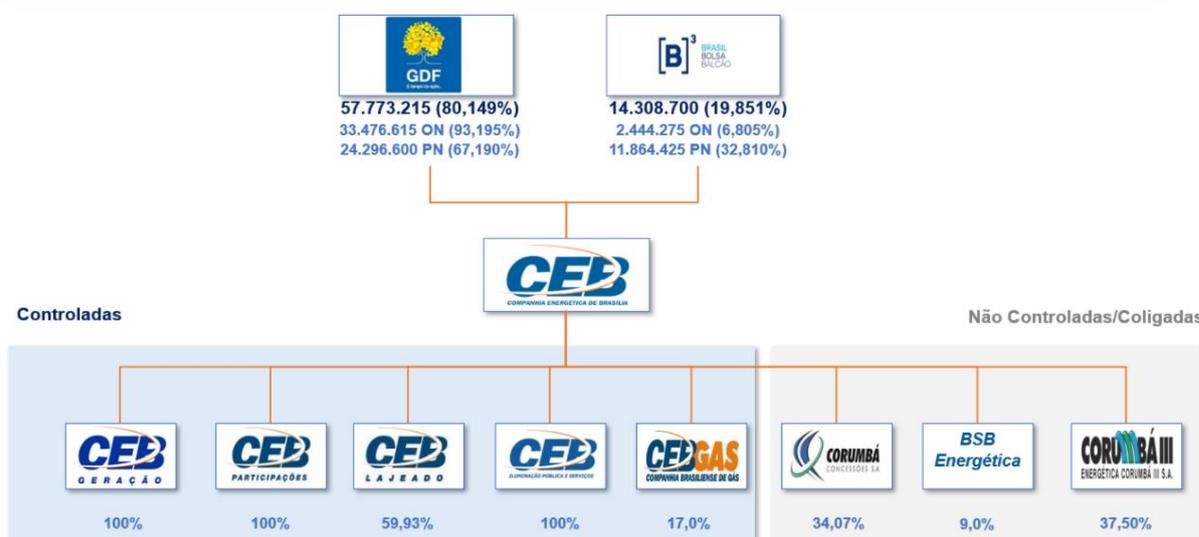
CEBR5 (PNA)



CEB6 (PNB)



Organização Societária



Dados Econômico-Financeiros Consolidado

(R\$ Mil)	2021	2020	Δ R\$	Δ (%)
Receita Operacional Bruta	389.307	290.612	98.695	33,96%
Receita Operacional Líquida	343.088	255.178	87.910	34,45%
Resultado Operacional Líquido Antes dos Tribut	1.932.208	131.829	1.800.379	1365,69%
EBITDA (LAJIDA)	1.883.534	139.658	1.743.876	1248,68%
Lucro Líquido	1.294.507	432.619	861.888	199,23%
Patrimônio Líquido Controladora	829.002	678.769	150.233	22,13%

Em 2021 a Receita Operacional Líquida apresentou aumento de 34,67% em relação a 2020, justificada, dentre outros motivos, pelos aumentos da Receita de Suprimento de Energia, equivalente a 16,91% quando comparada ao ano anterior e da Receita de Prestação, que devido ao aumento de obras de expansão, modernização da rede de iluminação pública do DF, cresceu no ano 21,70%.

O Lucro Líquido atingiu R\$ 1.288.802 mil no exercício de 2021, representando um aumento de R\$ 856.183 mil, em relação àquele representado em 2020 (+197,91%).

Impactado fortemente pela alienação da participação acionária da CEB Distribuição, em uma operação de R\$2.515.000 mil, na qual resultou numa receita não operacional de R\$ 1.706.162 mil, a Companhia remunerou seus acionistas, em 27 de outubro de 2021, atendendo a deliberação da 106ª AGE que

aprovou a antecipação de 75% do resultado por meio da distribuição de juros sobre o capital próprio e dividendos intercalares, o valor total de R\$ 869.219 mil.

Se considerarmos os dividendos relativos a 2020, distribuídos no primeiro semestre (R\$ 553.839 mil), a Companhia destinou o montante total de R\$ 1.423.058 mil, dos quais o acionista controlador recebeu a quantia equivalente a R\$ 1.141.664 mil e os demais acionistas o valor de R\$ 281.394 mil

Negócios da Companhia:

Empresas Controladas

CEB Geração S.A.

A CEB Geração S/A é subsidiária integral da Companhia Energética de Brasília – CEB. Foi criada pela Lei Distrital N° 2.648, de 26/12/2000 e é responsável pela prestação do Serviço de Geração de Energia Elétrica, por meio da Usina Hidrelétrica denominada PCH Paranoá, conforme Portaria N° 190, de 20 de abril de 2020, do Ministério de Minas e Energia. Em 10 de dezembro de 2021, o Ministério de Minas e Energia deferiu o pedido de prorrogação da PCH Paranoá pelo prazo de 30 anos. Com a celebração do referido Termo Aditivo o prazo de vigência da concessão findará em 29 de abril de 2050.

A empresa possui capital social de R\$ 7.575.212,61 (sete milhões quinhentos e setenta e cinco mil, duzentos e doze reais e sessenta e um centavos) dividido em 7.575.212 (sete milhões quinhentas e setenta e cinco mil, duzentos e doze) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

O objeto social da empresa é a geração e comercialização da energia produzida pela Usina do Paranoá e por outros empreendimentos de geração que vier participar, praticando todos os atos necessários à consecução de sua finalidade, podendo constituir ou participar de outras sociedades na condição de acionista ou quotista, como meio de realizar o seu objeto social ou para beneficiar-se de incentivos fiscais.

Dados Econômico-Financeiros

(R\$ Mil)	2021	2020	Δ 2021/2020
Receita Operacional Bruta	11.964	14.427	-17,07%
Receita Operacional Líquida	10.953	13.192	-16,97%
Resultado Operacional Líquido Antes dos Tributos	4.902	4.951	-0,99%
EBITDA (LAJIDA)	4.193	4.918	-14,74%
Lucro Líquido	4.092	4.273	-4,24%
Patrimônio Líquido	31.831	21.791	46,07%

Durante o exercício de 2021, a CEB Geração S/A foi responsável pela Prestação do Serviço de Geração de Energia Elétrica, por meio da Usina Hidrelétrica denominada PCH Paranoá, obtendo sua receita operacional por meio de tarifa pública (Receita Anual de Geração – RAG) homologada pela ANEEL, pela disponibilização, em regime de COTAS, da garantia física de energia e de potência da usina hidrelétrica.

A receita operacional líquida da Companhia, em 2021, totalizou R\$ 10.953 mil, com diminuição de 16,97% em relação ao ano de 2020. Tal variação se justifica em face do novo modelo de negócio da CEB Geração S/A, reestruturado, dada a alteração em seu regime de exploração, passando de

Produtor Independente de Energia - PIE para Prestador de Serviço Temporário, com exploração de potencial hidráulico em regime de cotas.

CEB Iluminação Pública e Serviços S.A.

A CEB Iluminação Pública e Serviços S.A., subsidiária integral da Companhia Energética de Brasília, tem como principal objeto a atuação como prestadora de serviços associados à geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, incluindo o atendimento de necessidades específicas de empresas pertencentes ao Grupo CEB e de órgãos integrantes da administração direta e indireta do Governo do Distrito Federal.

Desse modo espera-se alcançar o desenvolvimento de um segmento de negócio dentro de sua especialidade de atuação, estabelecendo uma estrutura de capital adequada, que vise proporcionar ao mercado maior visibilidade quanto à performance da companhia, quanto à alocação de recursos e quanto à sua estratégia de investimento.

CEB Lajeado S.A.

A CEB Lajeado S.A., em conjunto com a Lajeado Energia S.A., Paulista Lajeado Energia S.A. e a Investco S.A. constituem o denominado “Consórcio Lajeado”, cujo objeto é a exploração compartilhada da concessão de uso de bem público do Aproveitamento Hidroelétrico da UHE Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado, nos termos do Contrato de Concessão nº 05/97 e respectivos termos aditivos celebrados com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. O prazo de duração do contrato de concessão é de 35 (trinta e cinco) anos, contados a partir de 16 de dezembro de 1997, perdurando inicialmente até 15 de dezembro de 2032, todavia, com base na Resolução Homologatória ANEEL Nº 2632/2021 de 14 de setembro de 2021, a Companhia obteve uma extensão da concessão de 980 dias, a ser encerrada em 22 de setembro de 2035, em função da sua participação no Mecanismo de Relocação de Energia – MRE.

A energia elétrica gerada pelo empreendimento é comercializada pelas Concessionárias, na proporção da participação de cada uma delas na formação do Consórcio Lajeado.

Quase todo montante de energia da CEB Lajeado S.A. é comercializado com a Neoenergia Brasília, por meio de um contrato bilateral regulado de compra e venda de energia (ACR), com vencimento em 15 de dezembro de 2032. No período de prorrogação da concessão, a Companhia poderá comercializar sua cota parte de energia da UHE Luiz Eduardo Magalhães no Mercado Livre. À vista da questão hídrica vivenciada, esse contrato não alcançou a totalidade do bloco de energia de titularidade da Empresa, conforme estratégia de *hedge* detalhada no item “Comercialização de Energia” deste relatório. Mesmo com a redução no volume de venda anteriormente contratado, a manutenção desse instrumento significa garantia firme de receita até o final da concessão de produção independente, da qual a CEB Lajeado é titular.

A receita da Companhia, em quase sua totalidade, é oriunda da venda de energia elétrica para a Neoenergia Brasília, no valor de R\$ 293,26 por MWh; do Mercado de Energia Elétrica no qual faz parte, do rendimento de aplicações financeiras e pelos resultados provenientes da participação acionária na Coligada Investco S.A, detentora dos ativos de geração da Usina.

Em 2021, a CEB Lajeado S.A. foi responsável pelo suprimento de aproximadamente 12% de toda a demanda utilizada pela Concessionária de Energia Elétrica “Neoenergia Brasília” no Distrito Federal.

Organização Societária



Dados Econômico-Financeiros

(R\$ Mil)	2021	2020	Δ 2021/2020
Receita Operacional Bruta	273.522	191.374	42,93%
Receita Operacional Líquida	240.925	166.716	44,51%
Resultado Operacional Líquido Antes dos Tributos	129.054	95.545	35,07%
EBITDA (LAJIDA)	130.892	98.452	32,95%
Lucro Líquido	79.740	60.005	32,89%
Patrimônio Líquido	338.343	320.816	5,46%

A Receita Operacional Líquida obtida em 2021 chegou ao montante de R\$ 240.925 mil, crescendo 44,51% comparada à ROL de 2020, que fechou em R\$ 166.716 mil, corroborada pelo aumento da receita no último trimestre de 2021, em virtude: i) do reajuste tarifário de 24,86%, resultando R\$ numa tarifa de 293,26/MWh ante a tarifa anteriormente praticada de R\$ 234,88/MWh, no âmbito do contrato bilateral com a Neoenergia Distribuição; e ii) do ganho no MCP.

O Lucro antes das despesas financeiras, do imposto de renda, da contribuição social sobre lucros e das participações, depreciações e amortizações de 2021 foi de R\$ 130.892 mil crescendo em 32,95% em relação ao montante de R\$ 98.452mil, obtido em 2020.

Os lucros para distribuição, após a dedução das partes beneficiárias, sofreram uma considerável elevação chegando ao montante de R\$79.740 mil em 2021, frente aos R\$60.005 mil em 2020, crescimento em 32,89%, com excelentes ganhos oriundos da venda de energia para a Neoenergia e, também, junto ao MCP.

CEB Participações S.A.

A CEB Participações S.A. foi criada pela Lei Distrital nº 1.788, de 27/11/1997, constituída como sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Companhia Energética de Brasília – CEB. A Empresa possui patrimônio próprio e autonomia administrativo-financeira com sede e foro na cidade de Brasília-DF, nos termos da legislação em vigor.

O seu objeto social é comprar e vender participações acionárias ou cotas de outras empresas energéticas, de telecomunicações e de transmissão de dados, mediante comprovação de viabilidade técnica, econômica e financeira dos negócios, sendo vedada a participação em entidades sem fins lucrativos.

Pode ainda, participar diretamente ou por meio de consórcio, da exploração de empreendimentos de geração, como é o caso da Usina Hidrelétrica Queimado, bem como comercializar a sua cota-parte da energia elétrica produzida, nos limites constantes dos respectivos contratos de concessão.

Iniciou sua atividade operacional em 13 de janeiro de 2006 por meio do processo de segregação das atividades de distribuição e geração de energia elétrica na Companhia Energética de Brasília – CEB, aprovada pela Resolução Autorizativa nº 318, de 14 de setembro de 2005, da ANEEL.

Atualmente, detém 17,5% do Consórcio Cemig-CEB, responsável pela administração e operação da UHE Queimado, com potência instalada de 105 MW, e comercializa a sua cotaparte de energia elétrica produzida na usina localizada no Rio Preto, entre os municípios de Unai/MG e Cristalina/GO. A energia gerada nesta unidade é comercializada para várias regiões do território nacional.

Possui, ainda, participação acionária de 1,5355% na Companhia Corumbá Concessões S.A., cujo empreendimento denomina-se UHE Corumbá IV. A usina foi inaugurada em 4 de abril de 2006 e possui capacidade instalada de 129,6 Megawatts (MW) médios, e fornece energia para cerca de 250 mil habitantes do Distrito Federal (DF). O empreendimento está localizado no rio Corumbá, próximo ao município de Luziânia (GO).

A receita da CEB Participações S.A. é proveniente, em sua maior parte, da comercialização de energia gerada pela Usina Hidrelétrica Queimado, complementada pelos recursos oriundos do contrato de prestação de serviços administrativo-financeiros prestados para o Consórcio Cemig-CEB, pelas aplicações financeiras e pelo recebimento de resultados da participação acionária na empresa Corumbá Concessões S.A..

Dados Econômico-Financeiros

(R\$ Mil)	2021	2020	Δ 2021/2020
Receita Operacional Bruta	23.472	22.061	6,40%
Receita Operacional Líquida	21.823	20.279	7,61%
Resultado Operacional Líquido Antes dos Tributos	17.304	16.399	5,52%
EBITDA (LAJIDA)	17.228	16.214	6,25%
Lucro Líquido	16.198	15.331	5,66%
Patrimônio Líquido	33.572	33.090	1,46%

A receita manteve continuidade dos contratos de venda de energia gerada pela UHE Queimado, que representou a principal fonte de recursos da Empresa (R\$ 22.301 mil), complementada pela prestação de serviços administrativos ao Consórcio Cemig-CEB (R\$ 1.171 mil), pelos resultados da participação acionária na Companhia Corumbá Concessões S.A. (R\$ 1.258 mil) e pelas aplicações financeiras (R\$ 929 mil). O aumento da receita operacional bruta de 6,4% em 2021, quando comparado com 2020, foi motivada pelas atualizações monetárias conforme determina os contratos.

Companhia Brasileira de Gás

A Companhia Brasileira de Gás é uma sociedade de economia mista, constituída em 20 de março de 2001, com autorização da Lei Distrital nº 2.518, de 10 de janeiro de 2000.

Tem por objeto social a exploração, com exclusividade, do serviço de distribuição e comercialização de gás natural canalizado, de produção própria ou de terceiros. Poderá, inclusive, importar o suprimento para distribuição nos segmentos comercial, industrial, residencial, automotivo, de geração termelétrica, ou quaisquer outras finalidades e usos possibilitados pelos avanços tecnológicos, em todo território do Distrito Federal.

A Companhia poderá ainda:

- Efetuar a implantação e a operação das redes de distribuição de gás canalizado, podendo ainda adquirir e importar diretamente gás natural e executar os serviços de transporte;
- Exercer atividades correlatas à sua finalidade principal, especialmente execução de estudos, pesquisas e projetos relacionados com o setor de gás, inclusive, sob a forma de prestação de serviços de consultoria técnica a terceiros; e
- Constituir ou participar de outras sociedades, inclusive subsidiárias integrais, visando o êxito na realização de suas atividades.

A concessão da exploração tem prazo de vigência até 9 de janeiro de 2030, podendo ser prorrogado por mais 30 anos.

Atualmente, a Companhia explora a distribuição de gás veicular, em montantes limitados que tem impossibilitado a apuração de resultados favoráveis.

Para que sua operação seja similar à de outras empresas Distribuidoras de Gás Canalizado no Brasil, faz-se necessária a viabilização de um suprimento adequado às necessidades do Distrito Federal, por meio de um gasoduto de transporte de gás natural.

A CEB é controladora da Companhia Brasileira de Gás, com 51% das ações ordinárias e 17% do total das ações. No dia 20 de outubro de 2021, a CEB e a Termogás exerceram direito de preferência na aquisição de ações da CEBGAS detidas pela GASPETRO e aguardam a manifestação do CADE. A Companhia Energética de Brasília – CEB, neste momento, aguarda a aprovação da operação pelo órgão de controle para a efetivação do negócio, em que, após concretizado, a Companhia passará a deter 56,25% do capital votante e do 25% do capital total;



O principal desafio para distribuição do gás canalizado é o desenvolvimento de uma infraestrutura logística adequada de suprimento. O Distrito Federal não é abastecido por gasoduto de transporte que possa garantir o suprimento contínuo de gás, de forma que, enquanto as iniciativas de implantação desta infraestrutura não se materializarem, a solução utilizada para a antecipação da oferta ao mercado é o suprimento de estoques de gás natural liquefeito.

O gás natural liquefeito é suprido para a Companhia Brasileira de Gás pela empresa GNL Gemini Logística e Comercialização de Gás Ltda – Gemini, uma sociedade formada pelas empresas White Martins, Petrobrás e a Gaspetro.

A CEBGAS continuou em 2021 a acompanhar o desenvolvimento do Projeto do Gasoduto do Brasil Central. Este Projeto tem o objetivo de prover o suprimento contínuo de gás natural, por meio do modal dutoviário a partir do Gasoduto Bolívia – Brasil, para os estados de Minas Gerais, Goiás e Distrito Federal.

Essa é uma importante alternativa para promover o crescimento sustentável da CEBGAS, pois possibilitará o suprimento contínuo de gás natural com custos mais competitivos para a Companhia proporcionando, desta forma, viabilizar a massificação do gás natural, por meio da construção de uma malha integrada de distribuição, voltada a atender a demanda dos diversos segmentos de mercado do DF.

Empresas Coligadas

Corumbá Concessões S.A.

A Corumbá Concessões S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 6 de dezembro de 2000, concessionária do serviço público de energia elétrica, atuando na geração de energia elétrica, na condição de produtora independente. A participação do Grupo CEB no capital social da Empresa é de 34,07%, sendo 32,53% de propriedade da CEB e 1,54% da CEB Participações S.A..

Dados Econômico-Financeiros

(R\$ Mil)	2021	2020	Δ 2021/2020
Receita Operacional Bruta	244.561	195.786	24,91%
Receita Operacional Líquida	235.634	188.625	24,92%
Resultado Operacional Líquido Antes dos Tributos	122.691	146.931	-16,50%
EBITDA (LAJIDA)	151.266	178.989	-15,49%
Lucro Líquido	81.168	97.384	-16,65%
Patrimônio Líquido	412.743	379.110	8,87%

A Corumbá Concessões registrou em 2021 ótimos resultados nos mais variados aspectos econômicos, financeiros e técnicos. A Companhia fechou o ano com lucro líquido de R\$ 81.168 mil, e atendeu tecnicamente a todos os padrões de qualidade de geração esperados para empresas similares do Setor. O Contrato de Compra e Venda de Energia – CCVE foi integralmente cumprido e seus valores foram corrigidos pelo índice contratual (IGPM).

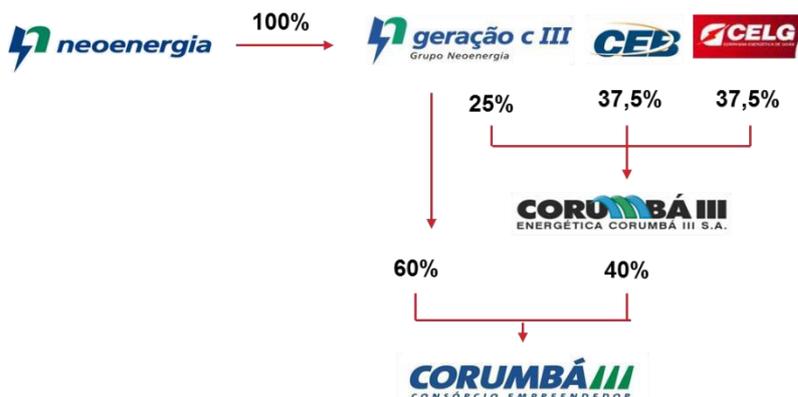
As despesas operacionais (OPEX) foram percentualmente as menores dos últimos anos, se situando em cerca de 9,1% do faturamento bruto (excluídos custos com compra de energia e provisão). Até mesmo o resultado financeiro foi melhor que 2020 apesar da escalada da SELIC iniciada no segundo semestre de 2021, em parte explicado por sucesso judicial no caso do desconto do PIS/COFINS de 2006. O descolamento dos valores do IGPM não afetou negativamente a Companhia, na medida em que seus contratos com fornecedores foram renegociados e a maior parte das despesas regulatórias são indexadas pelo IPCA. Em sentido positivo registramos correção do CCVE em cerca de 31,1%. seguimento à trajetória de lucratividade iniciada em 2018-2020.

Foram pagos R\$ 49.253 a título de dividendos em 2021, uma parte paga ordinariamente em abril de 2021 e outra como parcela extraordinária, a conta de lucros a realizar, em dezembro.

Energética Corumbá III S.A.

A Energética Corumbá III S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 25 de julho de 2001, concessionária do serviço público de energia elétrica, na condição de produtora independente. A CEB detém uma participação de 37,5% do capital social, sendo 25% das ações ordinárias e 50% das ações preferenciais

Organização Societária



Dados Econômico-Financeiros

(R\$ Mil)	2021	2020	Δ 2021/2020
Receita Operacional Bruta	65.868	54.733	20,34%
Receita Operacional Líquida	62.095	51.429	20,74%
Resultado Operacional Líquido Antes dos Tributos	42.768	23.741	80,14%
EBITDA (LAJIDA)	47.551	32.559	46,05%
Lucro Líquido	40.657	21.635	87,92%
Patrimônio Líquido	207.038	176.544	17,27%

A energia garantida da UHE Corumbá III correspondente a 49,3 MW Médios foi totalmente comercializada junto à Neoenergia Brasília, conforme Contrato de Compra e Venda de Energia, celebrado em 12/11/2002, e o Terceiro Termo Aditivo ao mesmo celebrado em 12/11/2007.

Em 2021 a geração da UHE Corumbá III totalizou 350.758 MWh, equivalentes a 39,3 MW Médios, correspondente a 81% de sua energia assegurada. Desse montante, 40% correspondem à parcela da ECIII no empreendimento.

A Receita Operacional Bruta atingiu o montante de R\$ 65,8 milhões no final do período em análise, contra R\$ 54,7 milhões do mesmo período de 2020, significando um crescimento de 20,3%, decorrente do reajuste e da sazonalização do contrato de fornecimento com a Neoenergia Brasília.

Empresa Ligada

BSB Energética S.A.

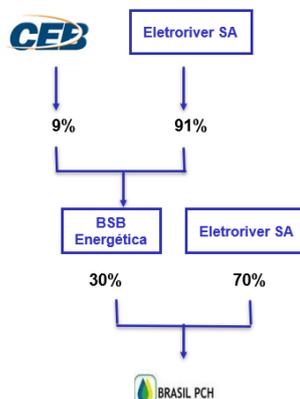
A BSB Energética S.A. é uma sociedade por ações, constituída em 24 de março de 2000, para explorar Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs, com potência global máxima instalada de 200 MW e, estatutariamente, está autorizada a participar de outros empreendimentos ou sociedades, seja como acionista ou quotista. A CEB detém uma participação acionária de 9,0% do capital social da BSB Energética S.A..

Em 2006, ao associar-se com outras empresas que possuíam concessões, projetos e licenças ambientais de empreendimentos de mesma natureza (PCHs), a BSB Energética S.A. passou a deter participação acionária na Brasil PCH S.A..

A Brasil PCH S.A. possui 13 Pequenas Centrais Hidrelétricas com capacidade total de 291 MW e a BSB Energética S.A. tem participação equivalente a 30% do capital.

A venda da energia gerada se dá por meio de contratos de compra e venda firmados por cada uma das empresas relacionadas com as PCHs para a Eletrobrás, por intermédio do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – Proinfa.

Organização Societária



A BSB Energética S.A. é uma empresa holding pura, que recebe dividendos da Brasil PCH, companhia que controla 13 Sociedades de Propósito Específico – SPEs de geração hidrelétrica. Sua receita, portanto, é exclusivamente decorrente do recebimento da distribuição de resultados;

Desempenho Econômico-Financeiro Consolidado:

Receita Operacional

A Receita Operacional Bruta consolidada apurada no ano de 2021 totalizou R\$ 389.307 mil, sendo R\$ 98.695 mil superior (+33,96%) à receita reapresentada obtida no ano de 2020, que foi de R\$ 290.612 mil.

As principais variações da Receita Operacional foram as seguintes:

	2021	2020	Δ (R\$ Mil)	Δ (%)
Suprimento de Energia	237.228	202.915	34.313	16,91%
Receita de Prestação de Serviços	71.686	58.902	12.784	21,70%
Receita de Venda de Gás	9.960	4.758	5.202	109,33%

- A receita de Suprimento de Energia em 2021 cresceu R\$34.313 mil, (16,91%) em relação ao ano anterior, sinal de recuperação dos setores da economia da crise econômica causada pelo novo coronavírus em 2020, resultando em aumento na demanda por eletricidade.
- A Receita de Prestação de Serviços em 2021 foi de R\$ 71.686 mil, 21,70% superior ao apurado em 2020, determinada pelo aumento do volume de obras de expansão de Iluminação Pública no período.
- A Receita de Venda de Gás em 2021 apresentou crescimento de R\$5.202 mil, (109,33%) em relação a 2020, impactado principalmente pelo aumento do preço dos derivados de petróleo e pela política de repasse de preços ao consumidor final.

Custos e Despesas Operacionais (Exceto Depreciação e Amortização)

Os custos e despesas operacionais consolidados em 2021 totalizaram R\$ 222.086 mil, correspondente a um acréscimo de R\$ 49.696 mil (28,83%), em relação ao montante registrado em 2020.

As principais variações dos custos e despesas operacionais constam no quadro seguinte:

	2021	2020	Δ (R\$ Mil)	Δ (%)
Custo com Serviço de Energia Elétrica	-88.622	-44.998	-43.624	96,95%
Custo da Operação	-39.870	-40.271	401	-1,00%
Custo dos Serviços Prestados a Terceiros	-47.782	-45.088	-2.694	5,97%
Despesas com Vendas	839	-1.810	2.649	-146,35%
Despesas Gerais e Administrativas	-46.653	-40.223	-6.430	15,99%

O Custo total da Energia Elétrica e Encargos registrou um aumento de R\$ 43.624 (+96,95%), quando comparado com o mesmo período do ano anterior, tendo em vista a elevação dos Custos em razão do aumento da exposição no Mercado de Curto Prazo.

As Despesas Gerais e Administrativas apresentaram um incremento de R\$ 6.430 mil (15,99%) justificada principalmente pela necessidade de mudança da sede da Companhia ocorrida por conta da alienação da participação acionária da CEB Distribuição, visto que antes da privatização a CEB compartilhava a sua sede no mesmo endereço da CEB D.

Depreciação e Amortização

A despesa com Depreciação e Amortização alcançou R\$ 9.933 mil em 2021, significando uma aumento de R\$ 1.604 mil (19,26%) em relação ao total registrado em 2020.

	2021	2020	Δ (R\$ Mil)	Δ (%)
Depreciação/Amortização	9.933	8.329	1.604	19,26%

Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro acumulado no ano de 2021 foi de R\$ 53.003 mil (R\$ 500 mil em 2020), ocorrendo portanto, uma variação absoluta positiva de R\$ 52.503 mil.

	2021	2020	Δ (R\$ Mil)	Δ (%)
Depreciação/Amortização	9.933	8.329	1.604	19,26%
Receitas Financeiras	55.366	9.255	46.111	498,23%
Juros/Variações Monetárias Sobre Ativos	911	2.406	-1.495	-62,14%
Atualização Monetária – Ativos	187	166	21	12,65%
Regulatórios				
Rendimentos de Aplicações Financeiras	54.326	3.719	50.607	1360,77%
Receita de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	57.577	17.350	40.227	231,86%
Reversão de Juros Sobre Capital Próprio	-54.623	-13.677	-40.946	299,38%
Tributos Sobre Receitas Financeiras	-3.177	-920	-2.257	245,33%
Outras Receitas Financeiras	165	211	-46	-21,80%
Despesas Financeiras	-2.363	-8.755	6.392	-73,01%
Juros/Variações Monetárias Sobre Passivos	-382	-90	-292	324,44%
Encargos de Dívidas (a)	-1.003	-7.878	6.875	-87,27%
Outras Despesas Financeiras	-978	-787	-191	24,27%
Resultado Financeiro	53.003	500	52.503	10500,60%

As principais variações na composição do Resultado Financeiro que contribuíram para a redução desse agregado foram as seguintes:

O aumento de 1.360% (R\$ 50.607 mil) na receita de Rendimento de Aplicações Financeiras foi decorrente da aplicação dos recursos relativos ao recebimento pela alienação da participação acionária da CEB Distribuição S/A..

A redução de 87,27% (R\$ 6.875 mil) da despesa de Encargos da Dívida, que se deve, substancialmente, pela quitação dos empréstimos bancários logo após a conclusão da transferência acionária da CEB Distribuição para a Neoenergia Brasília.

EBITDA

O EBITDA (LAJIDA), de R\$ 1.883.533 mil, em 2021, apresentou aumento de 1.743.875 quando comparado com o resultado de R\$ 139.658 mil apurado em 2020, justificado primordialmente pelo Resultado na Alienação da CEB Distribuição, no valor de R\$ 1.706.162 mil. Desconsiderando o efeito da alienação da CEB D, o EBITDA da Companhia seria de R\$ 177.371 mil, 27% superior ao registrado no ano anterior.

	2021	2020	Δ (R\$ Mil)	Δ (%)
Lucro/Prejuízo Consolidado do Exercício	1.294.507	107.348	1.187.159	1105,90%
(+/-) Imposto de Renda e Contribuição Social	629.055	24.481	604.574	2469,56%
(+/-) Resultado Financeiro	-53.003	-500	-52503	10500,60%
(+/-) Depreciação/Amortização	9.933	8.329	1.604	19,26%
EBITDA (LAJIDA)	1.880.492	139.658	1.740.834	1246,50%
EBITDA AJUSTADO*	174.330	139.658	34.672	24,83%

*Sem o efeito da Alienação da CEB Distribuição S/A.

Distribuição do Valor Adicionado

Em 2021, o Valor Adicionado Distribuído alcançou R\$ 2.061.724 mil, com redução de 77,70% em comparação com a distribuição do ano anterior. Deste valor, R\$ 25.918 mil foram destinados aos Empregados (1,26%); R\$ 683.539 mil a Impostos, Taxas e Contribuições (33,15%); R\$ 57.860 mil à Remuneração de Capital de Terceiros (2,81%); e R\$ 1.294.407 mil à Remuneração de Capital Próprio (62,78%).

	2021	2020	Δ (R\$ Mil)	Δ (%)
Distribuição do Valor Adicionado	2.061.724	582.277	1.479.447	254,08%

Investimentos

Os principais investimentos realizados pela CEB, em 2021 foram os seguintes:

- Conclusão da implementação do Plano de Segurança de Barragem, aquisição de novos sistemas e equipamentos da PCH PA.
- Aquisição de mobiliário para a nova sede da Companhia.
- Modernização da área de tecnologia da informação, com aquisição de equipamentos de informática, central telefônica, licenciamento para *datacenter*.
- Na Iluminação Pública do Distrito Federal foram realizadas a substituição de 26.189 luminárias convencionais para LED resultando em um total de aproximadamente 80 mil luminárias de LED (22% de eficiência do parque) e a implantação de 3.706 novos pontos de iluminação pública, perfazendo de Total de 363 mil luminárias.

Gestão de Pessoas:

A CEB tem como premissa em sua cultura organizacional a valorização das pessoas por meio da meritocracia, do incentivo ao desenvolvimento e uma relação de trabalho sustentada em princípios éticos e de gestão das competências alinhadas com os objetivos estratégicos da Companhia. Tais características propiciam um ambiente saudável e desperta a motivação e o comprometimento dos seus empregados.

Os principais projetos implementados pela área de Gestão de Pessoas em 2021, tiveram como premissas a padronização do *modus operandi* dos setores de atividades similares entre as empresas subsidiárias, o desenvolvimento das competências dos empregados pautadas nos eixos de capacitação corporativo e potencial, a estruturação da área de saúde e segurança do trabalho e priorização da saúde, bem estar dos empregados e responsabilidade social com as ações de qualidade de vida, valorização dos empregados e solidariedade e a adaptação da cultura organizacional em um formato digital (tele trabalho).

Com relação ao capital humano, a empresa CEB em dezembro de 2021, contou com 49 pessoas, a saber:

- 33 empregados requisitados da CEB IPES;
- 01 empregado da CEB IPES ocupante do cargo de Direção;
- 02 servidores requisitados do GDF;
- 11 empregados em comissão;
- 02 estagiários em atendimento ao papel social da empresa.

No início das atividades (02/03/2021), a CEB IPES possuía em seu quadro 84 empregados transferidos da CEB Distribuição S.A. em razão do Processo Seletivo Interno Simplificado – PSIS. Desse total, a empresa apresentou 43 movimentações:

- 34 cedidos para a Companhia Energética de Brasília – CEB
- 02 cedidos para a CEB Geração
- 01 cedido para a CEB Lajeado;
- 4 empregados com contrato suspenso em razão de licença sem remuneração;
- 01 para outro órgão, com ônus para o órgão cessionário/requisitante;
- 01 pedido de demissão.

Assim, o capital humano da CEB IPES em dezembro de 2021 contou com 48 pessoas, sendo:

- 41 empregados lotados na CEB IPES;
- 02 servidores requisitados do GDF;
- 03 empregados em comissão;
- 02 jovens aprendizes em atendimento ao papel social da empresa.

Dentre as ações de gestão e otimização de processos, desenvolvimento contínuo, priorização da saúde e qualidade de vida ocorridas em 2021, destacam-se:

- Criação da Estrutura Organizacional da CEB IPES para recepcionar os empregados transferidos da CEB Distribuição S.A. em razão do Processo Seletivo Interno Simplificado – PSIS;
- Implantação do Plano de Cargos Carreiras e Salários – PCCS da CEB IPES com destaque para a manutenção da folha de pagamento sem impactos financeiros, a atualização das nomenclaturas das carreiras e dos cargos, a criação de cargo isolado, a revisão dos critérios e percentuais das avaliações de desempenho, a revisão das atividades dos cargos e otimização da folha de pagamento;
- Padronização dos Normativos de Pessoal, em formato de e-book com uma linguagem clara, objetiva e atual, primando pela otimização de formulários e 100% digital, a desvinculação de quaisquer valores e percentuais constantes em Acordo Coletivo de Trabalho e ainda contemplando de forma prática o dia a dia do empregado em relação as ações de Gestão de Pessoas, quais sejam: Administração de Pessoal, Segurança e Medicina do Trabalho e Desenvolvimento;
- Elaboração do Instrumento Normativo Avaliação de Desempenho e aplicação do ciclo 2021, ambos pautados numa nova metodologia, em formato digital e com critérios condizentes com a realidade da empresa;
- Implementação da gestão informatizada de Saúde Ocupacional;
- Ações de endomarketing com o objetivo de promover assuntos relacionados a saúde, bem estar e solidariedade como: campanhas de doação de brinquedos e alimentos, adesão as campanhas outubro rosa e novembro azul, aniversariantes do mês, Natal do Bem e kits de boas-vindas;



- Ação motivacional com a Cia de comédia “Os Melhores do Mundo”, com espetáculo customizado sobre gestão de pessoas sobre “O Melhor Negócio do Mundo” durante o encerramento das atividades de qualidade de vida no trabalho da Companhia Energética de Brasília;



- Implementação do programa Desenvolvendo Pessoas, com o objetivo de capacitar e desenvolver os empregados da Companhia por meio de treinamentos específicos, em especial ao nosso negócio. Com relação aos treinamentos, foram investidas 59 horas para 156 pessoas distribuídas entre as empresas do Grupo CEB. Essa ação refletiu os seguintes dados:

Mês	Treinamento	Matriz de Capacitação	Número de Pessoas	Carga Horária do Treinamento	% Avaliação de Reação	Hora Homem
Outubro	Avaliação de Desempenho - Sensibilização Gestores	Corporativo	18	4	94%	0,46
	Avaliação de Desempenho - Sensibilização Empregados Turma 1		24	4	96%	0,62
	Avaliação de Desempenho - Sensibilização Empregados Turma 2		27	4	95%	0,69
	Política de Gestão de Riscos		49	8	95%	2,51
	Palestra Outubro Rosa		17	1	95%	0,11
TOTAL				21	95%	4,39
Novembro	Legislação Anticorrupção e Improbidade Administrativa	Corporativo	21	4	95%	0,54
	Código de Conduta e Integridade Turma 1		50	3	89%	0,96
	Código de Conduta e Integridade Turma 2		53	3	87%	1,02
	A Companhia Energética de Brasília e sua Participação no Setor Elétrico Brasileiro Turma 1	Potencial	62	4	93%	1,59
TOTAL				14	91%	4,11
Dezembro	A Companhia Energética de Brasília e sua Participação no Setor Elétrico Brasileiro Turma 2	Potencial	58	4	94%	1,49
	A Companhia Energética de Brasília e sua Participação no Setor Elétrico Brasileiro Turma 3		54	4	98%	1,38
	A Companhia Energética de Brasília e sua Participação no Setor Elétrico Brasileiro Turma 4		56	4	98%	1,44
	A Companhia Energética de Brasília e sua Participação no Setor Elétrico Brasileiro Turma 5		52	4	97%	1,33
	Treinamento Mercado de Capitais		Corporativo	34	8	98%
TOTAL				24	97%	7,38
TOTAL 2021				59	94%	15,88

Perspectivas Empresariais:

O Setor Energético continua sendo um dos mais importantes do Brasil. Caracterizado por uma extensão continental e diferentes fontes, o país apresenta um potencial de desenvolvimento muito promissor, embora continue, ainda, enfrentando desafios básicos de infraestrutura e fornecimento.

Vale notar que a matriz energética brasileira tem nas fontes renováveis sua principal fonte de geração de energia elétrica. De acordo com dados do Ministério de Minas e Energia (Empresa de Pesquisas Energética - Balanço Energético Nacional 2021), elas representam 83% de toda a energia gerada no País, sendo liderada pela hidrelétrica, com mais de 65%.

Não obstante considerada uma fonte limpa, a geração baseada em recursos hídricos tem passado por profundas reflexões, uma vez que a construção de grandes usinas hidrelétricas representa impactos consideráveis para o meio ambiente (inundações, desmatamento, etc.). Soma-se a isso, a dependência do regime de chuvas, variável, cada vez mais de difícil previsibilidade, face o desequilíbrio ambiental dos últimos anos.

Não sem razão, assim como praticamente em todo o mundo, a matriz energética do Brasil vem passando por diversificação e investimentos em outras fontes sustentáveis, como a eólica, a biomassa e a solar fotovoltaica.

O crescimento da energia solar e de outras fontes renováveis dentro da matriz energética brasileira serve como impulso ao movimento rumo a uma maior abertura do setor por meio da ampliação do mercado livre de energia.

A transição energética para fontes limpas e renováveis junta-se com a demanda de empresas e consumidores por mais sustentabilidade, redução de custos e melhor aproveitamento de recursos.

Nessa conjuntura, o Brasil enfrenta o desafio de aproveitar esse movimento, estimulando a inovação do seu setor energético, o que abrange desde a diversificação da sua matriz de energia até políticas públicas e mudanças regulamentares com foco em abrir o mercado e gerar mais competitividade. Entretanto, tal dinâmica, necessária por si só, exige das empresas do setor capacidade de geração de

caixa e de investimentos para não só suportar sua necessidade operacional e de manutenção, bem assim acompanhar aquela transição.

Nota-se, nesse sentido, a oferta cada vez maior, por parte das instituições financeiras, de linhas de financiamento para os projetos de energia limpa, bem como a perspectiva de valorização global dessas energias.

O setor elétrico brasileiro há décadas passa por uma grande transformação, contando cada vez mais com a participação de capital privado, que possui maior agilidade administrativa e maior capacidade de alavancagem financeira do que as empresas estatais, o que facilita o atendimento das crescentes metas de qualidade e confiabilidade exigidas pelo órgão regulador setorial. Seguindo essa tendência de maior participação do capital privado no setor elétrico, destacamos a transferência de 100% das ações da CEB Distribuição S/A por R\$ 2,515 bilhões para o Grupo Neoenergia.

No setor de iluminação pública do Distrito Federal, destaca-se a edição do Decreto Distrital nº 40.898, de 17 de junho de 2020, que regulamentou a outorga à Companhia Energética de Brasília da concessão da prestação do serviço de iluminação pública no Distrito Federal, por trinta anos. Na qualidade de concessionária de iluminação pública no Distrito Federal, a CEB deverá implementar ações de modernização e eficientização do sistema de iluminação pública no Distrito Federal, trocando as lâmpadas de tecnologia mais antiga por lâmpadas LED, o que além de melhorar a qualidade do serviço prestado possibilitará significativa redução do consumo de energia elétrica do parque de iluminação pública no Distrito Federal.

Disclaimer:

Esse documento foi preparado pela CEB, com o intuito de indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da CEB e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização por escrito.

As informações contidas neste documento refletem as atuais condições e ponto de vista da administração até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da CEB sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização.

Todas as informações relevantes, ocorridas no período e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e nas Demonstrações Financeiras Intermediárias, que podem ser acessadas pelo site da empresa (www.ceb.com.br).

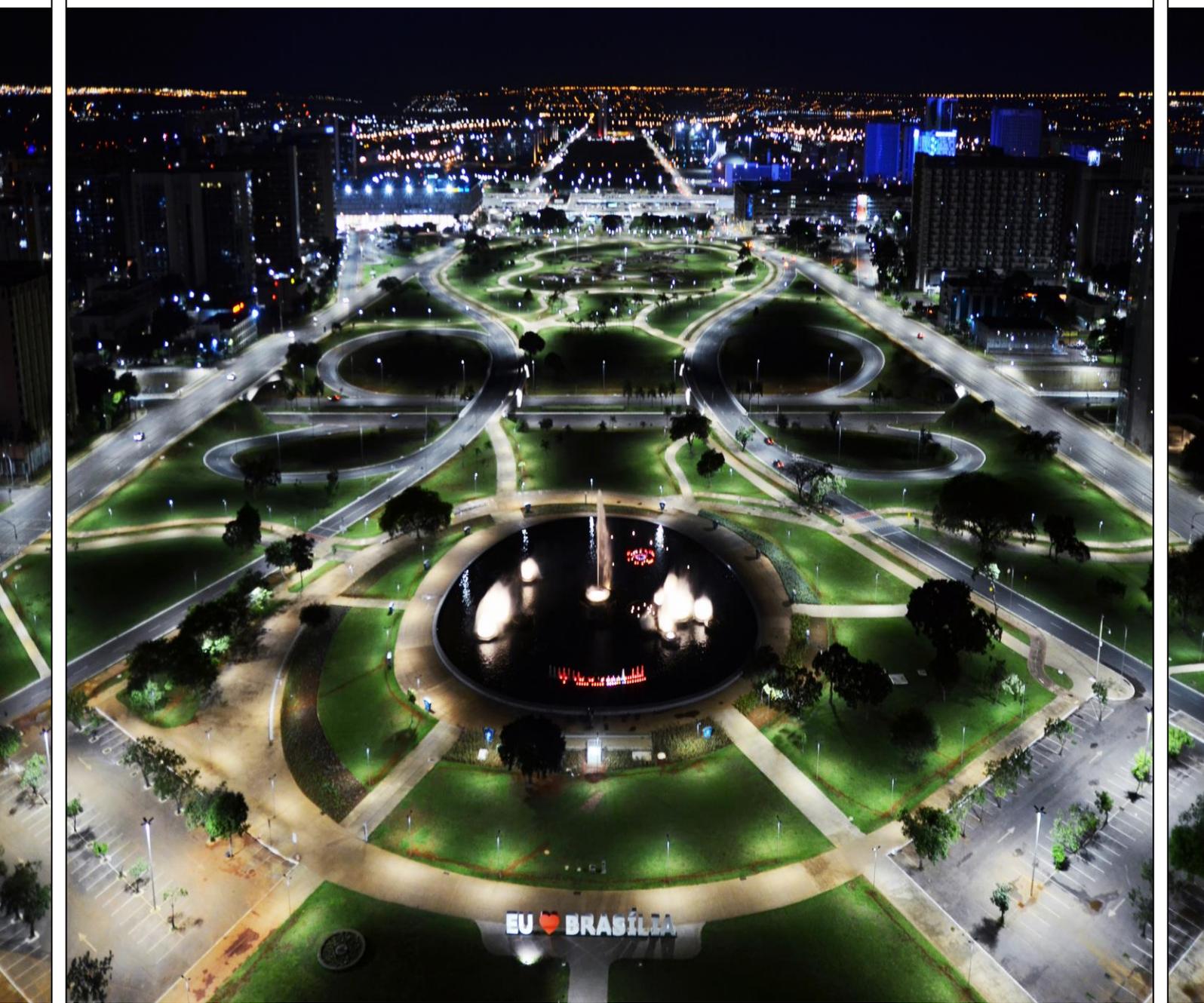
Audidores Independentes:

A Companhia informa, nos termos da Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, que utiliza os serviços de Auditoria Independente da Russell Bedford; e que em 2021 não usou outros serviços desses auditores senão aqueles ligados diretamente à auditoria das demonstrações contábeis.



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2021



DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
2021



Companhia Energética de Brasília – CEB
CNPJ 00.070.698/0001-11
Balancos Patrimoniais
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020			31/12/2021	31/12/2020		
Circulante						Circulante					
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	487.646	14.412	714.792	136.703	Fornecedores	13	19.711	14.383	22.538	16.549
Contas a Receber	5	9.982	11.558	34.095	33.836	Obrigações tributárias	14	4.552	50.586	42.445	78.069
Depósitos e Bloqueios Judiciais	8	121	111	883	265	Encargos regulatórios		-	-	3.525	7.766
Estoques		3.250	875	3.324	953	Empréstimos e financiamentos	15	-	13.110	-	13.110
Tributos e Contribuições Compensáveis	6	14.513	4.327	14.604	4.877	Obrigações societárias	16	271.599	559.657	288.806	571.448
Demais Créditos	7	22.625	42.920	191.315	28.890	Obrigações sociais e trabalhistas	17	321	638	1.356	946
Ativos não Circulante Mantido para Venda	9	-	641	-	641	Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios	18	-	200	1.482	2.463
Ativos de Operação Descontinuada		-	961.965	-	3.111.907	Demais obrigações	19	1.685	1.394	81.350	4.343
Total do Circulante		538.137	1.036.809	959.013	3.318.072	Passivos de Operação Descontinuada		-	-	-	2.149.941
						Total do Circulante		297.868	639.968	441.502	2.844.635
Não Circulante						Não Circulante					
Aplicações Financeiras		-	-	1.582	1.539	Obrigações tributárias	14	3.669	3.669	4.119	3.843
Empréstimos e Financiamentos		68	1.148	68	1.148	Empréstimos e financiamentos	15	-	81.991	-	81.991
Depósitos e Bloqueios Judiciais	8	5.893	5.893	8.494	8.083	Benefícios pós emprego		-	-	408	-
Tributos e Contribuições Compensáveis	6	709	692	709	696	Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios	18	8.384	-	9.607	1.958
Demais Créditos	7	-	-	8.362	9.651	Demais obrigações	19	-	-	529	540
Realizável a Longo Prazo		6.670	7.733	19.215	21.117	Total do Não Circulante		12.053	85.660	14.663	88.332
Investimentos	10	564.176	344.820	411.293	378.045	Patrimônio Líquido	20				
Imobilizado	11	25.882	12.926	55.196	42.847	Capital social		566.025	566.025	566.025	566.025
Intangível	12	4.058	2.109	69.669	73.711	Reserva de lucros		235.449	137.724	235.449	137.724
Total do Não Circulante		600.786	367.588	555.373	515.720	Ajuste de avaliação patrimonial		27.528	(24.980)	27.528	(24.980)
						Atribuível as acionista controlador		829.002	678.769	829.002	678.769
						Atribuível aos acionistas não controladores		-	-	229.219	222.056
						Total do Patrimônio Líquido		829.002	678.769	1.058.221	900.825
Total do Ativo		1.138.923	1.404.397	1.514.386	3.833.792	Total do Passivo		1.138.923	1.404.397	1.514.386	3.833.792

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



Companhia Energética de Brasília – CEB
CNPJ 00.070.698/0001-11

Demonstrações do Resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	21.1	63.385	52.272	343.088	255.178
Custo com Energia Elétrica	21.2	-	-	(88.621)	(44.999)
Custo de Operação	21.3	-	-	(39.870)	(40.271)
Custo do Serviço Prestado a Terceiros	21.3	(45.013)	(42.362)	(47.781)	(45.088)
Lucro Bruto		18.372	9.910	166.816	124.821
Receitas / (Despesas) Operacionais		1.781.680	62.082	1.712.389	6.508
Despesas com Vendas	21.3	839	(1.810)	839	(1.810)
Despesas Gerais e Administrativas	21.3	(21.378)	(29.162)	(46.653)	(40.223)
Resultado de Equivalência Patrimonial	10	100.752	92.874	48.419	48.170
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	21.4	1.701.467	180	1.709.784	371
Outras Receitas Operacionais		1.709.650	180	1.717.249	1.101
Outras Despesas Operacionais		(8.183)	-	(7.465)	(730)
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro		1.800.052	71.992	1.879.205	131.329
Receitas (Despesas) Financeiras	21.5	45.836	(3.541)	53.003	500
Receitas Financeiras		47.500	4.668	55.366	9.255
Despesas Financeiras		(1.664)	(8.209)	(2.363)	(8.755)
Lucro Operacional antes dos Tributos		1.845.888	68.451	1.932.208	131.829
Imposto de Renda e Contribuição Social	14	(586.685)	6.138	(629.055)	(24.481)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente		(586.685)	(62.425)	(628.779)	(93.558)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido		-	68.563	(276)	69.077
Lucro do Exercício Proveniente das Operações Continuadas		1.259.203	74.589	1.303.153	107.348
Lucro do Exercício Proveniente da Operação Descontinuada	10.4	(8.746)	358.030	(8.746)	358.030
Lucro do Exercício		1.250.457	432.619	1.294.407	465.378
Atribuído aos Acionistas Controladores				1.250.457	432.619
Atribuído aos Acionistas não Controladores				43.950	32.759
Lucro Básico e Diluído por Ação em Reais:	22				
Ações Ordinárias – Básicas e diluídas		16,66	36,90		
Ações Preferenciais Classe A – Básicas e diluídas		16,66	36,90		
Ações Preferenciais Classe B – Básicas e diluídas		18,33	40,59		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



Companhia Energética de Brasília - CEB
CNPJ 00.070.698/0001-11
Demonstrações dos Resultados Abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Lucro Líquido/(Prejuízo) do Exercício		1.250.457	432.619	1.294.407	465.378
Outros Resultados Abrangentes	20	52.508	227.124	52.508	227.124
Itens que não serão Reclassificados Subsequentemente ao Resultado					
Ganho (Perda) Atuarial com Plano de Benefício Definido				52.508	46.379
Realização de Reserva de Reavaliação (Custo Atribuído)			180.745		180.745
Equivalência Patrimonial sobre Obrigação Atuarial - Benefícios Definido		52.508	46.379		
Resultado Abrangente Total		1.302.965	659.743	1.346.915	692.502
Atribuído aos Acionistas Controladores				1.302.965	659.743
Atribuído aos Acionistas Não Controladores				43.950	32.759

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



Companhia Energética de Brasília - CEB
CNPJ 00.070.698/0001-11
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais

Eventos	Atribuído aos acionistas controladores						Participação de Acionistas não Controladores	Total do Patrimônio Líquido
	Capital Social	Reserva de Lucros		Ajuste de Avaliação Patrimonial/Outros Resultados Abrangentes	Lucros / (Prejuízos) Acumulados	Participação do Acionista Controlador		
		Reserva Legal	Reserva de Capital					
Saldo em 31 de dezembro de 2019 - Reapresentado	566.025	7.120	101.455	109.386	(20.597)	763.389	216.689	980.078
Transação de Capital com Acionistas:								
Constituição de Provisão de Partes Beneficiárias	-	-	-	-	-	-	(6.667)	(6.667)
Dividendos a pagar	-	-	-	-	(553.839)	(553.839)	(20.725)	(574.564)
Lucro líquido do exercício								
Resultado do Exercício	-	-	-	-	432.619	432.619	32.759	465.378
Lucros Acumulados (Lançamentos realizados neste grupo, sem trânsito no resultado)	-	-	-	-	(9.779)	(9.779)	-	(9.779)
Destinação do Lucro								
Reserva Legal	-	29.149	-	-	(29.149)	-	-	-
Realização de Reserva de Reavaliação (Custo Atribuído)	-	-	-	(180.745)	180.745	-	-	-
Equiv. Patrim. sobre Resultados Abrangentes - Controladas - Benefícios Pós-Emprego	-	-	-	46.379	-	46.379	-	46.379
Saldo em 31 de dezembro de 2020	566.025	36.269	101.455	(24.980)	-	678.769	222.056	900.825
Transação de Capital com Acionistas:								
Constituição de Provisão de Partes Beneficiárias	-	-	-	-	-	-	(8.860)	(8.860)
Dividendos Antecipados	-	-	-	-	(869.219)	(869.219)	-	(869.219)
Dividendos a Pagar	-	-	-	-	(265.780)	(265.780)	(27.927)	(293.707)
Lucro líquido do exercício								
Resultado do Exercício	-	-	-	-	1.250.457	1.250.457	43.950	1.294.407
Lucros Acumulados (Lançamentos realizados neste grupo, sem trânsito no resultado)	-	-	-	-	34.750	34.750	-	34.750
Prejuízos Acumulados (Lançamentos realizados neste grupo, sem trânsito no resultado)	-	-	-	-	(52.483)	(52.483)	-	(52.483)
Destinação do Lucro								
Reserva Legal	-	61.636	-	-	(61.636)	-	-	-
Reserva para Expansão dos Negócios Sociais	-	-	36.089	-	(36.089)	-	-	-
Equiv. Patrim. sobre Resultados Abrangentes - Controladas - Benefícios Pós-Emprego	-	-	-	52.508	-	52.508	-	52.508
Saldo em 31 de dezembro de 2021	566.025	97.905	137.544	27.528	-	829.002	229.219	1.058.221

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



Companhia Energética de Brasília – CEB
CNPJ 00.070.698/0001-11
Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Direto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais				
Recebimento de Consumidores	71.135	62.047	396.994	272.314
Rendimento de Aplicações Financeiras	47.435	697	54.310	4.122
Liberação de Garantia CCEE	-	-	5.472	5.804
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Recebidos	83.972	73.517	47.820	32.790
Outros Recebimentos	4.054	299	9.199	291
Recebimentos	206.596	136.560	513.795	315.321
Fornecedores - Materiais e Serviços	(55.715)	(43.677)	(63.536)	(51.265)
Fornecedores - Energia Elétrica e Gás	-	-	(35.588)	(26.220)
Salários e Encargos Sociais	(16.186)	(20.860)	(36.959)	(29.307)
Pagamentos de Encargos da Dívida	(842)	(6.736)	(1.032)	(6.872)
Impostos e Contribuições	(649.978)	(19.989)	(702.338)	(65.004)
Encargos Setoriais	-	-	(5.814)	(3.255)
Outros Pagamentos	(7.380)	(2.584)	(53.676)	(40.424)
Pagamentos	(730.101)	(93.846)	(898.943)	(222.347)
Caixa Líquido Proveniente das (Usado nas) Atividades Operacionais	(523.505)	42.714	(385.148)	92.974
Caixa Líquido Proveniente das (Usado nas) Atividades Operacionais Descontinuadas				137.692
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento				
Aquisição de Ativos Financeiros da Concessão, Intangíveis e Imobilizados	(1.725)	(42)	(4.328)	(4.090)
Aquisição de Investimentos	(119)	(1.170)	(126)	(1.225)
Alienação de Imobilizado e Investimentos	2.515.000	-	2.515.000	-
Adiamento para Futuro Aumento de Capital	(69)	(168)	(69)	(168)
Caixa Líquido (Usado nas) Atividades de Investimento de Operações Continuadas	2.513.087	(1.380)	2.510.477	(5.483)
Caixa Líquido (Usado nas) Atividades de Investimento de Operações Descontinuadas				(16.794)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento				
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	(8.935)	-	-	-
Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio Pagos	(1.422.460)	(28.000)	(1.446.682)	(48.645)
Amortização de Empréstimos e Financiamentos	(95.164)	(21.908)	(95.164)	(21.908)
Custos de Transação	-	-	-	-
Outros	10.211	10.273	(5.394)	3.137
Caixa Líquido Proveniente das (Usado nas) Atividades de Financiamento de Operações Continuadas	(1.516.348)	(39.635)	(1.547.240)	(67.416)
Caixa Líquido Usado nas Atividades de Financiamento de Operações Descontinuadas				(156.107)
Aumento (Redução) do Saldo Líquido de Caixa e Equivalente	473.234	1.699	578.089	(15.134)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	14.412	12.713	136.703	465.338
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício de Operações Descontinuadas	-	-	-	313.501
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício de Operações Continuadas	487.646	14.412	714.792	136.703

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



Companhia Energética de Brasília – CEB
CNPJ 00.070.698/0001-11
Demonstração do Valor Adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receitas	1.781.472	57.333	2.106.731	289.844
Venda de Energia e Serviços Prestados	71.686	59.082	389.311	290.612
Perdas Estimadas em Créditos Liquidação Duvidosa	136	(1.762)	136	(1.870)
Receita na Alienação de Ativos	1.706.162	-	1.712.372	-
Outras Receitas	3.488	13	4.912	1.102
Insumos Adquiridos de Terceiros	(71.474)	(59.041)	(170.734)	(120.123)
Custos com Serviço de Energia Elétrica	-	-	(95.706)	(45.569)
Custos com Serviço Prestado a Terceiros	(27.490)	(42.362)	(30.062)	(45.088)
Serviços de Terceiros	(17.735)	(16.111)	(19.167)	(17.059)
Material	(17.820)	(32)	(17.943)	(11.041)
Provisões/Reversões	(8.184)	(100)	(7.466)	(899)
Outros	(245)	(436)	(390)	(467)
Valor Adicionado Bruto	1.709.998	(1.708)	1.935.997	169.721
Retenções	(2.556)	(1.082)	(9.933)	(8.329)
Depreciação e Amortização	(2.556)	(1.082)	(9.933)	(8.329)
Valor Adicionado Líquido Produzido	1.707.442	(2.790)	1.926.064	161.392
Valor Adicionado Recebido em Transferência	178.676	456.369	135.660	420.885
Receitas Financeiras	83.811	1.932	91.938	10.174
Resultado de Equivalência Patrimonial de Operações Continuadas	100.752	92.874	48.418	48.170
Resultado de Equivalência Patrimonial de Operações Descontinuadas	(8.746)	358.030	(8.746)	358.030
Dividendos Recebidos	2.859	3.533	4.050	4.511
Valor Adicionado Total a Distribuir	1.886.118	453.579	2.061.724	582.277
Distribuição do Valor Adicionado	1.886.118	453.579	2.061.724	582.277
Empregados	11.284	10.481	25.918	21.519
Remuneração Direta	10.881	9.980	24.135	20.572
FGTS	230	234	826	460
Benefícios	173	267	957	486
Impostos, Taxas e Contribuições	589.128	2.270	683.539	61.503
Federal	587.690	1.088	680.392	59.632
Estadual e Municipal	1.438	1.182	3.147	1.871
Remuneração de Capitais de Terceiros	35.249	8.209	57.860	33.878
Aluguéis	191	-	22.102	25.123
Despesas Financeiras	35.058	8.209	35.758	8.755
Remuneração de Capitais Próprios	1.250.457	432.619	1.294.407	465.377
Participação dos Acionistas Não Controladores	-	-	43.950	32.759
Lucros Líquidos Retidos	1.250.457	432.619	1.250.457	432.618

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

1. CONTEXTO OPERACIONAL E INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. OBJETIVO SOCIAL

A Companhia Energética de Brasília (“Companhia”, “CEB” ou “Controladora”) é uma sociedade de economia mista de capital aberto, autorizada pela Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964, sob o CNPJ nº 00.070.698/0001-11. Com sede localizada no SGAN Quadra 601, Bloco H, Salas SEMI Enterrado: 004SE à 019SE, Edifício ÍON Escritórios Eficientes, Asa Norte, Brasília - DF - CEP: 70.830-010, possui registro na Comissão de Valores Mobiliários - CVM como Companhia Aberta na categoria A (emissores autorizados a negociar quaisquer valores mobiliários) e tem suas ações transacionadas na Bolsa de Valores de São Paulo (Brasil, Bolsa, Balcão - B3). Em 4 de julho de 1994, a Companhia iniciou a negociação de suas ações, ordinárias e preferenciais, sob os códigos CEBR3, CEBR5 e CEBR6. Demais informações da Companhia podem ser obtidas pelo endereço eletrônico [<https://ri.ceb.com.br/>].

As demonstrações financeiras da Companhia abrangem a Companhia e suas subsidiárias quando apresentadas de forma consolidada.

A Companhia tem como objetivo principal a participação em outras sociedades que atuam na exploração direta ou indireta de serviços de energia elétrica, compreendendo os segmentos de geração, transmissão, distribuição e comercialização, bem como a prestação de serviços de manutenção e de expansão do sistema de iluminação pública do Distrito Federal.

Abaixo lista das controladas e coligadas do Grupo:

	Atividade	Participação acionária %	
		2021	2020
Participações diretas			
Em Controladas			
CEB Distribuição S.A. (“CEB DIS”, ou “Distribuidora”)(Nota 1.4)	Distribuição	-	100,00
CEB Geração S.A.	Geração	100,00	100,00
CEB Participação S.A.	Comercialização	100,00	100,00
CEB Iluminação Pública e Serviços S.A. (“CEB IPES”)	Serviços	100,00	100,00
CEB Lajeado S.A. (“Lajeado”)	Comercialização	59,93	59,93
Companhia Brasiliense de Gás (“CEB Gás”) (*)	Gás	17,00	17,00
Em Controlada em Conjunto			
Energética Corumbá III S.A.	Geração	37,50	37,50
Em Coligada			
Corumbá Concessões S.A. (Corumbá)	Geração	32,52	32,52
Participações indiretas			
Em Coligada			
Investco S.A.	Geração	11,99	11,99
Outras Participações			
BSB Energética S.A.	Geração	9,00	9,00

(*) A CEB exerceu direito de preferência na aquisição de ações em outubro de 2021, agora aguarda o efetivo pagamento para concretizar a operação. Quando da efetivação, o percentual deste investimento passará a ser de 25% (Nota Explicativa 27.3).

1.2. SEGMENTO DE GERAÇÃO

1.2.1. Acordo GSF – Repactuação do Risco Hidrológico e Extensão de Outorga – Impacto Sobre as Investidas

A partir do exercício de 2014, o setor elétrico brasileiro enfrentou uma crise de caráter estrutural e regulatório que, agravada pela considerável redução dos níveis de armazenamento dos reservatórios, levou a um déficit de geração de energia, ocasionando exposições financeiras negativas aos geradores. Com isso foi imputado ao segmento uma conta bilionária oriunda da queda do Ajuste do Mecanismo de realocação de Energia – MRE, aliado aos elevados valores dos preços da energia no Mercado de Curto Prazo – MCP (Preço de Liquidação das Diferenças – PLD).

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Os geradores reagiram recorrendo ao judiciário para a garantia de continuidade dos negócios a partir de ações judiciais protetivas aos efeitos negativos do ajuste ao MRE no mercado de curto prazo o que levou a um alto índice de inadimplência nas liquidações financeiras deste mercado, gerando insegurança e desestruturando o mercado "spot". O Regulador, na busca por uma solução, no final de 2015, propôs a "Repactuação do Risco Hidrológico" aos geradores, repassando aos consumidores o risco hidrológico a partir do pagamento de um prêmio de risco, compensações financeiras, extensão de concessões, tendo como contrapartida a desistência de ações judiciais.

Contudo, a medida foi objeto de adesão somente por parte dos geradores com contratos negociados nos leilões do ambiente regulado, permanecendo os agentes atuantes no ambiente livre com ações judiciais vigentes, o que levou ao travamento das operações de liquidação do mercado de curto prazo que permaneceu, em parte, judicializado, com represamento de aproximadamente R\$ 12 bilhões, em fins do ano de 2021, garantidos judicialmente.

Tal arcabouço foi ampliado com o advento da Lei nº 14.052, de 8 de setembro de 2020, com a inserção de mecanismo de compensação aos titulares de usinas hidrelétricas integrantes do MRE de efeitos decorrentes da antecipação da garantia física e restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento das Usinas Estruturantes, bem como pela geração fora da ordem de mérito e importação.

A regulamentação da matéria se deu com a publicação, em 3 de dezembro de 2020 da Resolução Normativa (REN) nº 895 que estabeleceu metodologia para cálculo da referida compensação, mediante a extensão do prazo da outorga, em consonância à legislação, segundo prescrito no § 4º do art. 2º-A da Lei nº 13.203/15, introduzido pela Lei nº 14.052/20.

Contudo, foram inúmeros os questionamentos e petições, endereçadas à ANEEL, por entidades e agentes do setor elétrico inconformados com o rito processual e os termos apregoados na REN nº 895/20.

Foi então publicada a REN nº 930, em 30 de março de 2021 a qual alterou e ampliou a regulamentação ao assunto. Esta resolução, entretanto, levou à Representação do TCU nº TC 012.609/2021-8 que questionou a legalidade da regra e "determinou a abstenção da prática de qualquer ato decorrente da 930/2021 até que seja analisado o mérito da Representação."

Após distintas questões processuais, no dia 13 de julho de 2021, foi sancionada a Lei nº 14.182/21 que, em seu art. 18, deu nova redação ao § 4º do art. 2-A e ao § 9º do art. 2-B da Lei nº 13.203/15, "ampliando o cálculo do prazo de extensão de outorga das usinas que repactuaram o risco hidrológico e incluindo as usinas estruturantes no cálculo da compensação financeira e extensão de outorga", levando à perda de objeto a Representação do TCU.

O direito de extensão do prazo de outorga foi então conduzido em duas partes pela ANEEL: na primeira parte, a REH nº 2.919/21, homologou os prazos de extensão de outorga das usinas que não repactuaram o risco hidrológico, em 2016; a segunda parte, a REH nº 2932/21 homologou os prazos de extensão de outorga das usinas que repactuaram o risco hidrológico.

A REH nº 2932, em seu ANEXO I, homologa o prazo de extensão da outorga, a que tem direito os empreendimentos CEB: UHE Lajeado (980 dias), UHE Queimado (556 dias), UHE Corumbá III (1163 dias) e UHE Corumbá IV (1137 dias).

Assim, a CEB LAJEADO assinou Termo de Aceitação de Prazo de Extensão de Outorga e de desistência e renúncia ao direito de discutir a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao mecanismo de realocação de energia – MRE, em 09 de novembro de 2021, em que o gerador declara a aceitação do(s) prazo(s) de extensão de outorga de 980 dias, conforme estabelecido na Resolução Homologatória nº 2.919, de 3 de agosto de 2021 e na Resolução Homologatória nº 2.932, de 14 de setembro de 2021, passando a vigência da Concessão a 22 de setembro de 2035.

A CEB Participações, por sua vez, assinou Termo de Aceitação de Prazo de Extensão de Outorga e de desistência e renúncia ao direito de discutir a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao mecanismo de realocação de energia – MRE, em 28 de setembro de 2021 em que o gerador declara a aceitação do(s) prazo(s) de extensão de outorga de 556 dias, conforme estabelecido na Resolução Homologatória nº 2.919, de 3 de agosto de 2021 e na Resolução Homologatória nº 2.932, de 14 de setembro de 2021, passando a vigência da Concessão a 27 de junho de 2034.

Em 23 de fevereiro foi publicada a Resolução autorizativa nº 11.132, de 08 de fevereiro de 2022, que estende o prazo da concessão de Corumbá IV para 03 de julho de 2040, em atendimento ao estabelecido na Lei nº 14.052/20.

1.2.2. CEB Geração S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

1.2.2.1. Renovação da Concessão

A CEB Geração S.A. vinha tomado todas as providências administrativas junto à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e Ministério de Minas e Energia – MME para a prorrogação da concessão da PCH Paranoá que se encerrou em 29 de abril de 2020.

Em 24 de abril de 2020, foi publicada no Diário Oficial da União a Portaria nº 190 do MME que designava a CEB Geração S.A., como responsável pela Prestação do Serviço de Geração de Energia Elétrica, por meio da Usina Hidrelétrica denominada PCH Paranoá, até a assunção do Concessionário vencedor da licitação da Usina Hidrelétrica.

A Diretoria da ANEEL, por meio do Ofício nº 53/2020-DIR/ANEEL, de 16 de março de 2020, definiu a Receita Anual de Geração – RAG, apresentando a tarifa e o Custo da Gestão dos Ativos de Geração – GAG da PCH Paranoá. Com essa nova realidade, a receita operacional líquida mensal da Companhia sofreu uma significativa redução, que foi de aproximadamente 50%.

Vale destacar que a CEB Geração S.A. protocolou na ANEEL, em 27 de abril de 2020, Ofício nº 8/2020 - CEB-G/DIR, refazendo o pedido de prorrogação da concessão da UHE Paranoá, com base no art. 1º da Lei nº 12.783/2013.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) aprovou no dia 02 de junho de 2020, em Reunião Pública de Diretoria, o encaminhamento para o Ministério de Minas e Energia (MME) do pedido de prorrogação da outorga de concessão da Usina Hidrelétrica (UHE) Paranoá.

Em 10 de dezembro de 2021, o MME, tendo em vista o disposto na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, deferiu o Pedido de Prorrogação do Prazo da Concessão da Pequena Central Hidrelétrica, integrante do Contrato de Concessão nº 01/2016- ANEEL, celebrado entre a União e CEB Geração S.A., pelo prazo de trinta anos, contado a partir de 30 de abril de 2020, com término em 29 de abril de 2050.

Durante o período em que a CEB Geração Administrava a PCH, sem a concessão renovada, as receitas foram apuradas pelo regime de cotas de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.902, de 20 de julho de 2021, a qual define o valor da Receita Anual de Geração (RAG).

1.2.3. Corumbá Concessões S.A.

1.2.3.1. Compra de ações – execução do direito de preferência – Exercício de 2020

O Conselho de Administração da Companhia aprovou em sua 592ª Reunião Ordinária, realizada em 30 de abril de 2020, a execução do direito de preferência na aquisição proporcional de 50% das Ações Ofertadas, pertencentes a Marco de Almeida Castro, no capital social da Corumbá Concessões S.A..

O custo de aquisição das ações foi de R\$ 1.288.843,05 (um milhão, duzentos e oitenta e oito mil, oitocentos e quarenta e três reais e cinco centavos), representando um aumento de participação acionária na ordem de 0,38%, passando de 32,14% para 32,52%.

Os valores serão pagos da seguinte forma: (i) R\$ 893.587,55 (oitocentos e noventa e três mil, quinhentos e oitenta e sete reais e cinquenta e cinco centavos) na data do exercício do direito de preferência; e (ii) 10 parcelas mensais de R\$ 39.525,55 (trinta e nove mil, quinhentos e vinte e cinco reais e cinquenta e cinco centavos) sendo o vencimento da 1ª parcela na data da transferência das ações ofertadas, mediante a lavratura e assinatura dos livros da sociedade relativas à transferência das ações ofertadas.

Em 31 de dezembro de 2020 ainda possuía 3 parcelas para quitação da aquisição das ações.

A CEB Participações S.A., empresa do Grupo e acionista da Corumbá Concessões S.A., também acompanhou o direito de preferência, proporcionalmente ao seu investimento, e passou de 1,52% para 1,54% na participação acionária.

1.3. ALIENAÇÃO DO CONTROLE ACIONÁRIO DA CEB DISTRIBUIÇÃO S.A.

A Companhia Energética de Brasília - CEB, controladora integral da CEB DIS, por meio da 98ª Assembleia Geral Extraordinária - AGE, realizada em 19 de junho de 2019, deliberou pela elaboração de estudos e modelagem para alienação do controle acionário da Distribuidora, mantendo sob a sua titularidade o mínimo de 49% da participação

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

societária. Para tanto, foram adotadas todas as medidas cabíveis, em observância ao ordenamento jurídico e à decisão proferida pelo pleno do Supremo Tribunal Federal nas ADI 5.624 (MC-Ref), MC-ADI 5.846, MC-ADI 5.924 e MC-ADI 6.029.

Em agosto de 2019, a Controladora CEB e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES assinou contrato de estruturação de projeto para o processo de desestatização da CEB DIS. O Banco efetuou a coordenação do projeto de desestatização da Companhia durante todas as fases, que compreenderam estudos e modelagem econômico-financeira, consulta e audiência pública, realização do leilão e assinatura do contrato entre o setor público e o parceiro privado.

Ainda em 2019, o BNDES realizou processo licitatório, por meio de pregão eletrônico público, para a contratação de consultores, responsáveis pela realização dos estudos de modelagens e propostas de avaliação da Distribuidora.

O modelo utilizado pelo BNDES advém das regras contidas no Programa Nacional de Desestatização (PND), o qual pressupõe 02 (dois) serviços. O serviço "A", que é um serviço exclusivamente de avaliação, e o serviço "B", que é composto pela avaliação e mais as diligências técnicas, econômicas e jurídicas (*due diligence*) que avaliam a empresa sob a ótica de seus ativos regulatórios, fluxo de caixa, passivos, riscos regulatórios e jurídicos.

O processo seletivo conduzido pelo BNDES foi dividido em dois itens e contou com a participação de 12 empresas, entre consultorias nacionais e multinacionais. Ao final do certame, sagraram-se vencedores: a) para os serviços "A", o Consórcio BR/LMDM Power, formado pelas empresas BR Partners Assessoria Financeira LTDA e LMDM Consultoria LTDA; e b) para o serviço "B", o Consórcio Nova CEB, liderado pelo Banco Plural S.A. e composto pela Sociedade de advogados Almeida, Rotemberg e Boscoli (Demarest Advogados), e a consultoria Thymos Energia, Engenharia e Consultoria LTDA.

O início dos trabalhos se deu em janeiro de 2020 e a apresentação dos resultados à Controladora CEB estava prevista para o final de maio de 2020, porém, por ocasião da pandemia, o trabalho, e por consequência, a entrega do relatório final atrasou.

Em 11 de agosto de 2020, foi comunicada a abertura da Sala de Informações/*Data room*.

Em 13 de outubro de 2020, foi aprovada, na 103ª AGE, a venda de 100% da participação acionária da CEB DIS.

Em 14 de outubro de 2020, ocorreu a audiência pública sobre a alienação da CEB DIS.

No dia 06 de novembro de 2020, foi lançado o edital de licitação para alienação da CEB DIS.

No dia 13 de novembro de 2020, foi publicada a alteração do cronograma de eventos constante no edital de alienação na CEB DIS.

Em 04 de dezembro de 2020, foi realizado o leilão, pela Brasil, Bolsa e Balcão - B3, com participação das empresas credenciadas. Se sagrou vencedora do certame a Bahia Geração de Energia S.A. com o lance de R\$ 2.515.000.

Foi publicado o Comunicado Relevante nº 6, publicado no DODF nº242, em 24 de dezembro de 2020 e o Comunicado Relevante nº 7, que trataram do resultado definitivo, homologação e adjudicação do Leilão nº01/2020 – CEB D, com adjudicação do seu objeto à empresa Bahia Geração de Energia S.A., do grupo Neoenergia, mediante apresentação de proposta econômica no valor de R\$ 2.515.000.

Em 14 de janeiro de 2021, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE efetuou a aprovação prévia para operação de transferência de controle acionário, por meio do parecer nº 9/2020/CGAA5/SGA1/SG.

Em 22 de janeiro de 2021 a ANEEL deferiu o pedido de anuência prévia para operação de transferência de controle acionário.

A liquidação do referido Leilão ocorreu no dia 02 de março de 2021, antecipando ao previsto no Cronograma de Eventos, Capítulo VII do Edital do Leilão, sendo efetivada a transferência do controle acionário da Distribuidora à Bahia Geração de Energia S.A.. nesta data.

A CEB DIS, nestas informações financeiras e respectivas notas explicativas, está sendo apresentada como operação descontinuada, conforme previsto no Pronunciamento Técnico nº CPC 31.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

1.4. BLOQUEIO JUDICIAL SOBRE OS DIVIDENDOS

A Companhia, em virtude do Processo de Execução Fiscal nº 30918-50.2013.4.01.3400, que tramita na 18ª Vara da Justiça Federal do Distrito Federal, recebeu Mandado de Penhora determinando o bloqueio da quantia de R\$ 5.817 (cinco milhões, oitocentos e dezessete mil, trezentos e vinte e dois reais e vinte centavos), que estaria destinada ao pagamento dos dividendos aos acionistas, conforme deliberado pela Assembleia Geral Ordinária da CEB, realizada em 30 de abril de 2019.

De acordo com a decisão que determinou a penhora, a Assembleia Geral Ordinária da CEB, que deliberou pela distribuição de dividendos, estaria em desacordo com o disposto no art. 32 da Lei nº 4.357/1964, segundo o qual as pessoas jurídicas em débito fiscal com a União não poderão distribuir quaisquer bonificações a seus acionistas, tampouco dar ou atribuir participação de lucros a seus sócios quotistas, a seus diretores e aos demais membros de órgãos dirigentes, fiscais ou consultivos.

A CEB opôs embargos de declaração em face da decisão que rejeitou a exceção de pré-executividade e determinou a penhora da quantia destinada pela embargante à distribuição de dividendos. Ocorre que, em 26 de junho de 2019, foi proferida nos autos da ação declaratória decisão indeferindo a tutela de urgência ali requerida fato que esvazia os presentes embargos de declaração. Foi julgado em 08 de julho de 2019, prejudicado o pleito formulado nos embargos de declaração.

Ocorre que o art. 32 da Lei nº 4.357/64, foi vetado ainda no ano de 1964, suprimindo a expressão “dividendos” da referida Lei, sob o argumento de que seria incompatível com a legislação societária ao informar a obrigatoriedade de pagamentos de dividendos aos acionistas, além do mais a ingerência do fisco em assuntos de economia interna das empresas deve ficar adstrita a causas excepcionais.

A área jurídica da Companhia já peticionou ao Juiz Federal da Vara de Execuções Fiscais requerendo a liberação do recurso financeiro penhorado, estando o processo concluso para decisão até a emissão destas demonstrações financeiras.

1.5. CONTRATO DE CONCESSÃO ADMINISTRATIVA DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL

Em 17 de junho de 2020, o decreto Nº 40.898 emitido pelo Governo do Distrito Federal, regulamentou a outorga à Companhia Energética de Brasília da concessão da prestação do serviço de iluminação pública no Distrito Federal.

A prestação do serviço de iluminação pública, objeto da concessão, abrange as atividades de planejamento, investimento e gestão da implantação, instalação, recuperação, modernização, melhoramento, eficientização, expansão, operação e manutenção dos ativos que integram o sistema de iluminação pública no território do Distrito Federal.

Em 20 de julho de 2020, o contrato de Concessão Administrativa dos Serviços de Iluminação Pública no Distrito Federal foi celebrado entre as partes e terá prazo de vigência de 30 anos.

As partes agora estão em fase de transição operacional, a fim de viabilizarem as modificações necessárias. A expectativa é que se tenha o início da operação no exercício de 2022.

1.6. INCORPORAÇÃO DE ACERVO LÍQUIDO ORIUNDO DA CEB DISTRIBUIÇÃO S.A. NA CEB ILUMINAÇÃO PÚBLICA E SERVIÇOS S.A.

Em 18 de junho de 2020, a CEB DIS solicitou a sua agência reguladora, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, anuência prévia para alteração do seu estatuto social em função da redução de capital social da empresa decorrente da transferência de bens imóveis vinculados a operação de cisão parcial.

A cisão teve por finalidade a migração de terrenos, recursos financeiros e parte dos colaboradores para a CEB IPES.

Em 09 de outubro de 2020, a ANEEL, por meio do despacho nº 2.911, aprovou o pedido de anuência e ratificou o pedido complementar em 25 de janeiro de 2021, por meio do despacho nº 168.

Em fevereiro de 2021, após todos os trâmites regulamentares, a incorporação do acervo líquido cindido foi realizada na CEB IPES, com adição entre ativos e passivos líquidos no montante de R\$ 175.550.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

1.7. MUDANÇA DE LOCAL DA SEDE DA COMPANHIA

Com a alienação da CEB Distribuição S.A. e a locação do terreno do SIA para a nova controladora daquela distribuidora, a Companhia alterou, a partir de julho de 2021, o endereço da sede da Companhia. O novo endereço da Companhia está descrito na nota 1.1.

1.8. PAGAMENTO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO INTERCALARES

A CEB efetuou no dia 27 de outubro de 2021, de acordo com a deliberação da 106ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de outubro de 2021, o pagamento de juros sobre capital próprio e dividendos intercalares no valor bruto de R\$ 869.218.556,69 (oitocentos e sessenta e nove milhões, duzentos e dezoito mil, quinhentos e cinquenta e seis reais e sessenta e nove centavos), da seguinte forma:

- i) Juros sobre o Capital Próprio no montante de R\$ 33.395.513,44 (trinta e três milhões, trezentos e noventa e cinco mil, quinhentos e treze reais e quarenta e quatro centavos); equivalente a R\$ 2,225135831 por ação ordinária; R\$ 2,225135831 por ação preferencial classe A; e R\$ 2,447649414 por ação preferencial classe B; e
- ii) Dividendos Intercalares de R\$ 835.823.043,25 (oitocentos e trinta e cinco milhões, oitocentos e vinte e três mil, quarenta e três reais e vinte e cinco centavos), equivalente a R\$ 55,690708439 por ação ordinária, R\$ 55,690708439 por ação preferencial classe A e R\$ 61,259779283 por ação preferencial classe B.

Os juros sobre o capital próprio e os dividendos intercalares aprovados nesta data foram considerados como antecipação de dividendos da Companhia referentes ao exercício de 2021.

1.9. DESDOBRAMENTO DA TOTALIDADE DAS AÇÕES DA COMPANHIA

Os acionistas da CEB aprovaram por unanimidade, na 106ª Assembleia Geral Extraordinária, a proposta de desdobramento da totalidade das ações, onde cada ação da Companhia foi desdobrada em 5 (cinco) ações da mesma espécie, sem alteração do valor do capital social. A data-base do desdobramento ocorreu no dia 15 de outubro de 2021, e no dia útil seguinte, ou seja, 18 de outubro de 2021, as ações foram negociadas ex-desdobramento.

1.10. EXERCÍCIO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA NA AQUISIÇÃO DAS AÇÕES DA COMPANHIA BRASILIENSE DE GÁS - CEBGAS

A CEB exerceu, em 20 de outubro de 2021, por meio da assinatura do Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças junto à Petrobras Gás S.A - GASPETRO, o direito de preferência na aquisição das ações da Companhia Brasileira de Gás – CEB Gás, detidas pela referida Companhia.

Com esta operação a nova Composição Acionária da CEB Gás passa a ser assim representada:

	ON	%	PN	%	TOTAL	%
CEB	1.278.938	56,250%	426.312	9,375%	1.705.250	25,000%
TERMOGAS	994.729	43,750%	4.121.021	90,625%	5.115.750	75,000%
TOTAL	2.273.667		4.547.333		6.821.000	

Quando a transação for efetivamente concretizada, após a manifestação dos órgãos de controle e o CADE, a Companhia terá, como participação, o percentual de 25% no capital social total da CEB Gás.

2. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.1. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, além das próprias normas expedidas CVM e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

As demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas são apresentadas em milhares de reais (R\$) e com base no custo histórico.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas para fins da gestão administrativa.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo foi autorizada pelo Conselho de Administração em 24 de março de 2022.

2.1.1. Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e também conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB).

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e das empresas controladas pela Companhia, elaboradas até 31 de dezembro de cada exercício.

A CEB DIS, apesar de não ser mais uma empresa controlada da CEB e não fazer parte do grupo econômico no encerramento do exercício de 2021, pois foi alienada em março de 2021, e nesta demonstração ela está apresentada como "operação descontinuada", como requerido pelo CPC 31.

2.1.2. Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e estão em linha com as normas internacionais de contabilidade (IFRS). Essas demonstrações financeiras individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas, controladas em conjunto e coligadas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas, para chegar ao resultado e ao patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora.

2.1.3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseada na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

2.1.3.1. Estimativa de perdas com créditos de liquidação duvidosa

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

A estimativa de perdas com créditos de liquidação duvidosa foi constituída com base na estimativa das prováveis perdas que possam ocorrer na cobrança dos créditos, sendo os saldos demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a classificação do título que as originaram.

O critério utilizado pelo Grupo para constituir a provisão para créditos de liquidação duvidosa é considerado pela Administração como adequado para estimar as perdas com créditos decorrentes de fornecimento de energia.

Para o Grupo foi definido o modelo de perdas ao valor recuperável, através de critérios estabelecidos para cada classe de consumo, conforme definido no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, bem com o incremento do risco de recebimento das faturas adjacentes aos clientes que possuem um histórico de inadimplemento.

2.1.3.2. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o registro contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, que corresponde ao maior montante entre o “valor justo menos custos de venda” e o “valor em uso”. O cálculo é baseado em informações disponíveis de “transações de venda de ativos similares” ou “preços de mercado menos custos adicionais” para descartar o ativo, e utiliza o modelo de fluxo de caixa descontado.

Os fluxos de caixa derivam do orçamento até o final da concessão e não incluem atividades de reorganização com as quais o Grupo ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto do teste.

O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

2.1.3.3. Provisões

2.1.3.3.1. Provisões para riscos tributários, trabalhistas, cíveis e regulatórios

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia ou suas controladas e coligadas possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

O Grupo é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões para riscos tributários, trabalhistas, cíveis e regulatórios são constituídas para todos os processos com os quais seja provável uma saída de recursos para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser efetuada. A avaliação da probabilidade de perda, por parte dos consultores legais da Companhia e de suas controladas e coligadas, inclui a avaliação das evidências disponíveis; a hierarquia das leis; as jurisprudências; as decisões mais recentes nos tribunais; e a sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos e internos.

As provisões são revisadas e ajustadas para considerar alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração do Grupo revisa suas estimativas e premissas em bases mensais. Informações adicionais estão divulgadas na Nota Explicativa nº 18.

2.1.3.4. Benefícios a empregados

A Companhia e suas controladas (“Patrocinadoras”), patrocinam um plano de benefícios complementar de aposentadoria para seus empregados, na modalidade de Contribuição Definida (CD), denominado CEBPREV, com o objetivo de suplementar os benefícios garantidos pelo sistema oficial da previdência social. As patrocinadoras concedem, também, planos de assistência à saúde aos seus empregados e respectivos dependentes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Os ativos do plano de benefício complementar são mantidos por um fundo de pensão, denominado Fundação de Previdência dos Empregados da CEB – FACEB. Os ativos do plano não estão disponíveis aos credores das Patrocinadoras e não podem ser pagos diretamente às Patrocinadoras. O valor justo se baseia em informações sobre preço de mercado.

2.1.3.4.1. Benefícios de curto prazo

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago aos planos de bonificação, em espécie ou em participação nos lucros de curto prazo, se a Companhia ou suas controladas e coligadas têm uma obrigação, em função de serviço prestado pelo empregado, que possa ser estimada de maneira confiável.

2.1.3.4.2. Benefícios pós-emprego

A Companhia e suas controladas (“Patrocinadoras”), patrocinam planos de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão para seus empregados, ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de suplementar os benefícios garantidos pelo sistema oficial da previdência social. As patrocinadoras concedem, também, determinados benefícios de assistência à saúde pós-emprego para seus empregados e respectivos beneficiários – Plano Assistencial.

Atualmente, a CEB determinou como política de definição sobre o plano de aposentadoria para seus funcionários, o de modalidade de contribuição definida (CD), denominado CEBPREV. Esse plano não gera obrigações atuariais que devam ser mensuradas como ativos ou passivos de benefícios pós-emprego. Nas demonstrações consolidadas, o Passivo registrado diz respeito à parcela da patrocinadora no equacionamento ocorrido em 2020 referente aos empregados oriundos da Cisão e que atualmente estão alocados na CEB IPES.

Os ativos do plano de benefício complementar são mantidos por uma entidade fechada de previdência complementar (Fundação de Previdência dos Empregados da CEB – FACEB). Os ativos do plano não estão disponíveis aos credores das Patrocinadoras e não podem ser pagos diretamente às Patrocinadoras. O valor justo se baseia em informações sobre preço de mercado.

Apesar de atualmente o benefício pós-emprego não gerar qualquer contabilização nos ativos e passivos da Companhia, nas demonstrações consolidadas, o Passivo Atuarial registrado diz respeito à obrigação assumida pela CEB IPES, mediante processo de Cisão parcial da CEB DIS, e refere-se ao equacionamento ocorrido em 2020, relativo àquela parcela do pessoal que vieram cindidos da Distribuidora para a CEB IPES.

2.1.3.5. Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível. Contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores podem afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros (Nota Explicativa nº 3.4).

2.1.3.6. Depreciação de ativos tangíveis

A depreciação é calculada pelo método linear, a taxas anuais variáveis de 2% a 20%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens, conforme orientação e definição do órgão regulador. Os terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As taxas de depreciação para os ativos de usinas hidrelétricas estão de acordo com a Resolução Normativa nº 474/2012-ANEEL. As novas taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço foram estabelecidas, a partir de 1º de janeiro de 2012, alterando as tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico – MCPSE, aprovado pela Resolução Normativa nº 367/2009.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Na Investco S.A., as taxas de depreciação refletem a vida útil dos ativos e são as utilizadas para a depreciação dos seus ativos imobilizados. O valor residual é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, conforme estabelecido em contrato firmado entre a Geradora e a União. Ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União que, por sua vez, indenizará a Geradora pelos ativos ainda não totalmente depreciados. A Administração entende que existe o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados e reversíveis, suportada por seus assessores legais e considerando os fatos e circunstâncias disponíveis no momento. Eventuais alterações serão acompanhadas, bem como analisados os seus impactos, se existentes.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis (Nota Explicativa nº 11).

2.1.3.7. Amortização de ativos intangíveis

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com as vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado (Nota Explicativa nº 12).

2.2. CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E CONTABILIZAÇÃO DE INVESTIMENTOS SOCIETÁRIOS

2.2.1. Controladas

2.2.1.1. CEB Geração S.A.

A CEB Geração S.A., cuja criação foi autorizada pela Lei Distrital nº. 2.648, de 26 de dezembro de 2000, é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Companhia Energética de Brasília – CEB, regida pela Lei nº 6.404/76.

Em 12 de janeiro de 2006 foi formalizada a desverticalização da CEB e, sob as disposições da Resolução Autorizativa ANEEL n.º 318, de 14 de setembro de 2005, foi dada autonomia e independência à CEB Geração S.A.. A Companhia tem por objeto a geração e a comercialização de energia.

Em 27 de dezembro de 2016 foi celebrado o Contrato de Concessão nº 001/2016 – ANEEL, cujo objeto é regular a exploração, pela Concessionária, da PCH Paranoá, com termo final da concessão em 29 de abril de 2020. Com o vencimento do Contrato de Concessão da PCH Paranoá, a Companhia passou a ter sua receita definida por meio de tarifa (Receita Anual de Geração – RAG), homologada pela ANEEL, pela disponibilização, em regime de COTAS, da garantia física de energia e de potência da usina hidrelétrica no mercado.

Conforme determinado na Portaria nº 190 do MME, a partir do dia 30 de abril de 2020, a CEB Geração S.A. foi designada como responsável pela Prestação do Serviço de Geração de Energia Elétrica, por meio da Usina Hidrelétrica denominada PCH Paranoá.

Em 10 de dezembro de 2021, o MME, tendo em vista o disposto na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, deferiu o Pedido de Prorrogação do Prazo da Concessão da Pequena Central Hidrelétrica, integrante do Contrato de Concessão nº 01/2016- ANEEL, celebrado entre a União e CEB Geração S.A., pelo prazo de trinta anos, contado a partir de 30 de abril de 2020, com término em 29 de abril de 2050.

2.2.1.2. CEB Participações S.A.

A CEB Participações S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado, autorizada pela Lei Distrital nº 1.788, de 27 de novembro de 1997, constituída como subsidiária integral da CEB, que atua na compra e venda de participações acionárias ou cotas de outras empresas energéticas, de telecomunicações e de transmissão de dados, majoritária ou minoritariamente.

A sociedade atua na comercialização da energia elétrica, na proporção de sua cota-parte de 17,5% no Consórcio CEMIG/CEB, produzida pela Usina Hidrelétrica de Queimado, na condição de produtora independente de energia elétrica.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

O contrato de concessão nº 06/97 foi firmado em 18 de dezembro de 1997 entre a União e o Consórcio CEMIG-CEB (“Consórcio”), para exploração do potencial de energia hidráulica localizado no Rio Preto, entre os municípios de Unaí, no Estado de Minas Gerais e Cristalina, no Estado de Goiás, denominado UHE Queimado, com potência mínima instalada de 105 MW, bem como do respectivo Sistema de Transmissão Associado, que inclui uma linha de transmissão de cerca de 40 km, conectada na tensão de 138 kV, na subestação Unaí 3, de propriedade da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG.

O prazo de Concessão de aproveitamento hidrelétrico é de 35 (trinta e cinco) anos contado a partir de 1997, restando 11 anos para o seu final, que é prorrogável a critério exclusivo do Poder concedente, mediante requerimento prévio das Concessionárias partes do Consórcio, com antecedência de 36 (trinta e seis) meses do seu término. Ao final da concessão, todos os bens e instalações vinculados ao Aproveitamento Hidrelétrico e ao Sistema de Transmissão Associado passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização, aos Concessionários, dos investimentos ainda não amortizados, desde que tenham sido aprovados pelo Poder Concedente.

A energia elétrica gerada pela UHE Queimado é para uso exclusivo das partes concessionárias, na condição de produtores independentes, na proporção da sua participação na formação do consórcio CEMIG-CEB como segue:

Concessionárias	Participação
Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG	82,5%
Companhia Energética de Brasília – CEB	17,5%
Total	100,0%

A CEMIG e a CEB constituíram em 1997 o Consórcio CEMIG – CEB, através do Contrato de Constituição do Consórcio, cujo objeto é a exploração compartilhada de uso de bem público para a exploração do Aproveitamento Hidroelétrico de Queimado e Sistema de Transmissão Associado (AHE Queimado), hoje UHE Queimado, nos termos do Contrato de Concessão nº 06/97 e respectivos aditivos da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. A CEMIG é considerada Líder do Consórcio e é a responsável perante a ANEEL pelo cumprimento das obrigações descritas do Contrato de Concessão, sem prejuízo da responsabilidade solidária da CEB.

A participação de cada consorciada segue a proporção definida no Contrato de concessão. Dessa forma, as alterações realizadas no Contrato de concessão através dos 1º e 2º aditivos também foram refletidas no Consórcio CEMIG – CEB, composto atualmente por CEMIG Geração e Transmissão S.A. e CEB Participações S.A..

A Administração do Consórcio é exercida de forma compartilhada entre as consorciadas, através de duas Diretorias, uma Administrativa e Financeira, a cargo da CEB Participações, e outra de Operação, a cargo da CEMIG GT, além de um Conselho Deliberativo.

O Consórcio não tem personalidade jurídica nos termos do artigo 278 da Lei nº 6.404/76 e sua constituição foi feita de acordo com o artigo 279 desta mesma Lei. O Consórcio não gera receita de venda de energia. As despesas necessárias à operação e manutenção da usina são diretamente suportadas pelas empresas consorciadas, na medida em que tais recursos são necessários e na proporção de sua participação no consórcio. Portanto, para o Consórcio liquidar seus passivos são necessários aportes de recursos das consorciadas.

De acordo com a primeira subcláusula da cláusula terceira do Contrato de Concessão nº 06/97 ANEEL, a CEB Participações S.A. comercializa a energia produzida na sua cota-parte no ambiente regulado sendo inserida atualmente no 1º Leilão para contratação da concessão e autorizações e para produção e compra de energia no período de 1º de janeiro de 2008 a 31 de dezembro de 2037. Os contratos de venda de energia foram realizados em período superior ao da concessão, que se encerra em 2032, sendo que a Administração da Companhia entende que, caso a concessão não seja prorrogada em nome do Consórcio CEMIG – CEB, a obrigação dos contratos de venda de energia será repassada à Entidade que assumirá a concessão da UHE Queimado.

A UHE Queimado encontra-se em operação desde abril de 2004 com três turbinas, representando uma potência instalada de 105 MW e energia assegurada de 67,90 MW. No exercício de 2021 a UHE Queimado produziu 36,68 MW médios, ou seja, 54% da sua garantia física (63,92 MW médios gerados no mesmo período de 2020, 94% de sua garantia física).

Complementarmente, a CEB Par detém a participação acionária correspondente a 1,54% do capital da Corumbá Concessões S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.2.1.3. CEB Lajeado S.A.

A CEB Lajeado S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado, autorizada pela Lei Distrital nº 2.515, de 31 de dezembro de 1999, controlada pela Companhia Energética de Brasília – CEB e é uma coligada da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS. Foi constituída em 22 de fevereiro de 2000, com 59,93% do total das ações, representada por ações ordinárias. As Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás detém 40,07% do total das ações, representada por ações preferenciais.

A CEB Lajeado S.A. em conjunto com a EDP Lajeado Energia S.A. e a Paulista Lajeado Energia S.A. são titulares de ações representativas de 100% do capital votante da Investco S.A.. Sobre este capital, a CEB Lajeado S.A. detém 20% de participação. O prazo de duração do contrato de concessão é de 35 anos contados a partir de 16 de dezembro de 1997, com término previsto para 15 de dezembro de 2032.

As referidas sociedades, juntamente com a Investco, são parte do consórcio denominado “Consórcio Lajeado”, cujo objeto é a exploração compartilhada da concessão de uso de bem público para a exploração da UHE Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado, nos termos do Contrato de Concessão nº 05/1997 e respectivos aditivos.

A CEB Lajeado, em conjunto com a Lajeado Energia S.A., Paulista Lajeado Energia S.A. e a Investco, são parte do consórcio denominado “Consórcio Lajeado”, cujo objeto é a exploração compartilhada da concessão de uso de bem público do Aproveitamento Hidroelétrico Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado, nos termos do Contrato de Concessão n.º 05/97 e respectivos aditivos da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. O prazo de duração do contrato de concessão é de 35 (trinta e cinco) anos contados de sua publicação no Diário Oficial ocorrida em 15 de janeiro de 1998, com vigência até 15 de janeiro de 2033, podendo ser prorrogado, a critério exclusivo do Poder Concedente, nas condições que forem estabelecidas, mediante requerimento das concessionárias.

A concessão da UHE Luís Eduardo Magalhães é compartilhada da seguinte forma:

	Quota
Paulista Lajeado Energia	72,27%
CEB Lajeado	19,80%
Lajeado Energia	6,93%
Investco	1,00%
Total	100,00%

A Investco é titular exclusiva dos ativos que compõem a Usina, porém, esses ativos são arrendados somente aos sócios ordinários e de acordo com percentual de participação de cada um no contrato de concessão, conforme instrumento particular do contrato de arrendamento celebrado em 21 de julho de 2001. Dessa forma, a energia gerada pela UHE Luís Eduardo Magalhães é de propriedade das arrendatárias e não há relação de compra e venda de energia entre a Investco e a CEB Lajeado.

A UHE Luís Eduardo Magalhães encontra-se em operação com cinco turbinas, cada uma com potência de 180,5 MW, representando uma potência total instalada de 902,5 MW, tendo energia assegurada 505,10 MW. Da potência instalada e energia assegurada, as Concessionárias deverão destinar 617,48 MW e 2.877.660 MWh/ano, respectivamente, até o prazo final deste contrato, para venda às empresas concessionárias de serviços públicos de distribuição. A partir de 2016, passou a vigorar a Repactuação do Risco Hidrológico, estabelecida por meio da Lei nº 13.203/2015 e regulamentada pela Resolução Aneel nº 684/2015, que transferiu parte deste risco para os consumidores finais envolvendo os contratos no Ambiente de Contratação Regulada – ACR, como o da CEB Lajeado, mediante o pagamento de um prêmio de risco. O produto escolhido pela Companhia foi o SP92, que garante uma proteção para déficits de geração de energia do Mercado de Curto Prazo superior a 8%, sendo que para déficits até este nível a CEB Lajeado possui a responsabilidade de ressarcir aos agentes de mercados.

A CEB Lajeado tem em vigor um contrato de compra e venda de energia com a Neoenergia Distribuição Brasília, firmado em 27 de novembro de 2001 e posteriormente prorrogado até o prazo limite da concessão da CEB Lajeado (15 de dezembro de 2032).

Em 2020 e em 2021 o volume contratado de energia foi de 823.822,5 MWh/ano, ou 94,04 MW médios, valor que deverá se repetir até o final da concessão. Atualmente a garantia física da CEB Lajeado é de 100,01 MW médios, definido pela Portaria nº 178 do MME de 3 de maio de 2017 e válida a partir do exercício de 2018 e anos posteriores.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

O ano de 2021 caracterizou-se por escassez hídrica severa no segundo e terceiro trimestres e, conseqüentemente, houve uma elevação do preço da energia no Mercado de Curto Prazo ao seu valor máximo, conforme definido pela legislação vigente. Em função das determinações do Operador Nacional do Sistema – ONS sobre a geração de energia do sistema, coubesse à CEB Lajeado uma geração total de energia em 2021 de 89,79 MW médios do total gerado de energia na UHE Luís Eduardo Magalhães, sendo que este montante é 15,2% menor que a garantia física de 100,01 MW (Geração em 2020 equivalente a 82,42 MW Médios, 17,58% inferior à garantia física).

O cálculo da equivalência patrimonial sobre o resultado do exercício da CEB Lajeado S.A. é realizado aplicando o percentual de 55,923% sobre o resultado obtido no exercício. Este percentual é fruto do acordo de acionistas, que garantiu à Eletrobras rendimentos equivalentes a 49,67% do resultado de cada exercício. O percentual de 49,67% inclui o percentual de participação societária de 44,077% e 10% de partes beneficiárias.

2.2.1.4. Companhia Brasiliense de Gás

A Companhia Brasiliense de Gás é uma sociedade de economia mista, constituída em 20 de março de 2001, com autorização da Lei Distrital nº 2.518, de 10 de janeiro de 2000. Tem por objeto social a exploração, com exclusividade, do serviço de distribuição e comercialização de gás combustível canalizado, de produção própria ou de terceiros, podendo inclusive importar, para fins comerciais, industriais, residenciais, automotivos, de geração termelétrica ou quaisquer outras finalidades e usos possibilitados pelos avanços tecnológicos, em todo território do Distrito Federal. A Companhia poderá ainda:

- Efetuar a implantação e a operação das redes de distribuição de gás canalizado, podendo ainda adquirir e importar diretamente gás natural e executar os serviços de transporte;
- Exercer atividades correlatas à sua finalidade principal, especialmente execução de estudos, pesquisas e projetos relacionados com o setor de gás, inclusive, sob a forma de prestação de serviços de consultoria técnica a terceiros;
- e
- Constituir ou participar de outras sociedades, inclusive subsidiárias integrais, visando o êxito na realização de suas atividades.

A concessão da exploração tem prazo de vigência até 9 de janeiro de 2030, podendo ser prorrogada por mais 30 anos.

Para que sua operação seja similar à de outras empresas Distribuidoras de Gás Canalizado no Brasil, faz-se necessária a viabilização de um suprimento adequado às necessidades do Distrito Federal, por meio de um gasoduto de transporte de gás natural.

A Companhia Energética de Brasília – CEB é controladora da Companhia Brasiliense de Gás com 51% das ações ordinárias e 17% do total das ações. Contudo, no dia 20 de outubro de 2021, a CEB exerceu seu direito de preferência na aquisição de ações da CEB Gás detidas pela GASPETRO, agora, aguarda a manifestação dos órgãos reguladores e do CADE para concretizar a operação. Quando da efetivação, o percentual deste investimento no capital social total da Companhia Brasiliense de Gás será de 25%.

2.2.1.5. CEB Iluminação Pública e Serviços S.A.

A CEB Iluminação Pública e Serviços S.A. (“CEB IPES”), cuja criação foi autorizada pela Assembleia Geral de Constituição, é uma sociedade por ações constituída como subsidiária integral da Companhia Energética de Brasília – CEB, regida pela Lei nº 6.404/1976 e pelo seu Estatuto, sob o CNPJ nº 30.683.726/0001-01.

A atividade da CEB IPES será, primariamente, prestar serviços de gestão, manutenção, recuperação, modernização, melhoramento, eficientização, expansão, operação e compartilhamento de ativos que integram o parque de iluminação pública, de forma direta ou indireta; elaboração de estudos, projetos de engenharia, execução de obras de implantação, ampliação, reforma ou manutenção de redes de transmissão e distribuição de energia elétrica aéreas e subterrâneas, sistemas de iluminação pública, instalações elétricas prediais, e atuar nas demais atividades correlatas à prestação de geração, distribuição, transmissão de energia elétrica e iluminação pública.

INCORPORAÇÃO DE ATIVOS VERTIDOS DA CEB DISTRIBUIÇÃO S.A. PARA A CONTROLADORA POR REDUÇÃO DE CAPITAL

O terreno da sede administrativa da CEB Distribuição S.A. foi vertido à CEB por meio de redução de capital em fevereiro de 2021, após a desvinculação do terreno da Base de Remuneração Regulatória (BRR), anuída pela ANEEL em outubro de 2020. O montante da redução de capital foi de R\$ 3.576.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Apesar da transferência para a CEB, o terreno foi alugado para a nova controladora da Distribuidora pelo valor mensal de aproximadamente R\$ 285.

2.2.2. Coligadas

2.2.2.1. Energética Corumbá III S.A.

A Energética Corumbá III S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 25 de julho de 2001, concessionária do serviço público de energia elétrica, na condição de produtora independente e que tem por objetivo principal a exploração de geração de energia elétrica da Usina de Corumbá III. A CEB detém uma participação de 37,5% do capital social, sendo 25% das ações ordinárias e 50% das ações preferenciais.

Seu Contrato de Concessão é o de nº 126/2001 e possui vencimento em 14 de fevereiro de 2037, e tem por objeto principal a exploração de geração de energia elétrica da Usina de Corumbá III. O início da sua operação comercial foi em outubro de 2009.

A construção da Usina de Corumbá III, com potência instalada de 93,6 MW, foi feita em parceria com a Geração CIII S.A, nos percentuais de 40% (quarenta por cento) para a Energética Corumbá III S.A e 60% (sessenta por cento) para a Geração CIII S.A. Os investimentos para a construção foram feitos mediante a constituição de um Consórcio denominado Consórcio Empreendedor Corumbá III.

O início da operação comercial ocorreu em 24 de outubro de 2009, com a entrada em operação da primeira turbina. Em 30 de janeiro de 2010 iniciou a operação da segunda turbina.

A energia gerada é contratada na sua totalidade pela Neoenergia Distribuição Brasília S.A. com reajustes anuais.

2.2.2.2. Corumbá Concessões S.A.

A Corumbá Concessões S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 6 de setembro de 2000, detentora do contrato de concessão nº 93/2000 com vencimento em 12 de março de 2036, concessionária do serviço público de energia elétrica, atuando na geração de energia elétrica, na condição de produtora independente. A participação do Grupo no capital social da Empresa é de 34,06%, sendo 32,52% de propriedade da CEB e 1,54% da CEB Participações S.A..

O Contrato de Concessão nº 93/2000, firmado com a ANEEL em 8 de dezembro de 2000, garante a Corumbá Concessões o direito de exploração potencial de energia elétrica da Central Geradora Corumbá IV, com potência instalada de 127 MW (passando para 129,2 MW no 6º Aditivo do Contrato de Concessão). A Concessão tem prazo original de 35 anos, podendo ser prorrogada ao final, tendo sido estendida em 533 dias pela repactuação do risco hidrológico (95 dias) e pelo despacho nº 283/2017, publicado no D.O.U em 2 de fevereiro de 2017, onde foi deferido o pedido de reposição do prazo da outorga com extensão por 438 dias, mediante aditamento ao Contrato de Concessão nº 93/2000.

2.2.3. Participação Indireta

2.2.3.1. Investco S.A.

A Investco S.A. é uma empresa de capital aberto que tem como objeto social a elaboração de estudos, planejamentos, projetos, constituição e exploração dos sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comércio de energia elétrica, especialmente a exploração dos ativos da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado. A CEB detém através de sua controlada CEB Lajeado S.A. uma participação direta no capital social total da Investco S.A. de 16,98%. Deste total, 20,0% são representados por ações ordinárias; 20,0% de ações preferenciais classe R; 6,02% de ações preferenciais classe A; e 20% de ações preferenciais classe B.

A Investco S.A., juntamente com as sociedades empreendedoras, é parte do consórcio denominado “Consórcio Lajeado” cujo objeto é a exploração compartilhada da concessão de uso de bem público para a exploração da UHE Luís Eduardo Magalhães, nos termos do Contrato de Concessão nº 05/1997 e respectivos aditivos da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

2.2.4. Ligada

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.2.4.1. BSB Energética S.A.

A BSB Energética S.A. é uma sociedade por ações, constituída em 31 de março de 2000, para explorar a geração de energia elétrica no segmento de Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs, com potência global máxima instalada de 200 MW e, estatutariamente, está autorizada a participar de outros empreendimentos ou sociedades, seja como acionista ou quotista. A CEB detém participação acionária de 9,0% do capital social da BSB Energética S.A..

2.2.5. Participação de acionistas não-controladores

É registrado como transações entre acionistas. Conseqüentemente, nenhum ágio ou deságio é reconhecido como resultado de tais transações.

2.2.6. Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas, registradas por equivalência patrimonial, são eliminados contra o investimento na proporção da participação da controladora na companhia investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

2.3. CONVERSÃO DE MOEDA ESTRANGEIRA

2.3.1. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

2.4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e Equivalentes de Caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e incluem saldos de caixa, de depósitos bancários em contas-correntes e de aplicações financeiras resgatáveis sem custo no prazo máximo de 90 dias da data da contratação e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. São registrados inicialmente pelo valor justo das transações que lhes deram origem e são atualizados, quando aplicável, com base nos encargos contratuais (Nota Explicativa nº 4).

2.5. ATIVOS FINANCEIROS

2.5.1. Classificação

Com a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 48, o Grupo alterou a classificação dos seus ativos financeiros nas seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado, eliminando as categorias de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para a venda. A classificação dependerá do modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros, e as características contratuais dos fluxos de caixa.

2.5.1.1. Ativos Financeiros registrados pelo custo amortizado

Um ativo financeiro é classificado pelo custo amortizado quando a entidade possui como modelo de negócios, manter seus ativos financeiros até o vencimento. Entende-se como modelo de negócios a forma como a entidade gerencia seus ativos financeiros para geração de fluxos de caixa. Nesta categoria foram consideradas Caixa e Bancos (Nota Explicativa nº 4); Contas a Receber (Nota Explicativa nº 5); e Aplicações Financeiras de curto prazo (Nota Explicativa nº 4).

2.5.2. Reconhecimento e mensuração

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

O Grupo reconhece todos os ativos financeiros, em sua mensuração inicial, pelo seu valor justo mais os custos incorridos para a sua obtenção ou emissão. Posteriormente, cada instrumento financeiro é classificado pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio de outros resultados.

Para os ativos financeiros registrados pelo custo amortizado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas, nos casos em que há aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial.

A Companhia definiu o modelo de perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, substancialmente àqueles referentes ao Contas a Receber, utilizando uma matriz de provisões e um critério para cada classe de consumo, realizando o arrasto para os clientes que estiverem dentro do critério estabelecido, vinculado ao corte de energia, haja vista o potencial de recebimento das faturas.

2.5.3. Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros (*impairment*)

2.5.3.1. Ativos mensurados ao custo amortizado

O Grupo avalia na data de cada balanço, se há evidência objetiva de que um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Há evidência objetiva de *impairment* se, após o reconhecimento inicial dos ativos, for constatada perda apurada por meio de fluxos de caixa futuros, estimada de maneira confiável.

Os critérios que o Grupo usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- O Grupo, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;
- Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - ✓ Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; e
 - ✓ Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante de perda por *impairment* quando incorrido é registrado no resultado e, se num período subsequente, o valor dessa perda diminuir, em função de um evento que ocorreu após a deterioração anteriormente reconhecida, tal perda deverá ser revertida na demonstração do resultado.

2.6. CONTAS A RECEBER

O Grupo classifica os valores a receber de clientes, dos revendedores, dos concessionários e dos permissionários na rubrica contas a receber. Os recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e estão apresentados pelo valor presente e são deduzidos pelo ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação por meio da constituição de estimativa de perda com crédito de liquidação duvidosa.

Os saldos de contas a receber de consumidores, revendedores, concessionários e permissionários incluem valores faturados e não faturados referentes a prestação de serviços de manutenção e obras de Iluminação pública; incluem ainda o uso do sistema de distribuição por clientes livres, bem como o saldo de energia vendida no mercado de curto prazo comercializada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (Nota Explicativa nº 5).

2.6.1. Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa

A Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa foi constituída com base na estimativa das prováveis perdas que possam ocorrer na cobrança dos créditos, sendo os saldos demonstrados no Ativo Circulante ou Não Circulante, de acordo com a classificação do título que as originaram.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.7. ESTOQUES

Representam os materiais e os equipamentos em estoque (almoxarifado de manutenção e administrativo), classificados no ativo circulante e aqueles destinados a investimentos (material em depósito), classificados no ativo não circulante – imobilizado, que estão registrados pelo custo médio de aquisição. Quando exceder os custos de reposição ou valores de realização, são deduzidos pelo ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação.

2.8. ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA

A Companhia classifica um ativo não circulante como mantido para a venda, se o seu valor contábil for recuperável por meio de transação de alienação. Neste caso, deve estar disponível para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos procedimentos habituais para operações desta natureza. Além disso, sua venda deve ser altamente provável.

A Administração deve estar comprometida com o plano de venda do ativo, e iniciar um programa firme para localizar um comprador e concluir o plano. O ativo mantido para alienação deve ser efetivamente colocado à venda por preço que seja razoável em relação ao seu valor justo corrente. Espera-se, ainda, que a operação de desmobilização do ativo seja concluída em até um ano a partir da data da classificação.

O grupo de ativos mantidos para a venda é mensurado pelo menor valor entre seu “valor contábil” e o “valor justo menos as despesas de venda”. Caso o valor contábil seja superior ao seu valor justo, uma perda por impairment é reconhecida em contrapartida do resultado. Qualquer reversão ou ganho somente será registrado até o limite da perda reconhecida.

A depreciação dos ativos mantidos para negociação cessa quando um grupo de ativos é designado como mantido para a venda.

2.9. ATIVO IMOBILIZADO

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*), acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pelo Grupo inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessários para que esses sejam capazes de operar de forma adequada; e
- Custos de empréstimos e financiamento sobre ativos qualificáveis.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

A depreciação e amortização são calculadas sobre o saldo das imobilizações em serviço e investimentos em consórcios, pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas pela ANEEL para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, e refletem a vida útil estimada dos bens.

As principais taxas de depreciação dos bens do ativo imobilizado estão demonstradas na Nota Explicativa nº 11.

2.10. INTANGÍVEL

2.10.1. Direito de exploração da concessão

Refere-se ao direito da concessão pelo uso de bem público para exploração de aproveitamento hidroelétrico. É constituído pelo valor de aquisição do direito relacionado com o uso do bem público até o final do prazo de concessão e amortizado pelo prazo de concessão (Nota Explicativa nº 12).

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.10.2. Outros ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável, acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente (Nota Explicativa nº 12).

2.11. PERDA POR REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS NÃO FINANCEIROS (IMPAIRMENT)

A Administração avalia, no mínimo anualmente, o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Não foram identificadas tais circunstâncias que levasse o Grupo a avaliar a necessidade de constituição de provisão para perda sobre o valor dos ativos não financeiros.

2.12. PASSIVOS FINANCEIROS

O Grupo reconhece títulos de dívida e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia ou suas controladas e coligadas se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Grupo baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

O Grupo classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transações atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método de juros efetivos.

O Grupo tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos (Nota Explicativa nº 15); obrigações societárias (Nota Explicativa nº 16); e demais obrigações (Nota Explicativa nº 19).

2.13. FORNECEDORES

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

2.13.1. Arrendamento Mercantil

Arrendamento mercantil é um acordo pelo qual o arrendador transmite ao arrendatário o direito de usar um ativo por um período de tempo, tendo como contrapartida o pagamento de um valor, à vista ou parcelado, ou seja, é o contrato, ou parte do contrato, que transfere o direito de usar um ativo subjacente por um período de tempo em troca de contraprestação. Trata-se de contrato bilateral, com direitos e obrigações recíprocas entre as partes, que assume um caráter oneroso (não gratuito).

O CPC 06 estabelece princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação para contratos de arrendamentos. A norma introduz para os arrendatários um modelo único de contabilização no balanço patrimonial, onde estes são requeridos a reconhecer um passivo de arrendamento refletindo futuros pagamentos e o direito de uso do ativo arrendado. A natureza da despesa relacionada a estes arrendamentos foi alterada, deixando de ser uma despesa linear de arrendamento operacional e passando a representar uma despesa de amortização do direito de uso e despesa de juros pela atualização do passivo de arrendamento.

2.14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros (Nota Explicativa nº 15).

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.15. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos vigentes ou substantivamente vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas a serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

2.16. OPERAÇÕES DE COMPRA E VENDA DE ENERGIA ELÉTRICA NA CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA – CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia elétrica estão reconhecidos pelo regime de competência, com base em informações divulgadas pela CCEE, responsável pela apuração dos valores e quantidades de compras e vendas realizadas no âmbito desta entidade, ou por estimativa da Administração, quando essas informações não estão disponíveis.

2.17. DEMAIS ATIVOS E PASSIVOS

Os outros ativos estão apresentados ao valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do balanço, deduzidos por provisão para perdas e/ou ajuste a valor presente, quando aplicável. As outras obrigações são demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

2.18. CAPITAL SOCIAL

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

2.18.1. Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opção de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, livre de quaisquer efeitos tributários, quando aplicável.

2.18.2. Ações preferenciais

Ações preferenciais são classificadas no patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis, ou resgatáveis somente à escolha da Companhia e quaisquer dividendos sejam discricionários. Dividendos pagos são reconhecidos no patrimônio líquido quando da aprovação dos acionistas da Companhia.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo.

2.19. RECONHECIMENTO DE RECEITA

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

A receita é reconhecida por meio de contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida ao longo do tempo e o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que os serviços são efetivamente transferidos ao cliente, deduzida dos impostos e dos eventuais descontos incidentes sobre a mesma.

A partir de 1º de janeiro de 2018 o CPC 47 foi adotado pela Companhia, todos os ativos estão registrados conforme a respectiva prática.

O reconhecimento da receita se dá quando ou à medida que a entidade satisfizer uma obrigação de performance ao transferir o bem ou serviço ao cliente, sendo que por obrigação de performance entende-se como uma promessa executória em um contrato com um cliente para a transferência de um bem/serviço ou uma série de bens ou serviços.

A transferência é considerada efetuada quando ou à medida que o cliente obtiver o controle desse ativo.

2.19.1. Receita de prestação de serviços

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações financeiras. O estágio de conclusão é avaliado por referência a pesquisas de trabalhos realizados.

2.20. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

As receitas financeiras referem-se, principalmente, à receita de aplicação financeira; e acréscimos moratórios em contas de energia elétrica. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos.

A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito da Companhia ou suas controladas e coligadas em receber o pagamento é estabelecido. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

As despesas financeiras abrangem encargos e variação monetária sobre empréstimos e financiamentos. Os custos dos empréstimos são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

2.21. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

Um segmento operacional é um componente do Grupo que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes do Grupo. Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revistos frequentemente pela Administração da Companhia para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem, principalmente, os elementos patrimoniais e de resultado da CEB (Nota Explicativa nº 25).

2.22. OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

São classificados como mantidos para venda quando seu valor contábil for recuperável, principalmente, por meio da venda.

Para a Companhia, a condição para a classificação como mantido para venda somente é alcançada quando a alienação é aprovada por todos os órgãos da administração, o ativo estiver disponível para venda imediata em suas condições atuais e existir a expectativa de que a venda ocorra em até 12 meses após a classificação como disponível para venda. Contudo, nos casos em que comprovadamente o não cumprimento do prazo de até 12 meses for causado por acontecimentos ou circunstâncias fora do controle da Companhia e se ainda houver evidências suficientes da alienação, a classificação pode ser mantida.

Ativos mantidos para venda e passivos associados são mensurados pelo menor valor entre o contábil e o valor justo líquido das despesas de venda e são apresentados de forma segregada no balanço patrimonial.

Quando uma transação refletir a venda de um componente da Companhia que represente uma importante linha separada de negócios, a mesma é considerada uma operação descontinuada, sendo seus resultados e fluxos de caixa apresentados de forma segregada a partir da classificação dos respectivos ativos e passivos como mantidos para venda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCO

3.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

O Grupo mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela administração. Todos os instrumentos financeiros são inerentes às respectivas atividades operacionais, e não operam com derivativos.

Relativamente à gestão de risco, há duas vertentes predominantes que têm merecido particular atenção da Administração as consequências da crise hídrica que repercutem no Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, resultando em encargos relevantes para a CEB Lajeado S.A.; a CEB Participações S.A.; a CEB Geração S.A.; a Corumbá Concessões S.A.; e a Energética Corumbá III S.A..

Com relação às empresas geradoras/comercializadoras, a Nota Explicativa 1.3.1 “Acordo GSF – Repactuação do Risco Hidrológico – Impactos Sobre as Investidas” destas Notas Explicativas, relata as iniciativas da Administração sobre este aspecto.

3.2. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A administração da CEB e de suas controladas tem total responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de seus riscos observando, para tanto, as avaliações técnicas corporativas das empresas do Grupo.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para dar previsibilidade a eventuais riscos, objetivando definir limites e controles apropriados, de forma a propiciar monitoração permanente e aderência aos limites operativos estabelecidos a cada empresa. A administração busca, efetivamente, a previsibilidade com vistas ao acompanhamento de operações que porventura possam comprometer a liquidez e rentabilidade do Grupo.

Essa política, lastreada em sistemas de gerenciamento de riscos, trata da revisão periódica dos riscos financeiros associados às captações, de modo a antecipar eventuais mudanças nas condições de mercado e seus reflexos nas atividades do Grupo.

A CEB, por meio de seus atos normativos e de gestão em suas controladas, atua de forma a desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual, as empresas ajustam seus padrões de riscos às recomendações da administração.

O Grupo mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela administração. Todos os instrumentos financeiros são inerentes à atividade operacional do Grupo, que não opera com instrumentos financeiros derivativos.

Em observância à Lei nº 13.303/2016, cada empresa do Grupo deverá observar as regras de governança corporativa, de transparência e de estruturas, práticas de gestão de riscos e de controle interno, composição da administração e, havendo acionistas, mecanismos para sua proteção, todos constantes da citada Lei.

3.2.1. Risco de crédito

A CEB e suas controladas qualificam o risco de crédito pela incerteza no recebimento de valores faturados a seus clientes, decorrentes das vendas de energia elétrica e da prestação de serviços correlatos.

A Administração entende que a estrutura de controle e contratações adotada para a minimização de riscos de crédito, corroborada pela regulação setorial emanada da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, garante às concessionárias riscos mínimos de sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos financeiros. Do mesmo modo, a prudência nos investimentos financeiros minimiza os riscos de crédito, uma vez que realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agência de *rating*.

3.2.2. Risco de liquidez

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

O Grupo tem financiado suas operações com recursos oriundos de suas atividades operacionais, do mercado financeiro e de empresas controladas e coligadas. A situação econômica e financeira é constantemente avaliada por meio de informações da área financeira, tratadas em ambiente de executivos da Companhia.

A seguir, estão demonstrados os fluxos de caixa contratuais dos principais passivos financeiros:

Consolidado	Valor	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 2 anos
Passivos Financeiros não Derivativos				
Fornecedores	22.538	22.538		
Total	22.538	22.538		

3.2.3. Risco de taxa de juros

O Grupo possui ativos e passivos remunerados por taxas de expectativas inflacionárias e/ou encargos de juros. Esses ativos e passivos incluem, relevantemente, os créditos a receber na data-base do balanço e os empréstimos passivos.

Tais ativos e passivos incluem, principalmente, os créditos a receber com clientes, as obrigações com fornecedores ou dívidas em atraso, renegociadas até a data-base do balanço, e as obrigações com empréstimos e financiamentos.

Consequentemente, as variações positivas e negativas dos indexadores e juros atreladas a esses ativos e passivos afetam diretamente o resultado do Grupo.

3.2.3.1. Análise de sensibilidade

O Grupo CEB, em 31 de dezembro de 2021, não possui passivos passíveis de atualização monetária e de uma análise de sensibilidade.

3.2.4. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da administração da Companhia é acompanhar o risco operacional de modo a evitar danos à recuperação da Companhia, bem como buscar eficácia no processo de gerenciamento e redução de custos.

A Carta de Controle Interno – CCI, elaborada pela auditoria independente, aponta os principais riscos operacionais da Companhia, segregados em deficiências significativas e não significativas, bem como os respectivos comentários da Administração.

Para o processo de gestão de riscos do Grupo, foi elaborado o manual de gestão de riscos com requisitos mínimos, considerando as necessidades e as características das Companhias, contemplando a importância da melhoria contínua e sua adequação, a suficiência e a eficácia da estrutura de gestão de riscos para assegurar os aprimoramentos do processo e da metodologia adotada.

A gestão integrada de riscos realizada pela Companhia é acompanhada pelo comitê gestor de riscos e reportada ao Conselho de Administração, Comitê de Auditoria Estatutário e ao Conselho Fiscal da CEB.

Neste diapasão, com vistas a melhorar os sistemas de controle, de forma a mitigar os riscos e ocorrências de fraude, corrupção e lavagem de dinheiro, foi instituído o Comitê Permanente de Integridade, coordenado pela Superintendência de Governança Corporativa, que desenvolveu e implementou o Programa de Integridade na Companhia.

O objetivo da Administração é administrar o risco operacional de todo o Grupo para: (i) evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da organização e de suas controladas e coligadas; e (ii) buscar eficácia de custos.

3.3. GESTÃO DE CAPITAL

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são: (a) salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas; (b) manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a Administração pode propor, nos casos em que precisar da aprovação dos acionistas, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

O Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curtos e longos prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira podem ser assim resumidos:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Total dos Empréstimos e Financiamento	-	95.101
Menos: Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota Explicativa nº 4)	(487.646)	(14.412)
Dívida líquida	(487.646)	80.689
Total do Patrimônio Líquido (Nota Explicativa nº 20)	828.997	678.769
Total do Capital	341.351	759.458
Índice de Alavancagem Financeira - %	N/A	10,62

3.4. VALOR JUSTO

Os instrumentos financeiros ativos e passivos são registrados, inicialmente, pelo valor justo das transações que lhes deram origem e são atualizados, quando aplicável, com base nos encargos contratuais e ajustados pelas estimativas de perda. A administração avalia que os valores apurados com base nesses critérios podem ser considerados a melhor estimativa para apuração do valor justo dos instrumentos financeiros detidos pelo Grupo.

As tabelas seguintes demonstram, de forma resumida, os ativos financeiros registrados a valor justo em 31 de dezembro de 2021 e em 2020.

	Avaliação	31/12/2021			
		Controladora		Consolidado	
		Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil
Ativos Financeiros					
Caixa e Bancos	Valor Justo	701	701	1.000	1.000
Contas a Receber	Custo Amortizado	9.982	9.982	34.095	34.095
Aplicações Financeiras	Valor Justo	486.945	486.945	713.792	713.792
Passivos Financeiros					
Fornecedores	Custo Amortizado	19.711	19.711	22.538	22.538
Obrigações Societárias	Custo Amortizado	271.599	271.599	288.806	288.806
Encargos Regulatórios	Custo Amortizado			3.525	3.525

	Avaliação	31/12/2020			
		Controladora		Consolidado	
		Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil
Ativos Financeiros					
Caixa e Bancos	Valor Justo	117	117	437	437
Contas a Receber	Custo Amortizado	11.558	11.558	33.836	33.836
Aplicações Financeiras	Valor Justo	14.295	14.295	136.266	136.266
Passivos Financeiros					
Fornecedores	Custo Amortizado	14.383	14.383	16.549	16.549
Empréstimos e Financiamentos	Custo Amortizado	95.101	95.101	95.101	95.101

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Avaliação	31/12/2020			
		Controladora		Consolidado	
		Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil
Obrigações Societárias	Custo Amortizado	559.657	559.657	571.448	571.448
Encargos Regulatórios	Custo Amortizado			7.766	7.766

3.4.1. Estimativa do valor justo

Os instrumentos financeiros ativos e passivos são registrados inicialmente pelo valor justo das transações que lhes deram origem e são atualizados, quando aplicável, com base nos encargos contratuais e ajustados pelas estimativas de perda. A administração avalia que os valores apurados com base nesses critérios podem ser considerados a melhor estimativa para apuração do valor justo dos instrumentos financeiros detidos.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e Bancos Conta Movimento	701	117	1.000	437
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	486.945	14.295	713.792	136.266
Total	487.646	14.412	714.792	136.703

O excedente de caixa é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por CDB's (Certificados de Depósitos Bancários), aplicados junto ao Banco de Brasília S.A. – BRB. Os investimentos têm alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia em um valor conhecido e com risco insignificante de perda. As aplicações financeiras da Companhia têm rentabilidade compatível às variações do CDI (Certificado de Depósito Bancário), com remuneração entre 105 e 108% deste indicador. Dada à natureza e característica das aplicações financeiras, as mesmas já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida ao resultado.

5. CONTAS A RECEBER

5.1. COMPOSIÇÃO DO CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	-	-	24.113	22.278
Serviços Prestados a Terceiros	23.854	25.631	23.854	25.631
Total a Receber Bruto	23.854	25.631	47.967	47.909
Estimativa de Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa	(13.872)	(14.073)	(13.872)	(14.073)
Total a Receber Líquido	9.982	11.558	34.095	33.836
Circulante	9.982	11.558	34.095	33.836

5.2. VALORES A RECEBER POR IDADE DE VENCIMENTO

	Saldos Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos de 91 a 180 dias	Vencidos há mais de 180 dias	Total 31/12/2021	Total 31/12/2020
Subtotal Consumidores						
Concessionárias e Permissionárias	24.113	-	-	-	24.113	22.278
Serviços prestado a terceiros (Incluso Serviços de IP)	8.924	1.058	2.095	11.777	23.854	25.631
Total a Receber Bruto	33.037	1.058	2.095	11.777	47.967	47.909
Perda Estimada Com Crédito de Liquidação Duvidosa	-	-	(2.095)	(11.777)	(13.872)	(14.073)
Total a Receber Líquido	33.037	1.058	-	-	34.095	33.836

5.3. ESTIMATIVA DE PERDAS COM CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA (EPCLD)

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

A estimativa de perdas com créditos de liquidação duvidosa foi constituída com premissas consideradas suficientes para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos e está constituída de acordo com os valores a receber há mais de 90 dias de atraso, mas, com a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 48, realizamos o arrasto daquelas faturas com histórico de inadimplemento, para efeitos de constituição da EPCLD.

Segue um resumo das faixas de atrasos sujeitas às provisões:

	Controladora / Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Poder Público	(13.872)	(14.073)

A movimentação da estimativa de perdas com créditos de liquidação duvidosa está assim apresentada:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2019	12.311	151.868
Baixa da consolidação de operação descontinuada	-	(139.557)
Adições	4.504	4.504
Reversões	(2.742)	(2.742)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	14.073	14.073
Adições	2.090	2.090
Reversões	(2.291)	(2.291)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	13.872	13.872

5.4. CRÉDITOS COM O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Os créditos devidos pelo Governo do Distrito Federal são representados pelos valores a receber de entidades e órgãos da administração pública do Distrito Federal, cujo valor total corresponde a R\$ 23.854 (2020 – R\$ 25.631) em 31 de dezembro de 2021, compostos por serviços de manutenção e obras de iluminação pública.

Em 31 de dezembro de 2021, o valor das perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa com o Governo do Distrito Federal totalizou R\$ 13.872 (2020 – R\$ 14.073), relativos a serviços de iluminação pública prestados pela CEB.

O quadro seguinte mostra a composição dos créditos com o acionista controlador por idade de vencimento:

	Controladora / Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Saldos Vincendos	8.924	8.391
Vencidos até 90 dias	1.058	3.167
Vencidos de 91 a 360 dias	2.094	2.539
Vencidos há mais de 360 dias	11.777	11.534
Estimativa de Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa	(13.872)	(14.073)
Total	9.982	11.558

6. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES COMPENSÁVEIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ (a)	8.973	40	9.021	92
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL (a)	1.734	697	1.734	701
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	2.448	2.448	2.470	2.459
Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social – COFINS	387	204	391	225
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	615	605	616	605
Programa de Integração Social – PIS	463	423	479	889
Outros	602	602	602	602

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Total	15.222	5.019	15.313	5.573
Circulante	14.513	4.327	14.604	4.877
Não Circulante	709	692	709	696

(a) Os valores de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se às antecipações feitas no período; aos saldos negativos de exercícios anteriores; e às retenções fonte por órgãos públicos, em razão de a opção de apuração ser pelo Lucro Real Anual, bem como dos créditos provenientes de tributos diferidos e de ações judiciais. O aumento dos saldos se devem aos créditos Para futura compensação sobre os juros sobre capital próprio pagos no último trimestre de 2021.

6.1. ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS NÃO RECONHECIDOS

Segue o demonstrativo dos ativos fiscais diferidos não reconhecidos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Diferenças Temporárias	7.567	4.853	7.983	6.288
Total	7.567	4.853	7.983	6.288

A Companhia não reconheceu ativo fiscal diferido sobre Provisões para Contingências e Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa, por entender que tais diferenças temporárias geram dúvidas quanto a sua realização nos prazos previstos.

7. DEMAIS CRÉDITOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Serviços em Curso (a)	-	-	102	2.706
Repactuação do Risco Hidrológico	-	-	9.652	10.941
Adiantamento a Fornecedores	256	3	1.552	3
Desativações em Curso	-	-	-	10
Dividendo/JSCP a Receber	21.788	27.327	5.025	9.183
Despesas Pagas Antecipadamente	270	39	281	39
Crédito com Empregados	161	59	413	88
Valores a receber da venda de terreno (b)	-	15.492	182.386	15.492
Outros Créditos	150	-	266	79
Total	22.625	42.920	199.677	38.541
Circulante	22.625	42.920	191.315	28.890
Não Circulante	-	-	8.362	9.651

a) Os serviços em curso são referentes aos Programas de Pesquisa e Desenvolvimento e Programa de Eficiência Energética os quais, após seus termos, são compensados com o respectivo passivo registrado para este fim, conforme legislação regulatória.

b) Em 2020, refere-se a valores a receber sobre a venda de terreno da CEB Geração S.A., realizado no segundo semestre de 2018. A venda, conforme o edital, previa o recebimento dos valores da seguinte forma: i) entrada de 30%; e b) 70% do valor divididos em 24 parcelas, acrescidas de atualização monetária (IGP-M). Já em 2021, os valores referem-se aos recebíveis da alienação do terreno do Noroeste à Terracap, realizada ainda pela CEB Distribuição S.A., que foram transferidos para a CEB IPES, mediante processo de cisão parcial daquela Distribuidora.

8. DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS

Estão classificadas neste grupo as penhoras judiciais efetuadas pelas instituições financeiras nas contas-correntes da Companhia Energética de Brasília – CEB e da controlada CEB DIS, em atendimento ao convênio de cooperação entre o Tribunal Superior do Trabalho e o Banco Central do Brasil; e cauções referentes a leilões de energia. Também estão registrados os depósitos recursais que são oriundos das demandas judiciais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Bloqueios Judiciais	-	-	12	1
Cauções	111	111	873	265
Depósitos Recursais	5.903	5.893	8.492	8.082
Total	6.014	6.004	9.377	8.348
Circulante	121	111	883	265
Não Circulante	5.893	5.893	8.494	8.083

9. ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA

Imóveis	Localidade	Controladora / Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020
Terreno	Área 1, Quadra 1, Praça 64/1 - Sobradinho	-	641
Total		-	641

A Companhia transferiu o terreno para o imobilizado, para o grupo de propriedade para investimentos.

10. INVESTIMENTOS

10.1. COMPOSIÇÃO DOS INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Avaliados por Equivalência Patrimonial	558.351	343.206	403.807	376.431
Propriedade Para Investimento	4.204	-	5.865	-
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital	1.407	1.404	1.407	1.404
Outros	214	210	214	210
Total	564.176	344.820	411.293	378.045

10.2. INVESTIMENTOS AVALIADOS POR EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

Investidas	Controladora				Valor Contábil	
	Capital Social Integralizado	Patrimônio Líquido	Participação no Capital Social (%)	Participação nas Ações Ordinárias (%)	31/12/2021	31/12/2020
Operação Descontinuada					961.965	
CEB Distribuição S.A.	975.912	961.965	100,00	100,00	-	961.965
Operações Continuadas					558.351	343.206
CEB Lajeado S.A.	112.284	320.816	59,93	59,93	107.941	99.344
Corumbá Concessões S.A.	280.014	379.110	32,52	22,59	133.912	122.974
Energética Corumbá III S.A.	121.586	176.544	37,50	25,00	81.022	65.776
CEB Participações S.A.	21.270	33.094	100,00	100,00	33.577	33.094
CEB Geração S.A.	7.575	21.791	100,00	100,00	31.832	21.791
Companhia Brasileira de Gás S.A.	6.821	711	17,00	51,00	183	127
CEB Iluminação Pública e Serviços S.A.	100	100	100,00	100,00	169.884	100

A diferença do investimento registrado na Companhia e o resultado da aplicação do percentual de 59,93% sobre o patrimônio líquido da CEB Lajeado S.A. é devido ao registro, no patrimônio líquido da Empresa, de partes beneficiárias no valor de R\$ 151.225, emitidas a favor da Eletrobrás S.A., que integrou a negociação da reestruturação societária da Investco S.A.. As partes beneficiárias deverão ser convertidas em ações preferenciais ao final do período de concessão.

Investidas	Consolidado				Valor Contábil	
	Capital Social Integralizado	Patrimônio Líquido	Participação no Capital Social (%)	Participação nas Ações Ordinárias (%)	31/12/2021	31/12/2020
Corumbá Concessões S.A.	280.014	379.110	34,06	24,18	140.250	128.795
Investco S.A.	6.868	874.859	20,00	20,00	182.535	181.860

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Investidas	Consolidado					
	Capital Social Integralizado	Patrimônio Líquido	Participação no Capital Social (%)	Participação nas Ações Ordinárias (%)	Valor Contábil	
					31/12/2021	31/12/2020
Energética Corumbá III S.A.	121.586	176.544	37,50	25,00	81.022	65.776
Total					403.807	376.431

10.2.1. Informações financeiras resumidas

Investidas	31/12/2021			31/12/2020		
	Ativos	Passivos	Receita Líquida	Ativos	Passivos	Receita Líquida
Corumbá Concessões S.A.	568.339	155.596	235.634	594.307	519.360	184.305
CEB Lajeado S.A.	406.599	70.299	240.925	376.499	43.184	126.900
Energética Corumbá III S.A.	265.760	48.558	62.095	237.372	64.815	42.817
CEB Participações S.A.	43.258	9.685	20.918	44.883	3.196	16.209
CEB Geração S.A.	35.475	3.643	10.953	33.260	2.316	14.718
Companhia Brasileira de Gás S.A.	2.503	1.462	7.794	1.325	319	2.834
CEB Iluminação Pública e Serviços S.A.	251.333	81.449	5.834	100	-	-

10.2.2. Resultado dos investimentos avaliados por equivalência patrimonial

Investidas	Controladora			
	31/12/2021		31/12/2020	
	Lucro Líquido / (Prejuízo) do Exercício	Resultado de Equivalência Patrimonial	Lucro Líquido / (Prejuízo) do Exercício	Resultado de Equivalência Patrimonial
CEB Lajeado S.A.	79.740	44.593	60.005	33.557
Energética Corumbá III S.A.	40.657	15.246	21.634	8.113
CEB Geração S.A.	4.092	4.092	4.273	4.273
Corumbá Concessões S.A.	81.168	26.399	97.384	31.673
CEB Participações S.A.	16.198	16.198	15.331	15.331
Companhia Brasileira de Gás S.A.	(69)	(12)	(430)	(73)
CEB Iluminação Pública e Serviços S.A.	(5.766)	(5.766)	-	-
Total	216.020	100.750	198.197	92.874

O valor apresentado nas demonstrações do resultado consolidado refere-se ao registro da equivalência patrimonial calculada sobre os resultados apurados das coligadas.

10.2.3. Movimentação dos investimentos avaliados por equivalência patrimonial

Investidas	Controladora							
	CEB Lajeado S.A.	Corumbá Concessões S.A.	Energética Corumbá III S.A.	CEB Participações S.A.	CEB Geração S.A.	Companhia Brasileira de Gás S.A.	CEB IPES	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019 - Reapresentado	92.494	102.844	64.736	32.789	25.558	13	-	318.434
Resultado de Equivalência Patrimonial	33.557	31.673	8.113	15.331	4.273	(73)	-	92.874
Aquisição de novas ações	-	1.303	-	-	-	-	-	1.303
Aporte/Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital - AFAC	-	-	-	-	-	186	100	286
Equivalência Patrimonial Reflexa - PL de Controladas e Coligadas	4	-	-	-	-	-	-	4
Ajuste de Equivalência Patrimonial em Investidas	-	(64)	-	-	-	-	-	(64)
Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio	(26.711)	(12.782)	(7.073)	(15.026)	(8.040)	-	-	(69.632)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	99.344	122.974	65.776	33.094	21.791	127	100	343.206
Cisão e Aumento/(Redução) de Capital	-	-	-	-	-	68	175.550	175.618
Equivalência Patrimonial Reflexa - PL de Controladas e Coligadas	(33)	-	-	-	-	-	-	(33)
Ajuste de Exercício Anterior	-	60	-	-	-	-	-	60
Resultado de Equivalência Patrimonial	44.593	26.398	15.246	16.199	4.092	(12)	(5.766)	100.750
Pagamento / (Reversão) de Dividendos	(35.963)	(15.520)	-	(15.716)	5.949	-	-	(61.250)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	107.941	133.912	81.022	33.577	31.832	183	169.884	558.351

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Investidas	Consolidado			
	Investco S.A.	Corumbá Concessões S.A.	Energética Corumbá III S.A.	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	183.929	107.712	64.736	356.377
Resultado de Equivalência Patrimonial	6.888	33.169	8.113	48.170
Aquisição de novas ações	-	1.347	-	1.347
Ajuste de Equivalência Patrimonial em Investidas	-	(64)	-	(64)
Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio	(8.957)	(13.369)	(7.073)	(29.399)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	181.860	128.795	65.776	376.431
Resultado de Equivalência Patrimonial	5.516	27.657	15.246	48.419
Ajuste de Equivalência Patrimonial em Investidas	-	57	-	57
Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio	(4.841)	(16.259)	-	(21.100)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	182.535	140.250	81.022	403.807

	Controladora Operação Descontinuada	
	CEB Distribuição S.A.	
Saldo em 31 de dezembro de 2020		961.965
Resultado de Operação Descontinuada		(8.746)
Cisão Parcial		(179.127)
Ajuste de Exercício Anterior		34.746
Saldo em 28 de fevereiro de 2021 (*)		808.838

* Após essa data a CEB DIS deixa de ser gerida pelo grupo CEB.

10.3. PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES

O total da participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido da Companhia é de R\$ 229.220 (R\$ 222.056 – 2020), dos quais, R\$ 228.361 são atribuíveis aos acionistas não controladores da CEB Lajeado S.A. e R\$ 859 são atribuíveis aos acionistas não controladores da Companhia Brasileira de Gás.

10.4. OPERAÇÃO DESCONTINUADA

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 1.4, em 13 de outubro de 2020, na 103ª AGE, os acionistas da Companhia aprovaram a alienação de 100% (cem por cento) das ações representativas do capital social total votante da CEB DIS, a ser realizada em leilão organizado pela Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”).

Assim, determinadas rubricas das demonstrações financeiras correspondentes às operações da CEB DIS, relativa ao período findo em 28 de fevereiro de 2021 e todo o exercício de 2020 foram reclassificadas para apresentação segregada das Operações Descontinuadas conforme determina a norma contábil.

Estamos apresentando as informações relativas ao período findo em 28 de fevereiro de 2021, período pelo qual a CEB Distribuição S.A. era uma subsidiária integral da Companhia Energética de Brasília – CEB, que após sua alienação societária, a distribuidora passou a ser controlada pelo Grupo Neoenergia.

O resultado das operações da CEB DIS nos exercícios findos como segue:

	<u>28/02/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Receita Operacional Líquida	509.925	2.754.732
Custo de Operação e com Energia Elétrica	(431.281)	(2.555.425)
Custo com Serviços Prestados	-	(23)
Lucro Bruto	78.644	166.284
Despesas Operacionais	(97.588)	(174.976)
Resultado do Serviço	(18.946)	24.308
Resultado Financeiro	(531)	31.900
Lucro Líquido Antes dos Tributos	(19.477)	56.208
Imposto de Renda e Contribuição Social	10.729	318.180
Lucro (prejuízo) do período da operação descontinuada	(8.746)	358.030

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

11. IMOBILIZADO

11.1. MOVIMENTAÇÃO

	Controladora			
	31/12/2020	Adições	Baixas	31/12/2021
Imobilizado em Serviços	14.325	14.436	-	28.761
Terrenos	11.036	-	-	11.036
Edificações	2.464	361	-	2.825
Edificações – Direito de Exploração	-	12.419	-	12.419
Máquinas e Equipamentos	430	560	-	990
Equipamento de Informática	150	127	-	277
Móveis e Utensílios	245	969	-	1.214
Depreciação Acumulada	(1.399)	(1.480)	-	(1.399)
Edificações	(839)	(112)	-	(951)
Edificações – Direito de Exploração	-	(1.242)	-	(1.242)
Máquinas e Equipamentos	(261)	(58)	-	(319)
Equipamento de Informática	(58)	(47)	-	(105)
Móveis e Utensílios	(241)	(21)	-	(262)
Imobilizado Líquido	12.926	12.956	-	25.882

	Consolidado			
	31/12/2020	Adições	Baixas	31/12/2021
Imobilizado em Serviços	64.189	17.175	(1.927)	64.189
Terrenos	14.567	2	(840)	13.729
Reservatórios, Barragens e Adutoras	16.404	843	-	17.247
Edificações	12.056	449	-	12.505
Edificações – Direito de Exploração	-	12.419	-	12.419
Máquinas e Equipamentos	20.245	1.258	(67)	21.436
Veículos	90	132	(83)	139
Móveis e Utensílios	631	1.485	(24)	2.092
Outros	196	138	-	335
Imobilizado em Curso	951	449	(1.161)	633
Depreciação Acumulada	(22.293)	(2.794)	143	(25.339)
Reservatórios, Barragens e Adutoras	(5.529)	(369)	-	(5.898)
Edificações	(6.304)	(360)	-	(6.695)
Edificações – Direito de Exploração	-	(1.242)	-	(1.242)
Máquinas e Equipamentos	(9.713)	(721)	11	(10.556)
Veículos	(90)	(15)	83	(22)
Móveis e Utensílios	(504)	(40)	49	(451)
Outros	(153)	(47)	-	(475)
Imobilizado Líquido	42.847	14.381	(2.175)	55.196

Não houve indícios de perdas ao valor recuperável dos ativos do Grupo na data das demonstrações financeiras.

A taxa de depreciação aplicada nos ativos da Companhia comumente levam em consideração a estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão, definida pela ANEEL.

12. INTANGÍVEL

	Controladora			
	31/12/2020	Adições	Baixas	31/12/2021
Intangível em Serviços				
Intangíveis - Software	4.706	995	(88)	5.616

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Amortização Acumulada				
Intangíveis - <i>Software</i>	(2.597)	(1.076)	-	(3.673)
Em Curso				
Intangíveis - <i>Software</i>	-	2.115	-	2.115
Intangível Líquido	2.109	2.307	(88)	4.058

	Consolidado			
	31/12/2020	Adições	Baixas	31/12/2021
Direito de uso da concessão				
Em serviço	464.795	998	-	465.793
Em curso	1.177	2.115	-	3.292
Outros Intangíveis				
Em serviço	86.992	201	(104)	87.089
Em curso	67	-	-	67
Direito de Exploração da Concessão	158.946	-	-	158.946
Total	711.977	3.314	(104)	715.187
Amortização Acumulada				
Direito de uso da concessão				
Em serviço	(460.013)	-	-	(460.013)
Outros Intangíveis				
Em serviço	(89.949)	(1.365)	-	(91.314)
Direito de Exploração da Concessão	(88.304)	(5.887)	-	(94.191)
Total	(638.266)	(7.252)	-	(645.518)
Intangível Líquido	73.711	(3.938)	(104)	69.669

Não houve indícios de perdas no valor recuperável desses ativos até a data de emissão destas demonstrações financeiras.

A ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização no vencimento da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como adequada para efeitos contábeis e regulatórios.

A Administração entende que a amortização do direito de uso da concessão deve respeitar o retorno esperado de cada bem da infraestrutura da concessão, via tarifa. Assim sendo, o intangível é amortizado pelo prazo esperado desse retorno, limitado ao prazo de vencimento da concessão.

12.1. DIREITO DE EXPLORAÇÃO DE CONCESSÃO DE GERAÇÃO – CEB LAJEADO

A Controladora consolida a empresa CEB Lajeado S.A., detentora do direito de exploração de concessão da Usina Luis Eduardo Magalhães, que integra a operação de geração da Investco S.A. Esse direito trata-se de uma operação de reestruturação societária decorrente do contrato de compra e venda de ações entre a Investco S.A. e seus acionistas. Este Instrumento estabelece para a CEB Lajeado S.A. o valor de compra de 20% (conforme sua participação ordinária) das ações preferenciais classe R, nominativas, sem valor nominal, de emissão da Investco S.A., totalizando 46.890.423 ações, por R\$ 213.452, que também representa 20% da dívida da Investco S.A. com a Eletrobrás. Do total de R\$ 213.452, R\$ 54.506 representam o valor patrimonial das ações detidas na Investco S.A. pela Eletrobrás em 30 de novembro de 2005, data da última correção da dívida.

Com a efetivação do negócio, foi reconhecido um ágio no valor de R\$ 158.946, que foi fundamentado como direito de exploração de concessão. Este direito de exploração de concessão será amortizado até o ano de 2032, fim da concessão, em conformidade com o disposto no art. 1, § 2º, alínea b da Instrução CVM nº 285, de 31 de julho de 1998. O total do ágio, R\$ 158.946, a ser amortizado por 27 anos (a partir de janeiro de 2006 até dezembro de 2032), resulta em R\$ 5.887 de amortização ao ano.

Em dezembro de 2021, a controlada CEB Lajeado S.A. realizou o teste de perda por redução no valor recuperável do direito de exploração da concessão. A base para realização do teste de recuperabilidade foi o fluxo de caixa descontado, e não apresentou indicação de perda por redução no valor recuperável. A taxa de desconto usada foi de 6,98%, e tal utilização deveu-se ao fato de a Lajeado não possuir dívida bancária. O fluxo de caixa livre foi realizado sob a ótica do acionista e foi utilizado o custo de capital próprio real depois dos impostos. A mencionada taxa foi divulgada pela ANEEL nos Procedimentos de Regulação Tarifária – Preret, submódulo 12.3 – Custo de Capital da Geração. O período contemplado para elaboração dos fluxos de caixa foi até o fim da concessão, ou seja, o ano de 2032.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Os saldos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 podem ser assim mostrados:

	31/12/2021	31/12/2020
Ágio	158.946	158.946
Amortização Acumulada	(94.190)	(88.303)
Saldo Líquido	64.756	70.643

13. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Suprimento de Energia Elétrica	-	-	67	-
Materiais e Serviços	8.243	14.383	8.416	14.723
Encargos de Uso de Rede Elétrica	-	-	1.816	1.517
Fornecedores - Outros (Nota 13.1)	11.468	-	12.239	309
Total	19.711	14.383	22.538	16.549
Circulante	19.711	14.383	22.538	16.549

13.1. ARRENDAMENTO MERCANTIL

A Companhia em julho de 2021, efetuou a locação da área da sua nova Sede. Esse contrato possui condições que, pelo entendimento da Companhia, se enquadram como um arrendamento mercantil.

(a) Escopo da análise e identificação dos ativos

A Companhia e suas controladas analisaram todos os contratos na data da sua assinatura, quando foi identificado que apenas o contrato da CEB era passivo de arrendamento. Isso porque apenas o Contrato da CEB com a IPÊ Amarelo, locadora do imóvel, apresentava características de um imóvel "livre e desimpedido" para as atividades normais.

(b) Prazo de arrendamento

A Companhia analisou para o contrato o prazo de arrendamento conforme a combinação de prazo não cancelável, prazo coberto pela opção de prorrogação, prazo coberto pela opção de rescisão e, principalmente, a intenção da Administração quanto ao prazo de permanência em cada contrato. Desta forma, considerou-se o prazo de 60 meses.

(c) Taxa de desconto

A Companhia adotou, para fins de adoção a uma taxa de desconto razoável para o negócio, a taxa de 6,98% a.a. a qual é o custo de capital (WACC) do setor de geração, já que é o segmento que mais influencia os negócios do Grupo.

(d) Valor do contrato

O valor total do contrato é de R\$ 14.673 (60 parcelas de R\$ 244,55).

(e) Ajuste a valor presente

Considerando a prazo de 60 meses, a taxa de desconto e o montante envolvido, o ajuste a valor presente, no momento inicial da contratação, foi de R\$ 2.253, contabilizados no momento "zero" como redutores do novo ativo registrado e do novo passivo de obrigação.

14. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

14.1. RESUMO DAS OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido	6.117	52.397	39.552	77.866

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Outros Tributos	2.104	1.858	7.012	4.046
Total	8.221	54.255	46.564	81.912
Circulante	4.552	50.586	42.445	78.069
Não Circulante	3.669	3.669	4.119	3.843

14.1.1. Imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro líquido

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	5.146	38.816	30.611	58.277
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL	971	13.581	8.941	19.589
Total	6.117	52.397	39.552	77.866
Circulante	2.448	48.728	35.433	74.023
Não Circulante	3.669	3.669	4.119	3.843

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R\$ 240 para o imposto de renda, e de 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social. Também é considerada a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A opção de tributação da Companhia e suas controladas CEB IPES e CEB Lajeado S.A. é o lucro real anual com antecipações mensais. As demais controladas optaram pelo regime de tributação pelo lucro presumido.

O quadro seguinte detalha a apuração do IRPJ e da CSLL:

	Controladora				Consolidado			
	IRPJ		CSLL		IRPJ		CSLL	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Resultado Antes dos Tributos Sobre o Lucro	1.845.888	426.480	1.845.888	426.480	1.932.208	131.829	1.932.208	131.829
Resultado das Empresas Tributadas Pelo Lucro Presumido					(20.221)	(21.026)	(20.221)	(21.026)
Total do Resultado Tributável	1.845.888	426.480	1.845.888	426.480	1.911.987	110.803	1.911.987	110.803
Equivalência Patrimonial	(100.752)	(92.874)	(100.752)	(92.874)	(100.267)	(48.170)	(100.267)	(48.170)
Resultado de Operação Descontinuada		(358.030)		(358.030)				
Adições/Exclusões Permanentes	(17.130)	279.900	(17.130)	279.900	(21.207)	277.460	(21.207)	277.460
Adições/Exclusões Temporárias	(2.392)	(13)	(2.392)	(13)	(3.392)	319	(3.392)	319
Base de Cálculo Antes da Compensação do Prejuízo Fiscal	1.725.614	255.463	1.725.614	255.463	1.781.121	340.412	1.781.121	340.412
(-) Compensação Prejuízo Fiscal		(72.094)		(72.094)		(72.094)		(72.094)
(+) Benefício Fiscal - Lei nº 11.438/2006 (incentivo ao Esporte)					158			
Base de Cálculo	1.725.614	183.369	1.725.614	183.369	1.781.279	268.318	1.781.121	268.318
Alíquota Aplicável	25%	25%	9%	9%	25%	25%	9%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente:								
IRPJ/CSLL – Controladora e Controladas	(431.380)	(45.899)	(155.305)	(16.525)	(460.851)	(67.514)	(165.981)	(24.315)
IRPJ – Lucro Presumido					(1.327)	(1.166)	(618)	(564)
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente	(431.380)	(45.899)	(155.305)	(16.525)	(462.181)	(68.680)	(166.599)	(24.879)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido		50.414		18.149	(203)	50.793	(73)	18.284
Total do Imposto de Renda e Contribuição Social	(431.380)	4.515	(155.305)	1.624	(462.381)	(17.887)	(166.672)	(6.595)

14.1.1.1. CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Os montantes de IRPJ e de CSLL diferidos estão demonstrados no quadro seguinte:

	Empresa	Movimentação do exercício	IRPJ	CSLL
Alíquotas			25%	9%
Estimativa Mensal - MCP	CEB Lajeado S.A.	(897)	(224)	(81)
Rendimentos Financeiros a Resgatar	CEB Geração S.A.	85	21	8
Total		(812)	(203)	(73)

(i) Realização de Custo Atribuído

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

A Companhia reconheceu passivos fiscais diferidos relativos ao reconhecimento do custo atribuído dos terrenos (Nota Explicativa nº 11).

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	2.698	2.698	3.029	2.826
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL	971	971	1.090	1.017
Total	3.669	3.669	4.119	3.843
Não Circulante	3.669	3.669	4.119	3.843

14.1.2. Outros tributos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transportes Estaduais, Intermunicipais e de Comunicações – ICMS	-	-	138	54
Contribuição Social da Seguridade Social – COFINS	1.219	873	3.748	2.288
Programa de Integração Social – PIS	256	189	773	476
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	26	64	37	73
Outros	603	732	2.316	1.155
Total	2.104	1.858	7.012	4.046
Circulante	2.104	1.858	7.012	4.046

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Controladora		Consolidado		Encargos
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	
Banco de Brasília (a)	-	24.793	-	24.793	CDI + 4,0% a.a.
Banco CCB (a)	-	70.308	-	70.308	CDI + 3,9% a.a.
Total	-	95.101	-	95.101	
Circulante	-	13.110	-	13.110	
Não Circulante	-	81.991	-	81.991	

(a) Em 27 de dezembro de 2019, a Companhia Energética de Brasília realizou captações financeiras junto ao Banco de Brasília – BRB e China Construction Bank - CCB, nos valores de R\$ 24.000 e R\$ 70.000, respectivamente.

Essas captações realizadas pela Controladora, teve como objetivo cumprir os requisitos necessários para atendimento das obrigações junto ao contrato de concessão da então controlada CEB Distribuição S.A..

15.1. MOVIMENTAÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Controladora / Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2019	115.633
Encargos Incorridos no Exercício	7.871
Encargos Financeiros Pagos	(6.804)
Amortizações de Principal	(21.599)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	95.101
Encargos Incorridos no Período	989
Encargos Financeiros Pagos	(2.090)
Amortizações de Principal	(94.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-

Em 02 de março de 2021, tendo em vista a autorização do Conselho de Administração da CEB, a Companhia realizou a liquidação antecipada das Cédulas de Créditos Bancários celebradas com o Banco de Brasília – BRB e China Construction Bank - CCB, nos valores de R\$ 24.873 e de R\$ 70.290, respectivamente, com a finalidade de produzir uma economia financeira com as últimas parcelas das cédulas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

16. OBRIGAÇÕES SOCIETÁRIAS

As obrigações societárias representam valores a pagar aos acionistas controladores e não controladores a título de dividendos, juros sobre capital próprio e partes beneficiárias, sobre resultados apurados no exercício corrente e exercícios anteriores.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Governo do Distrito Federal	213.266	444.907	213.266	444.907
Eletrobras, inclusive Partes Beneficiárias	-	-	17.207	11.791
Outros Acionistas	58.333	114.750	58.333	114.750
Total	271.599	559.657	288.806	571.448
Circulante	271.599	559.657	288.806	571.448

A Companhia, no início do exercício de 2019, recebeu Mandado de Penhora determinando o bloqueio da quantia de R\$ 5.817, que estaria destinada ao pagamento dos dividendos aos acionistas referente ao exercício de 2018, conforme já mencionado na Nota Explicativa nº 1.5. Deste montante bloqueado, R\$ 583 estão destinados ao Governo do Distrito Federal.

17. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Provisão de Férias	321	631	1.286	874
Encargos Sobre Provisões	-	-	67	65
Outros	-	7	3	7
Total	321	638	1.356	946
Circulante	321	638	1.356	946

18. PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E REGULATÓRIOS

Os processos judiciais provisionados e não provisionados, são apresentados a seguir:

18.1. PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E REGULATÓRIOS PROVISIONADOS

A Companhia e suas controladas possuem processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, cível, fiscal e regulatório. A administração reavalia os riscos de contingências relacionados a esses processos e, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, constitui provisão para as causas cujas expectativas de perda são consideradas prováveis.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Trabalhistas	-	-	1.171	-
Fiscais	8.284	100	9.795	1.163
Cíveis	100	100	123	3.258
Total	8.384	200	11.089	4.421
Circulante	-	200	1.482	2.463
Não Circulante	8.384	-	9.607	1.958

18.1.1. Movimentação das provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios

	Controladora		
	Cível	Fiscais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	100	-	100
Constituição de Provisão	-	100	100

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Controladora		
	Cível	Fiscais	Total
Reversão de Provisão	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	100	100	200
Constituição de Provisão	-	8.184	8.184
Reversão de Provisão	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	100	8.284	8.384

	Consolidado				
	Trabalhista	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	17.530	15.936	276	37.705	71.447
Operação Descontinuada	(17.530)	(12.678)	-	(37.705)	(67.913)
Constituições de Provisão	-	-	887	-	887
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	3.258	1.163	-	4.421
Constituições de Provisão	1.171	-	9.484	-	10.655
Reversão de Provisão	-	(3.135)	(852)	-	(3.987)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.171	123	9.795	-	11.089

a) Demandas cíveis

Ações pleiteando indenização por acidentes na rede de iluminação pública; danos morais; e questionamentos indenizatórios/compensatórios, inclusive de demandas ambientais.

b) Demandas fiscais

A Companhia e suas subsidiárias são partes em processos administrativos e judiciais referentes às declarações de compensação não homologadas de tributos (PIS, COFINS, IRPJ, CSLL). A Companhia busca o reconhecimento do direito de compensação nas esferas administrativa e judicial.

b.1) Processos de Execução Fiscal

A CEB possui processos judiciais de execuções fiscais na Receita Federal do Brasil – RFB e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, anteriores ao período de desverticalização do Grupo ocorrida em janeiro de 2006, oriundos de não homologação de pedido de compensação (PER/DCOMP) por erro formal e material em seu preenchimento.

Em 2003, após manifestação da RFB na Solução de Consulta SRRF/1ª RF/DISIT Nº 43 de 1º julho de 2003, a CEB refez, à época, as bases de cálculos dos tributos IRPJ/CSLL/PIS e COFINS de dezembro de 2001 a agosto de 2003, sendo necessário retificar DIPJ, DCTF e PER/DCOMP. Quando destas retificações, ocorreram erros formais que impediram a compensação.

A Companhia reconheceu uma provisão tributária em função da alteração de classificação realizada pelos consultores jurídicos, que modificou a classificação de possível para provável, em um processo em que a Companhia é ré em contraparte a Receita Federal do Brasil – RFB.

A CEB contratou, em 2021, empresa especializada para fazer uma avaliação completa de forma a dar sustentações necessárias, tamanha complexidade, para tomada de decisões e endereçamento das ações a serem realizadas junto aos processos envolvidos.

18.2. PASSIVO CONTINGENTE – RISCO POSSÍVEL

A Companhia e suas controladas possuem processos de natureza trabalhistas, cíveis e fiscais envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída. Os montantes desses processos estão reproduzidos no quadro seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Fiscais	130.916	127.407	130.916	127.407

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Cíveis	649	-	649	-
Total	131.565	127.407	131.565	127.407

A CEB possui processos judiciais de execuções fiscais na Receita Federal do Brasil – RFB, anteriores ao período de desverticalização do Grupo ocorrida em janeiro de 2006, oriundos de não homologação de pedido de compensação (PER/DCOMP) por erro formal e material em seu preenchimento.

Em 2003, após manifestação da RFB na Solução de Consulta SRRF/1ª RF/DISIT Nº 43 de 1º julho de 2003, a CEB refez, à época, as bases de cálculos dos tributos IRPJ/CSLL/PIS e COFINS de dezembro de 2001 a agosto de 2003, sendo necessário retificar DIPJ, DCTF e PER/DCOMP. Quando destas retificações, ocorreram erros formais que impediram a compensação.

18.3. ATIVO CONTINGENTE – ÊXITO PROVÁVEL

A Companhia e suas controladas possuem processos de natureza cíveis e fiscais envolvendo êxito provável classificados pela administração, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há ativo constituído. Os montantes desses processos, em 31 de dezembro de 2021, estão reproduzidos no quadro seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Fiscais	202	200	202	200
Cíveis (a)	26.937	150	26.937	150
Total	27.139	350	27.139	350

(a) A variação se refere, em sua grande maioria, a processos vencidos pela CEB, no decorrer de 2021, contra o GDF. Agora os processos aguardam a emissão dos precatórios.

19. DEMAIS OBRIGAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Parcelamento de Multa ANEEL	-	-	427	-
Consumidores	311	429	311	435
Arrendamento	-	-	2.168	2.540
Cauções e Garantia	127	66	158	70
Obrigações Com Empresas Ligadas	65	65	134	137
Adiantamento (a)	-	-	77.004	-
Outras Obrigações	1.182	834	1.677	1.701
Total	1.685	1.394	81.879	4.883
Circulante	1.685	1.394	81.350	4.343
Não Circulante	-	-	529	540

(a) Trata-se do adiantamento recebidos da TERRACAP, para posterior baixa em contrapartida com os valores registrados como Títulos de Créditos a receber, quando da quitação da dívida com a CEB IPES.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

20.1. CAPITAL SOCIAL

O Capital Social subscrito e integralizado é de R\$ 566.025 (R\$ 566.025 – 2020). As ações são escriturais e sem valor nominal, sendo que as ações preferenciais de ambas as classes não têm direito a voto.

A composição do Capital Social subscrito e integralizado, por classe de ações, é a seguinte:

Capital Total em Ações	31/12/2021	31/12/2020
Ações Ordinárias	35.920.890	7.184.178
Ações Preferenciais	36.161.025	7.232.205
Classe A	6.565.010	1.313.002
Classe B	29.596.015	5.919.203

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Capital Total em Ações	31/12/2021	31/12/2020
Total	72.081.915	14.416.383
Valor Patrimonial por Ação:		
Patrimônio Líquido	828.997	678.769
Quantidade de Ações	72.081.915	14.416.383
Valor Patrimonial por Ação - Em (R\$)	11,50	47,08

Os acionistas da CEB aprovaram por unanimidade, na 106ª Assembleia Geral Extraordinária, a proposta de desdobramento da totalidade das ações, em que cada ação da Companhia foi desdobrada em 5 (cinco) ações da mesma espécie, sem alteração do valor do capital social. A data-base do desdobramento ocorreu no dia 15 de outubro de 2021, e no dia útil seguinte, ou seja, 18 de outubro de 2021, as ações foram negociadas ex-desdobramento.

20.2. AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

A composição do saldo da rubrica Ajustes de Avaliação Patrimonial é a seguinte:

	31/12/2021	31/12/2020
Custo Atribuído do Ativo Imobilizado	7.124	7.124
Ganho na Variação de Percentual - Corumbá Concessões S.A.	20.421	20.421
Perda Atuarial - Plano de Previdência	(17)	(52.525)
Total	27.528	(24.980)

Neste grupo estão contabilizados os seguintes eventos:

20.2.1. Custo atribuído (*Deemed Cost*)

A Reserva para Ajustes de Avaliação Patrimonial foi constituída em decorrência dos ajustes por adoção do custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição, no montante de R\$ 195.191, líquido de efeitos tributários.

Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado do exercício integral ou parcialmente, quando da alienação dos ativos a que elas se referem. Em 2009, ocorreram vendas de terrenos e a reserva foi realizada em R\$ 6.374, líquido dos efeitos tributários.

Em 2018, outros terrenos foram vendidos e a reserva foi realizada em R\$ 489, líquido dos efeitos tributários.

Em 2020, a CEB D e a Terracap celebraram contrato de compra e venda de terreno localizado no Setor Noroeste, SIA NORTE PR 155/1/DF Brasília-DF, com área total de 284.160 m2. O valor total da operação foi de R\$ 318.900.

Os recursos provenientes da alienação do referido terreno foram destinados para a liquidação do saldo de ICMS postergado de 2019 para 2020 no âmbito da CEB DIS; tributação sobre o ganho de capital; e o saldo remanescente integrará o acervo que será conferido à CEB Iluminação Pública e Serviços S.A. no processo de cisão parcial da CEB DIS.

O efeito decorrente da adoção do custo atribuído em 31 de dezembro de 2020 é demonstrado conforme quadro a seguir:

Terrenos	Controladora / Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2008	1.442
Ajustes por Adoção do Custo Atribuído	295.744
Saldo em 1º de janeiro de 2009	297.186
Alienação de Terreno - Exercício de 2009	(11.099)
Saldo em 31 de dezembro de 2010 e 2011 - Valor Bruto	286.087
Efeito Fiscal (IRPJ/CSLL - 34%) em 31 de dezembro de 2017 - Líquido do Efeito Fiscal	(97.270)
Alienação de Terreno - Exercício de 2018	(1.437)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	284.650
Efeito Fiscal (IRPJ/CSLL - 34%)	(96.781)
Alienação de Terreno - Exercício de 2020	(273.857)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	10.793

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Terrenos	Controladora / Consolidado
Efeito Fiscal (IRPJ/CSLL - 34%)	(3.669)
Saldo em 31 de dezembro de 2021 - Líquido do Efeito Fiscal	7.124
Saldo em 31 de dezembro de 2020 - Líquido do Efeito Fiscal	7.124

20.3. RESERVA DE LUCROS

20.3.1. Reserva Legal

A Reserva Legal é constituída à razão de 5% do Lucro Líquido apurado a cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/1976, até o limite de 20% do capital social. A destinação é facultativa quando a Reserva Legal, somada às Reservas de Capital, excederem 30% o Capital Social. A reserva somente é utilizada para o aumento do Capital Social ou para absorção de prejuízos.

20.4. RESULTADO DO EXERCÍCIO

A Companhia apurou um Lucro Líquido no exercício de 2021 no montante de R\$ 1.250.457 (R\$ 432.619 em 2020).

20.4.1. Demonstrativo da Destinação do Resultado

Distribuição do Lucro do Exercício	2021	2020
Lucro do Exercício	1.250.457	432.619
Efeito da Reapresentação de Exercícios Anteriores (a)	34.750	(20.597)
Prejuízos Acumulados a absorver (a.i)	(52.483)	(9.779)
Realização de Custo Atribuído, lançado diretamente na conta de lucros Acumulados	-	180.745
Lucro Base para Distribuição	1.232.724	582.988
Constituição da Reserva Legal - (5%)	(61.636)	(29.149)
Lucro Líquido Ajustado (art. 202 da Lei nº 6.404/1976)	1.171.088	553.839
Dividendos Antecipados / Juros sobre Capital Próprio	(869.219)	-
Dividendo a Distribuir (2020 - 100%)	265.780	553.839
Reserva para Expansão dos Negócios Sociais	36.089	-

(a) Os valores registrados na rubrica de Lucros ou Prejuízos acumulados se referem a: (a.i) prejuízo acumulado lançado diretamente neste grupo na subsidiária CEB Distribuição S.A. antes da sua alienação que, por equivalência, também foi registrado na Companhia no mesmo grupo de contas pelo montante aproximado de R\$ 34.746 referente a ajuste de exercícios anteriores.

20.4.2. Dividendos

Os acionistas terão direito, em cada exercício, aos dividendos, que não poderão ser inferiores a 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações, rateados pelas ações em que se dividir o capital da companhia.

As ações preferenciais classe A têm prioridade no recebimento dos dividendos mínimos de 10% (cinco por cento) ao ano, calculado proporcionalmente ao que elas representam no capital social integralizado até a data do encerramento do exercício correspondente. Essa prioridade no recebimento dos dividendos não garante, por si só, o pagamento de dividendos nos exercícios sociais em que a companhia não auferir lucro.

Para as ações preferenciais classe B serão sempre asseguradas, na forma do art. 17, § 1º, inciso II da Lei nº 6.404/1976, com a redação dada pela Lei nº 13.303/2001, o recebimento de dividendos 10% (dez por cento) maiores do que os pagos às ações ordinárias.

O pagamento de dividendos poderá ser realizado apenas aos detentores de ações preferenciais, caso os dividendos prioritários absorvam todo o lucro líquido ajustado do exercício ou alcancem valor igual ou superior ao dividendo mínimo obrigatório de 25%.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

21. DESDOBRAMENTO DAS CONTAS DO RESULTADO

21.1. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Energia de Curto Prazo	-	-	70.433	24.037
Receita de Prestação de Serviços (a)	71.686	58.902	71.686	58.902
Suprimento de Energia	-	-	237.228	202.915
Receita de Venda de Gás	-	-	9.960	4.758
Outras Receitas	-	13	-	-
Receita Operacional Bruta	71.686	58.915	389.307	290.612
Impostos	(1.434)	(1.178)	(2.832)	(1.863)
Contribuições	(6.867)	(5.465)	(35.113)	(25.492)
Encargos do Consumidor	-	-	(8.274)	(8.079)
Deduções da Receita Operacional Bruta	(8.301)	(6.643)	(46.219)	(35.434)
Receita Operacional Líquida	63.385	52.272	343.088	255.178

(a) A Receita de Prestação de Serviços da CEB é oriunda das atividades de manutenção, expansão e efficientização do parque de iluminação pública do Distrito Federal. Os recursos utilizados para essa atividade são os arrecadados dos contribuintes que efetuam o pagamento das suas contas de energia elétrica e recolhidas ao GDF como Contribuição. O aumento, em relação a 2020, se referem a, substancialmente, ao aumento no volume de obras de expansão do parque e do processo de efficientização que o GDF vem implantando no Distrito Federal.

21.2. CUSTO COM SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Energia Elétrica Comprada Para Revenda – Curto Prazo	(69.202)	(26.298)
Encargos de Uso da Rede Elétrica	(18.038)	(16.502)
Repactuação do Risco Hidrológico	(1.382)	(2.198)
Total	(88.622)	(44.998)

21.3. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Pessoal e Administradores (a)	(12.249)	(17.256)	(28.738)	(23.225)
Serviço de Terceiros (b)	(32.622)	(41.620)	(44.725)	(51.114)
(Provisão) Estimada/Reversão de Perdas com Crédito de Liquidação Duvidosa	136	(1.870)	136	(1.870)
Depreciação e Amortização	(2.556)	(1.087)	(9.933)	(8.329)
Reembolso de Custos Operacionais Contratuais - Investco	-	-	(23.656)	(27.713)
Material (c)	(17.820)	(10.953)	(17.943)	(11.041)
Outras Despesas, líquidas de recuperação de despesas	(441)	(549)	(8.606)	(4.100)
Total	(65.552)	(73.335)	(133.465)	(127.392)
Classificação:				
Custo da Operação	-	-	(39.870)	(40.271)
Custo dos Serviços Prestados a Terceiros	(45.013)	(42.362)	(47.781)	(45.088)
Despesas com Vendas	839	(1.810)	839	(1.810)
Despesas Gerais e Administrativas	(21.378)	(29.162)	(46.653)	(40.223)

(a) A despesa com pessoal e administradores, em 2020, é maior em relação ao exercício atual em função das transferências dos profissionais da Iluminação Pública terem sido transferidos para a CEB IPES.

(b) A despesa com serviços de terceiros apresentou redução significativa em função do reconhecimento da dívida junto ao BNDES, em 2020, pelo trabalho realizado no processo de desestatização da CEB DIS no valor aproximado de R\$ 7,3 milhões.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

(c) A CEB adquiriu um volume significativo de luminárias LED para implementação no processo de eficiência do parque de iluminação pública do Distrito Federal, superior ao que desempenhou em 2020.

21.4. OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Outras Receitas Operacionais				
Resultado na Baixa/Transferência/Alienação de Bens (a)	1.706.162	-	1.712.372	-
Outras Receitas	3.488	180	4.877	1.101
Subtotal	1.709.650	180	1.717.249	1.101
Outras Despesas Operacionais				
Provisão Para Riscos Tributários, Cíveis, Trabalhistas e Regulatórios	(8.183)		(7.465)	(730)
Subtotal	(8.183)		(7.465)	(730)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Líquidas	1.701.467	180	1.709.784	371

(a) A receita com o Resultado na Alienação de Bens se refere ao ganho de capital sobre a venda da CEB Distribuição, hoje Neoenergia Distribuidora Brasília, em março de 2021, conforme descrito na Nota Explicativa 1.4.

21.5. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receitas Financeiras				
Juros/Variações Monetárias Sobre Ativos	121	1.132	911	2.406
Atualização Monetária – Ativos Regulatórios	-	-	187	166
Rendimentos de Aplicações Financeiras (a)	47.435	794	54.326	3.719
Receita de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	10.473	11.181	57.577	17.350
Reversão de Juros Sobre Capital Próprio	(7.614)	(7.648)	(54.623)	(13.677)
Tributos Sobre Receitas Financeiras	(2.916)	(798)	(3.177)	(920)
Outras Receitas Financeiras	1	7	165	211
Subtotal	47.500	4.668	55.366	9.255
Despesas Financeiras				
Juros/Variações Monetárias Sobre Passivos	(297)	-	(382)	(90)
Encargos de Dívidas (b)	(904)	(7.871)	(1.003)	(7.878)
Outras Despesas Financeiras	(463)	(338)	(978)	(787)
Subtotal	(1.664)	(8.209)	(2.363)	(8.755)
Resultado Financeiro	45.836	(3.541)	53.003	500

(a) O aumento se deve, substancialmente, ao caixa aplicado com os recursos da alienação da CEB Distribuição.

(b) A redução se deve, substancialmente, as captações financeiras realizadas no fim do exercício de 2019 e quitadas em março de 2021.

22. LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO

Os acionistas ordinários e preferencialistas possuem direitos diferentes em relação a dividendos, direito a voto e em caso de liquidação, conforme determina o estatuto social da Companhia. Desta forma, o lucro por ação, básico e diluído, foi calculado com base no lucro do exercício disponível para os acionistas.

22.1. BÁSICO

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, disponível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

22.2. DILUÍDO

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas. A Companhia não possui categoria de ações potenciais diluídas.

A seguir são apresentados os cálculos do lucro por ação, básico e diluído:

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro Ajustado Atribuível aos Acionistas da Companhia (*)	1.250.457	553.839
Lucro Alocado às Ações Ordinárias – Básicas e Diluídas	598.569	262.644
Lucro Alocado às Ações Preferenciais Classe A – Básicas e Diluídas	109.396	53.157
Lucro Alocado às Ações Preferenciais Classe B – Básicas e Diluídas	542.492	238.038
Média Ponderada das Ações em Circulação (**)		
Ações Ordinárias – Básicas e Diluídas	35.921	7.184
Ações Preferenciais Classe A – Básicas e Diluídas	6.565	1.313
Ações Preferenciais Classe B – Básicas e Diluídas	29.596	5.919
Lucro por Ação – R\$		
Ações Ordinárias – Básicas e Diluídas	16,66	36,90
Ações Preferenciais Classe A – Básicas e Diluídas	16,66	36,90
Ações Preferenciais Classe B – Básicas e Diluídas	18,33	40,59

(*) A conciliação desses valores com o lucro líquido do exercício da Companhia para o exercício de 2020 está descrito na Nota Explicativa 20.4.1.

(**) Os acionistas da CEB aprovaram a proposta de desdobramento da totalidade das ações, em que cada ação da Companhia foi desdobrada em 5 (cinco) ações da mesma espécie, sem alteração do valor do capital social, conforme descrito na Nota Explicativa 20.1.

23. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

23.1. CONTROLADORA FINAL

A Companhia é controlada pelo Governo do Distrito Federal – GDF.

23.2. REMUNERAÇÃO DO PESSOAL-CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

O Grupo não possui transações de empréstimos ou outras transações com diretores/conselheiros ou familiares imediatos.

As remunerações dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia e de suas controladas, que incluem os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e Diretores estatutários, estão apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Remuneração	4.331	4.265	8.764	7.754
Demais Benefícios de Curto Prazo	79	103	79	191
Total	4.410	4.368	8.843	7.945

O Grupo pratica a concessão de empréstimo no valor de uma remuneração, quando solicitado, em razão da licença remunerada anual apenas para os diretores, não incluindo conselheiros ou familiares imediatos.

23.3. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os saldos e as transações com partes relacionadas da Companhia estão demonstrados conforme a seguir:

23.3.1. Operações da Controladora com seus acionistas controladores e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Transações com Partes Relacionadas (Balanço Patrimonial)	Notas	Controladora	
		31/12/2021	31/12/2020
Ativo		30.627	40.033
Contas a Receber, Líquido da PECLD		9.982	11.558
Governo do Distrito Federal	a	9.982	11.558
Demais Ativos		20.645	28.475
Dividendos/JSCP	b	20.645	27.327
CEB Lajeado S.A.		9.448	6.501
CEB Geração S.A.		1.023	8.039
CEB Participações S.A.		8.099	7.617
Corumbá Concessões S.A.		2.075	3.109
Energética Corumbá III S.A.		-	2.060
Empréstimos e Financiamentos (Mútuos)		-	1.148
Corumbá Concessões S.A.		-	1.148
Passivo		213.318	469.700
Dividendos	c	213.266	444.907
Governo do Distrito Federal		213.266	444.907
Empréstimos e Financiamentos		-	24.793
Banco de Brasília – BRB	d	-	24.793
Pessoal Requisitado		52	-
CEB Iluminação Pública e Serviços S.A.		52	-

Transações Com Partes Relacionadas (Resultado)	Notas	Controladora	
		31/12/2020	31/12/2020
Receitas		71.686	59.364
Receita de Prestação de Serviços		71.686	58.902
Governo do Distrito Federal	a	71.686	58.902
Encargos de Mútuo		-	462
Corumbá Concessões S.A.		-	462
Despesas		(135)	(5.022)
(Provisão)/Reversão Estimada de Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa		136	(1.870)
Governo do Distrito Federal	e	136	(1.870)
Despesas de Juros e Correção Monetária		(371)	(3.152)
Banco de Brasília – BRB		(371)	(3.152)

a) Representa a receita oriunda da prestação de serviços de iluminação pública (obras e manutenção do parque) prestados ao Governo do Distrito Federal – GDF (Administrações Regionais, Empresas Públicas, Secretarias de Governo e Outros). Estes serviços são faturados de acordo com os contratos firmados entre a CEB e o Governo de Distrito Federal – GDF;

b) Representa valores a receber de dividendos declarados e juros sobre o capital próprio decorrentes dos resultados das investidas;

c) Trata-se de dividendos a pagar ao acionista controlador, entre os quais R\$ 583 estão bloqueados judicialmente;

d) A Companhia Energética de Brasília realizou a quitação das captações financeiras junto ao Banco de Brasília – BRB e China Construction Bank, conforme mencionado na Nota Explicativa 15; e

f) Representa as variações sobre as PECLD com o Governo do Distrito Federal – GDF, pelos serviços de manutenção e obras de iluminação pública por serviços prestados pela CEB.

23.3.2. Operações do Grupo e seus acionistas controladores e coligadas

Transações com Partes Relacionadas (Balanço Patrimonial)	Notas	Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020
Ativo		197.272	21.688
Contas a Receber, Líquida da PECLD		9.982	11.558

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Transações com Partes Relacionadas (Balanço Patrimonial)	Notas	Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020
Governo do Distrito Federal	a	9.982	11.558
Demais Ativos		4.904	10.130
Dividendos/JSCP	b	4.904	8.982
Corumbá Concessões S.A.		2.074	3.109
Energética Corumbá III S.A.		-	2.060
Investco S.A.		2.830	3.813
Empréstimos e Financiamentos (Mútuos)		-	1.148
Corumbá Concessões S.A.		-	1.148
Valores a Receber sobre Alienação de Terreno		182.386	
TERRACAP	c	182.386	
Passivo		292.437	472.239
Dividendos	d	213.266	440.795
Governo do Distrito Federal		213.266	444.907
Empréstimos e Financiamentos	e	-	24.793
Banco de Brasília - BRB		-	24.793
Adiantamento		77.004	
TERRACAP		77.004	
Arrendamento a Pagar		2.167	2.539
Investco S.A.		2.167	2.539

Transações Com Partes Relacionadas (Resultado)	Notas	Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020
Receitas		71.686	59.364
Receita de Prestação de Serviços	a	71.686	58.902
Governo do Distrito Federal		71.686	58.902
Ganho de Capital		5.604	
Receita na permuta de recebíveis, líquida		5.604	
Encargos de Mútuo		-	462
Corumbá Concessões S.A.		-	462
Despesas		(35.497)	(35.497)
Despesa com Arrendamento		(26.014)	(30.475)
Investco S.A.		(26.014)	(30.475)
Provisão/Reversão Estimada de Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa, líquidas	f	136	(1.870)
Governo do Distrito Federal		136	(1.870)
Despesas de Juros e Atualização Monetária		(371)	(3.152)
Banco de Brasília - BRB		(371)	(3.152)

a) Representa valores a receber advindos dos serviços prestados de obras e manutenção da rede de iluminação pública ao Governo do Distrito Federal. Estes serviços são prestados conforme contratos realizados entre a CEB e o GDF. Estes serviços são faturados de acordo com os contratos firmados entre a CEB e o Governo de Distrito Federal - GDF;

b) Representa valores a receber de dividendos declarados e juros sobre o capital próprio decorrentes dos resultados das investidas;

c) Trata-se de valores a receber da TERRACAP pela alienação de um terreno, conforme destaque nas notas explicativas 7 e 19;

d) Trata-se de dividendos a pagar ao acionista controlador;

e) Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia Energética de Brasília realizou captações financeiras junto ao Banco de Brasília - BRB, conforme mencionado na Nota Explicativa 16; e

f) Representa as variações sobre as PECLD com o Governo do Distrito Federal - GDF, pelos serviços de manutenção e obras de Iluminação Pública por serviços prestados pela CEB.

23.3.3. Operações com a FACEB

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

A Companhia e suas controladas são patrocinadoras da Fundação de Previdência dos Empregados da CEB – FACEB.

Atualmente, a CEB determinou como política de definição sobre o plano de aposentadoria para seus funcionários, o de modalidade de contribuição definida (CD), denominado CEBPREV. Esse plano não gera obrigações atuariais que devam ser mensuradas como passivos de benefícios pós-emprego. O Passivo registrado diz respeito à parcela da patrocinadora no equacionamento ocorrido em 2020 referente aos empregados oriundos da Cisão e que estão alocados na CEB IPES.

O Grupo possui, junto a FACEB, plano de saúde disponibilizado a seus funcionários.

24. SEGUROS

Em 2021, o Grupo contratou seguro de responsabilidade para os administradores (D&O) com importância segurada de R\$ 15.370, em garantia única, com prêmio de R\$ 89. O contrato é de 1 ano e é válido até 07 de dezembro de 2022.

A CEB Geração S.A. adota uma política conservadora com relação à contratação de seguros, porém a administração está impossibilitada em contratar o seguro patrimonial por falta de interesse das seguradoras em apresentar propostas, por se tratar de uma barragem do final da década de 50 e uma usina do início da década de 60, quase totalmente depreciada. Destacamos que como Serviço Temporário, não há obrigação regulamentar da contratação. Portanto, em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possui cobertura de seguro para seus ativos.

As demais empresas do grupo não possuem contratação de seguros por entenderem que não possuem ativos com risco que sejam necessários cobertura de seguros.

25. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

O Grupo possui quatro segmentos divulgáveis de unidades de negócios estratégicas. Para cada uma delas, a administração analisa os relatórios internos periodicamente. O resumo seguinte descreve as operações dos segmentos reportáveis:

- Distribuição de energia elétrica: tem como atribuição distribuir e comercializar energia, sendo responsável por operar e manter a infraestrutura, bem como prestar serviços correlatos. Atua por intermédio da CEB Distribuição S.A. (Operação Descontinuada em 2021);
- Geração de energia: tem como atribuição produzir energia elétrica a partir de empreendimentos de fontes hidráulicas. Atua por intermédio da empresa CEB Geração S.A. e a CEB Participações S.A.;
- Comercialização de energia elétrica: tem como atribuição a comercialização de energia. Atua por intermédio da CEB Lajeado S.A.; e
- Outros – Neste segmento estão a Companhia Energética de Brasília – CEB, que tem como atribuições a participação em outras sociedades como sócia-quotista ou acionista e é a concessionária de serviços de expansão e manutenção do parque de iluminação pública do Distrito Federal; a Companhia Brasiliense de Gás, que tem como atribuição a exploração do serviço público de distribuição de gás canalizado; e a CEB Iluminação Pública e Serviços S.A., que possui como atribuição prestar serviços de elaboração de estudos, projetos de engenharia, execução de obras de implantação, ampliação, reforma ou manutenção de redes de transmissão e distribuição de energia elétrica aéreas e subterrâneas, sistemas de iluminação pública, instalações elétricas prediais.

As informações referentes a cada segmento reportável para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 estão contempladas no quadro seguinte:

25.1. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

	Exercício findo em 31/12/2021					
	Operações Continuadas			Operação Descontinuada	Eliminações	Consolidado
	Geração	Comercialização	Outros	Distribuição		
ATIVOS DO SEGMENTO	10.864	17.914	25.906	-	-	54.684
Adições (reduções) Aos Ativos do Segmento no Exercício	(42)	(612)	(152)	-	-	(806)
INVESTIMENTOS EM SOCIEDADES	-	188.873	559.713	-	(337.290)	411.296
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	10.953	261.551	70.585	-	-	343.088
Custo com Energia Elétrica	(692)	(87.930)	-	-	-	(88.622)

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Exercício findo em 31/12/2021					
	Operações Continuadas			Operação Descontinuada Distribuição	Eliminações	Consolidado
	Geração	Comercialização	Outros			
Custo de Operação	(590)	(32.391)	(6.889)	-	-	(39.870)
Custo do Serviço Prestado a Terceiros	(2.567)	(5)	(45.210)	-	-	(47.782)
Lucro Bruto	7.104	141.226	18.486	-	-	166.816
Receitas/ (Despesas) Operacionais	(3.499)	127	1.783.614	-	(59.107)	1.721.135
Despesas com Vendas	-	-	839	-	-	839
Despesas Gerais e Administrativas	(3.483)	(8.551)	(34.618)	-	-	(46.653)
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	6.773	109.498	-	(59.107)	57.164
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(16)	1.905	1.707.895	-	-	1.709.784
Lucro (Prejuízo) Operacional antes do Resultado Financeiro	3.605	141.352	1.802.100	-	(59.107)	1.887.950
Receitas (Despesas) Financeiras	1.298	5.006	46.699	-	-	53.003
Receitas Financeiras	1.356	5.471	81.934	-	-	88.760
Despesas Financeiras	(57)	(465)	(35.235)	-	-	(35.757)
Lucro (Prejuízo) Operacional Antes dos Tributos	4.903	146.358	1.848.799	-	(59.107)	1.940.953
Imposto de Renda e Contribuição Social	(810)	(41.560)	(586.685)	-	-	(629.055)
Imposto de Renda e Contribuição Social – Corrente	(840)	(41.254)	(586.685)	-	-	(628.779)
Imposto de Renda e Contribuição Social – Diferido	29	(306)	-	-	-	(276)
Lucro / (Prejuízo) do Exercício em Operações Continuadas	4.093	104.798	1.262.114	-	(59.107)	1.311.898
RESULTADO DE OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	-	-	(8.746)	(8.746)	-	(8.746)
Lucro do Exercício	4.093	104.798	1.253.368	(8.746)	(59.107)	1.294.407
Atribuído aos Acionistas Controladores						1.250.457
Atribuído aos Acionistas não Controladores						43.950

	Exercício findo em 31/12/2020					
	Operações Continuadas			Operação Descontinuada Distribuição	Eliminações	Consolidado
	Geração	Comercialização	Outros			
ATIVOS DO SEGMENTO	11.099	90.166	16.232	-	-	116.559
Adições (reduções) Aos Ativos do Segmento no Exercício	(51)	(1.321)	1.354	-	-	(20)
INVESTIMENTOS EM SOCIEDADES		187.681	343.205	-	(152.841)	378.045
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	13.192	186.030	55.957	-	-	255.178
Custo com Energia Elétrica	(1.880)	(43.119)		-	-	(44.999)
Custo de Operação	(552)	(36.356)	(3.363)	-	-	(40.271)
Custo do Serviço Prestado a Terceiros	(2.717)	(13)	(42.357)	-	-	(45.088)
Lucro Bruto	8.043	106.542	10.236	-	-	124.821
Receitas/ (Despesas) Operacionais	(3.677)	1.944	61.330	-	(53.089)	6.507
Despesas com Vendas			(1.810)	-	-	(1.810)
Despesas Gerais e Administrativas	(3.677)	(6.632)	(29.914)	-	-	(40.223)
Resultado de Equivalência Patrimonial		8.384	92.874	-	(53.089)	48.169
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		192	180	-	-	371
Lucro (Prejuízo) Operacional antes do Resultado Financeiro	4.366	108.485	71.566	-	(53.089)	131.328
Receitas (Despesas) Financeiras	585	3.461	(3.546)	-	-	500
Receitas Financeiras	757	3.826	4.671	-	-	9.255
Despesas Financeiras	(172)	(365)	(8.217)	-	-	(8.755)
Lucro (Prejuízo) Operacional Antes dos Tributos	4.951	111.946	68.020	-	(53.089)	131.828
Imposto de Renda e Contribuição Social	(678)	(29.942)	6.139	-	-	(24.481)
Imposto de Renda e Contribuição Social – Corrente	(663)	(30.471)	(62.425)	-	-	(93.558)
Imposto de Renda e Contribuição Social – Diferido	(15)	528	68.564	-	-	69.077
Lucro / (Prejuízo) do Exercício em Operações Continuadas	4.273	82.004	74.159	-	(53.089)	107.347

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Exercício findo em 31/12/2020					
	Operações Continuadas			Operação Descontinuada	Eliminações	Consolidado
	Geração	Comercialização	Outros	Distribuição		
RESULTADO DE OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	-	-	358.030	358.030	(358.030)	358.030
Lucro do Exercício	4.273	82.004	432.189	358.030	(411.119)	465.377
Atribuído aos Acionistas Controladores						432.618
Atribuído aos Acionistas não Controladores						32.759

26. CONCILIAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO E O FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social de Operações Continuadas	1.845.888	68.451	1.932.208	131.829
Ajustes ao Lucro do Exercício				
Resultado gerado diretamente na conta de lucros e prejuízos acumulados	17.733	(150.369)	17.733	(150.369)
Depreciação e Amortização	2.556	1.087	9.933	8.329
Resultado de Equivalência Patrimonial	(100.752)	(450.904)	(48.419)	(406.200)
Resultado de Operação Descontinuada	8.746	-	8.746	-
Ganho de Alienação do Investimento	(1.706.162)	-	(1.706.162)	-
Constituição/(Reversão) Estimativa de Perda com créditos de liquidação duvidosa	(136)	1.870	(136)	1.870
Encargos da Dívida	904	6.735	1.003	6.736
Atualização Monetária – Mútuo	-	(462)	-	(462)
Reversão de Juros sobre Capital Próprio	7.614	-	54.623	-
Provisões/Reversões de Riscos Trabalhista, Cível e Fiscais	8.184	100	7.466	730
	(1.761.313)	(591.942)	(1.655.213)	(539.366)
(Acréscimos)/Decréscimos nos Ativos Operacionais				
Contas a Receber	67.810	6.968	262.681	1.392.652
Estoques	(2.375)	(170)	(2.371)	(9.369)
Aplicações Financeiras	-	-	(43)	9.347
Depósitos e Bloqueios Judiciais	(10)	-	(1.029)	20.278
Valores a Receber de Parcela A e Outros Itens Financeiros	-	-	-	503.161
Tributos e Contribuições Compensáveis	10.203	25.016	(9.740)	71.343
Demais Créditos	20.227	873	(161.136)	(99.225)
	95.855	32.687	88.362	1.888.187
Acréscimos/(Decréscimos) nos Passivos Operacionais				
Fornecedores	5.328	3.723	5.989	(179.905)
Obrigações Tributárias	82.433	(65.044)	35.348	(765.435)
Contribuição de Iluminação Pública	-	-	-	(228.894)
Encargos Regulatórios	-	-	(4.241)	(144.361)
Obrigações Sociais e Trabalhistas	(317)	341	410	(22.487)
Obrigações Societárias	(288.058)	525.839	(282.642)	524.386
Valores a Pagar de Parcela A e Outros Itens Financeiros	-	-	-	(500.200)
Benefícios Pós-Emprego	-	-	(408)	100.581
Obrigações Vinculadas a Concessão	-	-	-	(102.199)
Demais Obrigações	296	222	77.001	(96.873)
	(200.318)	465.081	(168.543)	(1.415.387)
Caixa Proveniente das Atividades Operacionais				
Recebimento de Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio	83.972	73.517	47.820	32.790
Pagamento de Imposto Renda e Contribuição Social	(586.685)	-	(628.779)	-
Pagamento de Encargos da Dívida	(904)	(5.079)	(1.003)	(5.079)

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	(503.617)	68.438	(581.962)	27.711
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais de Operações Continuadas	(523.505)	42.714	(385.147)	92.974
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais de Operações Descontinuadas				137.692

27. EVENTO SUBSEQUENTE

27.1. CISÃO E RETIRADA DE PATROCÍNIO DA FACEB

O Grupo CEB, bem como a antiga CEB Distribuição S.A., a qual após a alienação pelo Grupo CEB alterou seu nome para Neoenergia Distribuição Brasília S.A. – NDB, são atualmente patrocinadores da FACEB (Entidade Fechada de Previdência Complementar - EFPC). Após a conclusão do processo de alienação da CEB Distribuição S.A. para o Grupo Neoenergia, em um processo que foi finalizado em março de 2021, o Grupo Neoenergia comunicou a sua retirada como patrocinadora e que trabalhará para transferência de seus patrocinados para a Néos Previdência Complementar, que é o Fundo de Pensão patrocinado pelo Grupo Neoenergia.

Neste caso, a CEB se viu obrigada a cindir parcialmente seu patrimônio junto à FACEB e também já sinalizou a retirada do seu patrocínio por não conseguir manter operacionalmente a FACEB sem outros patrocinadores.

27.2. AQUISIÇÃO DE AÇÕES DA CEBGAS

No dia 08 de março de 2022, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, publicou em seu site a seguinte matéria: “Compra de 51% do capital social da Gaspetro pela Compass é aprovada sem restrições”. Com isso, a Companhia Energética de Brasília – CEB que já é controladora da Companhia Brasileira de Gás – CEBGAS, com 51% das ações ordinárias e 17% do total das ações, aguarda a notificação da GASPETRO para registrar a aquisição de novas ações da CEBGAS, detidas, até então, pela GASPETRO, nos respectivos livros de transferência e de registro de ações nominativas, bem como realizar o pagamento destas ações, que foram adquiridas mediante seu direito de preferência de aquisição.

Com o registro das novas ações, a CEB passará a deter 25% do total das ações da CEBGAS (Nota Explicativa 1.10).

Brasília, 24 de março de 2022.

EDISON ANTONIO COSTA BRITTO GARCIA

Diretor-Presidente

WANDERSON SILVA DE MENEZES

**Diretor de Regulação e de Fiscalização
de Concessões**

FAUSTO DE PAULA MENEZES BANDEIRA

Diretor de Planejamento e de Gestão de Riscos

MARLON RESENDE JÚNIOR

**Diretor Administrativo-Financeiro e de
Relações com Investidores**

BRÁS KLEYBER BORGES TEODORO

Contador CRC/GO nº 022.094-0

STÊNIO SCHNEIDER CARDONA ROCHA

Contador CRC/DF nº 019.744-0



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA S.A. - HOLDING

Secretaria de Órgãos Colegiados

Resolução SEI-GDF n.º de Diretoria, nº 026, de 23/03/2022/2022

Brasília-DF, 23 de março de 2022

**RESOLUÇÃO DE DIRETORIA
Nº 026, DE 23.03.2022**

REFERÊNCIA: Processo SEI nº 00093-00000320/2021-92

156ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

RELATOR: Marlon Resende Júnior, Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores

Assunto: Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis da Companhia Energética de Brasília – CEB, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Resolução: A Diretoria, acolhendo o voto do relator contido no Despacho – CEB-H/DF (82757815), com fundamento no inciso X, art. 27, do Estatuto Social da CEB e em consonância com o disposto: **i)** na Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Geral – NBC TG 24 (R2), de 24 de novembro de 2017, do Conselho Federal de Contabilidade; **ii)** na Instrução CVM nº 586, art. 25 inciso VI e art. 29, da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, **iii)** no inciso I do art. 289, inciso V do art. 142, bem como nos incisos II e VII do art. 163, ambos da Lei nº 6.404/1976, **RESOLVE:** **1)** aprovar o Relatório da Administração 2021 (82755057) e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2021, conforme versões apresentadas nos Documentos Sei nº 82753675 e nº 82754249; **2)** autorizar a emissão e divulgação do Relatório da Administração (82755057) e das Demonstrações Financeiras consolidadas da CEB, referentes ao exercício de 2021, nos termos dispostos no art. 25, § 1º, Inciso VI, da Instrução CVM nº 480/2009, sendo, a versão para publicação em jornal de grande circulação de forma resumida (82753675), bem como a versão completa que será publicada simultaneamente na íntegra dos documentos na página do mesmo jornal na internet (82754249), conforme disposto no inciso I do art. 289 da Lei nº 6.404/1976; **3)** submeter as minutas dos documentos ora aprovados à apreciação do Comitê de Auditoria Estatutário, do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração, com vistas à posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária dos acionistas da Companhia; **4)** registrar que a Diretoria Colegiada tomou conhecimento, discutiu e concorda com as opiniões expressas no Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (82756072), conforme disposto no art. 25, § 1º, Inciso V, da Instrução CVM nº 480/2009, e autorizar seu arquivamento na CVM e sua publicação ao mercado em geral, tão logo sejam aprovadas pelos órgãos de governança da CEB.

EDISON ANTÔNIO COSTA BRITTO GARCIA <i>Diretor-Presidente</i>	WANDERSON SILVA DE MENEZES <i>Diretor de Regulação e Fiscalização de Concessões</i>
FAUSTO DE PAULA MENEZES BANDEIRA	MARLON RESENDE JÚNIOR

Assinaturas:



Documento assinado eletronicamente por **MARLON RESENDE JUNIOR - Matr. 0005657-0, Diretor(a) Administrativo(a)-Financeiro(a) e de Relações com Investidores**, em 23/03/2022, às 21:26, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **FAUSTO DE PAULA MENEZES BANDEIRA - Matr.0007214-h, Diretor(a) de Planejamento e de Gestão de Riscos**, em 24/03/2022, às 12:46, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **WANDERSON SILVA DE MENEZES - Matr.0005750-9, Diretor(a) de Regulação e Fiscalização de Concessões**, em 24/03/2022, às 14:55, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **EDISON ANTONIO COSTA BRITTO GARCIA - Matr.0006174-h, Diretor(a)-Presidente**, em 24/03/2022, às 20:14, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=82764578)
verificador= **82764578** código CRC= **FD95550E**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SGAN Quadra 601, Bloco H, Edifício ÍON Escritórios Eficientes - Bairro Asa Norte - CEP 70830-010 - DF



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA S.A. - HOLDING

Secretaria de Órgãos Colegiados

Resolução SEI-GDF n.º de Diretoria, nº 027 de 23/03/2022/2022

Brasília-DF, 23 de março de 2022

**RESOLUÇÃO DE DIRETORIA
Nº 027, DE 23.03.2022**

REFERÊNCIA: Processo SEI nº 00093-00000320/2021-92

156ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

RELATOR: Marlon Resende Júnior, Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores

Assunto: Proposta de destinação do resultado do exercício de 2021.

Resolução: A Diretoria, acolhendo o voto do relator contido no Despacho - CEB-H/DF (82761205) e em conformidade com o disposto nos artigos 176 e 192 da Lei nº 6.404/1976 e atualizações, o Estatuto Social da Companhia e as normas emanadas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM; e considerando as Demonstrações Financeiras do exercício de 2021 (82754249) e a proposta de destinação do resultado relativo ao exercício de 2021 apresentada no Despacho - CEB-H/DF/GRI (82637854), da Gerência de Relações com Investidores - GRI, **RESOLVE** apresentar proposta de destinação do resultado apurado no exercício de 2021, assim constituída:

Distribuição do Lucro do Exercício de 2021

Lucro do Exercício	R\$	1.250.457.801,30
Ajuste de Exercícios Anteriores	R\$	34.745.504,87
Prejuízo Acumulado	R\$	(52.483.146,43)
Reserva Legal	R\$	(61.636.007,99)
(=) Lucro Líquido Ajustado	R\$	1.171.084.151,75
Juros sobre o Capital Próprio (2,85%)	R\$	(33.395.498,26)
Dividendos Intercalares (71,37%)	R\$	(835.823.023,57)
Dividendo a Distribuir - (22,70%)	R\$	(265.781.478,17)
Reserva para Expansão de Novos Negócios (3,08%)	R\$	(36.084.151,75)

Em seguida, a Diretoria determinou o encaminhamento da matéria à apreciação do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da CEB, com vistas à deliberação da Assembleia Geral Ordinária dos acionistas.

EDISON ANTÔNIO COSTA BRITTO GARCIA <i>Diretor-Presidente</i>	WANDERSON SILVA DE MENEZES <i>Diretor de Regulação e Fiscalização de Concessões</i>
FAUSTO DE PAULA MENEZES BANDEIRA <i>Diretor de Planejamento e de Gestão de Riscos</i>	MARLON RESENDE JÚNIOR <i>Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores</i>

Assinaturas:



Documento assinado eletronicamente por **MARLON RESENDE JUNIOR - Matr. 0005657-0, Diretor(a) Administrativo(a)-Financeiro(a) e de Relações com Investidores**, em 23/03/2022, às 21:13, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **FAUSTO DE PAULA MENEZES BANDEIRA - Matr.0007214-h, Diretor(a) de Planejamento e de Gestão de Riscos**, em 24/03/2022, às 12:45, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **WANDERSON SILVA DE MENEZES - Matr.0005750-9, Diretor(a) de Regulação e Fiscalização de Concessões**, em 24/03/2022, às 14:55, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **EDISON ANTONIO COSTA BRITTO GARCIA - Matr.0006174-h, Diretor(a)-Presidente**, em 24/03/2022, às 20:14, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=82765559)
verificador= **82765559** código CRC= **B9408494**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SGAN Quadra 601, Bloco H, Edifício ÍON Escritórios Eficientes - Bairro Asa Norte - CEP 70830-010 - DF



COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA - CEB COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

11. Parecer do Comitê sobre as Demonstrações Financeiras

“O Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia Energética de Brasília – CEB, órgão assessor do Conselho de Administração da companhia, no exercício de suas atividades de revisão, monitoramento e avaliação dos controles internos e das demonstrações financeiras do exercício de 2021, e tendo em vista as informações recebidas da representante da RUSSELL BEDFORD BRASIL AUDITORES INDEPENDENTES S/S, sobre o exercício referido, considerando o disposto no art. 24 da Lei 13.303/2016 e no art. 8º, inciso III, do Regimento Interno do Comitê e com base nos documentos apresentados pela Companhia Energética de Brasília - CEB e suas subsidiárias, concluiu, por unanimidade, que as demonstrações financeiras, no que lhes foi dado conhecer, foram elaboradas de acordo com a legislação vigente, princípios técnicos formais e estão em ordem e adequadas em seus aspectos relevantes. Assim, com base nas revisões e discussões acima mencionadas, o Comitê de Auditoria recomenda ao Conselho de Administração da Companhia Energética de Brasília - CEB a aprovação das demonstrações contábeis auditadas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.”

Brasília, 23 de março de 2022

MARCELLO JOAQUIM PACHECO Coordenador do CAE	
JOÃO CARLOS DE OLIVEIRA	WILMAR MOREIRA DA SILVA



DECISÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA - CEB

615ª REUNIÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 24.03.2022

ASSUNTO: Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2021, acompanhados das notas explicativas.

DECISÃO: O Conselho de Administração da Companhia Energética de Brasília - CEB, com amparo na Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e no Estatuto Social da Companhia, art. 19, inciso I, examinou o Relatório da Administração da Empresa e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, acompanhados das notas explicativas e da proposta de destinação do resultado do exercício, em conformidade com o disposto na Resolução de Diretoria nº 027, de 23.03.2022, e tomou conhecimento do relatório da RUSSELL BEDFORD BRASIL AUDITORES INDEPENDENTES S/S, emitido sem ressalvas. O Conselho de Administração manifestou-se, por unanimidade, que as peças estão em ordem e adequadas, em seus aspectos relevantes, aprovando-as. Registra-se que o Conselheiro Edison Antônio Costa Britto Garcia se absteve de votar quanto ao relatório da administração e as demonstrações contábeis 2021, por conta de impedimento legal, porém, aprovou a proposta de Destinação dos Resultados. Dessa forma, o Conselho DECIDIU convocar a Assembleia Geral Ordinária e submeter o Relatório da Administração da Empresa e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, acompanhados das notas explicativas, e da proposta de destinação do resultado dos exercícios a sua deliberação.”.

IVAN MARQUES DE TOLEDO CAMARGO

BOLIVAR TARRAGÓ MOURA NETO

EDISON ANTÔNIO COSTA BRITTO GARCIA

HANDERSON CABRAL RIBEIRO

MARCELLO JOAQUIM PACHECO

RAFAEL LYCURGO LEITE

SAMUEL SALDANHA TEIXEIRA

TIAGO MODESTO COSTA

WALTER LUIS BERNARDES ALBERTONI



COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA - CEB

CONSELHO FISCAL

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia Energética de Brasília - CEB, no âmbito das suas atribuições legais e estatutárias, conheceu o Relatório Anual da Administração referente ao exercício de 2021, examinou o Balanço Patrimonial Individual e Consolidado da Companhia Energética de Brasília - CEB, levantados em 31 de dezembro de 2021, as respectivas Demonstrações de Resultados, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa. As peças foram apresentadas de forma comparativa àquelas encerradas no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, todas elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades Anônimas, instruções da CVM e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

O Colegiado tomou conhecimento do parecer da RUSSELL BEDFORD BRASIL AUDITORES INDEPENDENTES S/S, emitido sem ressalvas. Com base nos documentos apresentados e no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras, o Conselho Fiscal concluiu, por maioria, à exceção da Conselheira Maria Lúcia Barbosa Lins, que as peças estão em ordem e adequadas, em seus aspectos relevantes, sendo de opinião que se encontram em condições de serem submetidas à deliberação final da Assembleia Geral Ordinária da Companhia Energética de Brasília – CEB.

O Conselho também tomou conhecimento da Proposta de Destinação dos Resultados do Exercício de 2021, nos termos da Resolução de Diretoria nº 027, de 23.03.2022, e sobre ela emitiu parecer favorável, por unanimidade, em atendimento ao disposto no inciso III do art. 163 da Lei nº 6.404/1976.

Brasília, 25 de março de 2022.

REGINALDO FERREIRA ALEXANDRE

ANA PAULA SOARES MARRA

EUCHERIO LERNER RODRIGUES

MARIA LÚCIA LINS BARBOSA

RODRIGO FRANTZ BECKER

COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA – CEB

Relatório do auditor independente sobre as
demonstrações contábeis

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro
de 2021.



Aponte a câmera de seu celular para a imagem acima e preencha nossa pesquisa de satisfação. Caso não compatível, obtenha um leitor de QR Code para acessar o conteúdo da imagem.



Russell Bedford

taking you further

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

**Acionistas, aos Conselheiros e aos Administradores da
COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA – CEB
Brasília – DF**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, da **Companhia Energética de Brasília - CEB (“Companhia” ou “Controladora”)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas, quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Companhia Energética de Brasília - CEB (“Companhia” ou “Controladora”)** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Russell Bedford

taking you further

Principais assuntos de auditoria

Os principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram abordados no contexto da auditoria das demonstrações contábeis tomadas em conjunto e, ao formar sua opinião sobre elas, o auditor não fornece uma opinião separada sobre os referidos assuntos.

Investimentos avaliados pelo Método de Equivalência Patrimonial

Conforme descrito nas Notas Explicativas nº 1 e 10, a Companhia tem investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas empresas CEB Geração S.A., CEB Participações S.A., CEB Lajeado S.A., Companhia Brasileira de Gás, CEB Iluminação Pública e Serviços S.A., Energética Corumbá III S.A e Corumbá Concessões S.A. No exercício de 2021, o resultado de equivalência patrimonial foi positivo em R\$ 95.147 mil.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e teste dos controles relacionados ao reconhecimento do ativo e do resultado, confirmação dos percentuais de participação, recálculo dos valores registrados e realização de auditoria dos componentes nas empresas investidas.

Arrendamento

Conforme descrito nas Notas Explicativas nº 13.1, a Companhia celebrou contrato de aluguel da nova sede, em julho de 2021. As condições do contrato caracterizam arrendamento, para o prazo firmado de 60 meses.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a análise do contrato de aluguel firmado entre a CEB Holding e a imobiliária, o contrato entre a CEB Holding e as suas investidas que se encontram no mesmo prédio, recálculo do valor presente e a contabilização do arrendamento.



Russell Bedford

taking you further

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Russell Bedford

taking you further

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;



Russell Bedford

taking you further

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.



Russell Bedford

taking you further

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 22 de março de 2022.

RUSSELL BEDFORD GM
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRCRS 5.460/O-0 "T" SP

Roger Maciel de Oliveira
Contador 1 CRCRS 71.505/O-3 "T" SP
Sócio Responsável Técnico